

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: MESTRADO**

O FUNCIONAMENTO DA RUA NA DIVISÃO MATERIAL DO ESPAÇO URBANO

Marcio José de Lima Winchuar

GUARAPUAVA, DEZEMBRO DE 2014

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: MESTRADO**

O FUNCIONAMENTO DA RUA NA DIVISÃO MATERIAL DO ESPAÇO URBANO

Marcio José de Lima Winchuar

Dissertação apresentada por MARCIO JOSÉ DE LIMA WINCHUAR, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof. Dr^a. MARIA CLECI VENTURINI

GUARAPUAVA, DEZEMBRO DE 2014

Ficha elaborada pela Biblioteca da Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz

Winchuar, Marcio Jose de Lima

W759f O funcionamento da rua na divisão material do espaço urbano / Marcio José de Lima Winchuar. – Guarapuava: Unicentro, 2014. xiii, 117 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós Graduação em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cleci Venturini;

Banca examinadora: Prof^ª Dr^ª. Taís da Silva Martins, Prof^ª Dr^ª. Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira, Prof^ª. Dr^ª. Célia Bassuma Fernandes.

Bibliografia

1. Literatura Brasileira. 2. Semiurbano. 3. Espaço de Imigração. 4. Rua. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Letras.

CDD 20. ed. B869.3



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

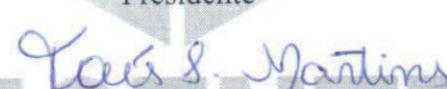
TERMO DE APROVAÇÃO

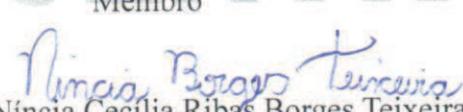
MARCIO JOSÉ DE LIMA WINCHUAR

O FUNCIONAMENTO DA RUA NA DIVISÃO MATERIAL DO ESPAÇO URBANO

Dissertação aprovada em 19/12/2014 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Curso de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, área de concentração Interfaces entre Língua e Literatura, pela seguinte Banca Examinadora:


Profa. Dra. Maria Cleci Venturini
(UNICENTRO)
Presidente


Profa. Dra. Taís da Silva Martins
(UFSM)
Membro


Profa. Dra. Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira
(UNICENTRO)
Membro

**Aos meus pais, Leonardo e Iracema pelo apoio incondicional.
Ao meu irmão, Leandro, pela presença de sempre.
A um amor.**

AGRADECIMENTOS

À professora Dr. Maria Cleci Venturini, minha orientadora, por ter cedido parte do seu tempo nas orientações, por ter contribuído com minha formação por meio de suas aulas, no estágio em docência e até nos momentos mais informais. Obrigado por me contagiar com seu jeito simples, alegre e “gaúcho” de ser. Sua amizade e bom humor fizeram a grande diferença na elaboração deste trabalho.

Aos meus pais, Leonardo e Iracema que, em sua simplicidade, mesmo não entendendo muito o que eu escrevia ou lia durante grande parte do meu tempo, sempre me apoiaram e acreditaram que eu seria capaz. Vocês são os responsáveis por cada coisa que conquistei em minha vida e sem vocês nada disso teria sentido. Obrigado por entenderem minhas ausências e confiarem em mim.

Ao meu irmão, Leandro, pelas conversas, questionamentos e reflexões sobre a vida. Só tenho a agradecer a Deus por ter me presenteado com um superirmão. Obrigado por sempre estar comigo nos momentos mais importantes. Faltam palavras para descrever tudo o que você representa para mim. Obrigado por ser tão especial.

Ao Eliton, meu melhor amigo. Obrigado por ser essa pessoa incrível e fazer parte de várias etapas da minha vida. Sou grato pelas longas horas de conversa, pelos momentos bons e ruins, por me ouvir e me entender, por estar presente em todos os momentos e por toda paciência demonstrada. Em todos esses anos de amizade e parceria, você conquistou um lugar especial em minha vida e tornou-se parte dela. E isso é eterno. Obrigado por acreditar em mim, por demonstrar de um jeito especialmente teu, o carinho que permeia uma verdadeira amizade. Você conseguiu materializar com palavras e gestos o que é ter um verdadeiro amigo.

Ao meu colega de profissão e grande amigo Everton. Somente nós sabemos o quanto foi difícil chegar até aqui. Ufa! Saiba que considero você um grande amigo. Em meio a todos esses enfrentamentos, nesse período que envolve o “mestrar”, que iniciou nos momentos de conversa, na elaboração do projeto, nos dias de estudo para o processo seletivo (em minha e em sua casa, na Unicentro, na lagoa), e se estendeu às aulas e à escrita propriamente dita da dissertação, tudo ficou mais fácil e leve, por eu poder confiar em alguém tão especial e amigo como você. Obrigado por me apoiar, me fazer rir e pelo grande amigo que se tornou.

À minha amiga Gabrieli Borges. Obrigado pelos momentos de partilha, risadas e angústias e pela leitura atenta de meus resumos e parágrafos. Agradeço pelos “conselhos”, pelas confidências e pelos panetones partilhados. Saiba que será sempre minha grande amiga “Gabriela”.

Ao meu amigo André Fernandes. Obrigado por todas as dicas, pelo apoio, pelas discussões, pela amizade sincera. Sua capacidade, força e determinação sempre foram uma inspiração para mim. Obrigado.

Aos professores que em algum momento da academia foram meus orientadores, Professora Dr. Rosana Gonçalves, no trabalho de iniciação científica, Professora Dr. Cláudia Lopes nascimento Saito, nos artigos que desenvolvemos, Professora Dr. Renata Adriana de Souza, no trabalho de conclusão de curso e Professora Dr^a Marcia da Silva, no trabalho da pós-graduação. Vocês também são responsáveis por eu estar aqui. Muito obrigado.

A Adriana Dalla Vecchia pelo incentivo de sempre e por estar presente desde o início de minha vida acadêmica, seja como professora ou como amiga. Obrigado pelo exemplo, pela amizade, pelas influências totalmente positivas e por realizar a correção ortográfica desta dissertação. Agradeço, também, à amiga Carolina Dalla Vecchia por ajudar na captura de algumas fotos no início da pesquisa.

À colega de profissão e amiga Josiete pelo carinho e por ter aceitado fazer o resumo em alemão para este trabalho.

A todos os professores do programa de Mestrado em Letras. Aos colegas do Departamento de Pedagogia/DEPED e do Setor Pedagógico no NEAD/UNICENTRO. Obrigado por, no dia-a-dia, dividirem comigo não só o conhecimento, como também a alegria e a confiança de que tudo daria certo.

Aos membros da banca, Professora Dr. Taís da Silva Martins, Professora Dr. Níncia Cecília Borges Teixeira e Professora Dr. Célia Bassuma Fernandes. Agradeço de coração pela leitura atenta de meu trabalho e pelas imprescindíveis considerações. Obrigado por fazerem parte da minha história.

À CAPES e à Fundação Araucária por terem fornecido condições financeiras durante parte da minha pesquisa por meio de bolsa de estudos.

Por fim, não poderia deixar de agradecer, mesmo que de maneira metafórica, ao simbólico, em especial, à Língua Portuguesa, que me permite, como sujeito, inúmeras possibilidades de reflexão. Uma delas pauta-se no uso do ponto final. Ah, o ponto final! É incrível como apenas um “pontinho”, aparentemente “insignificante”, traz um efeito de sentido gigantesco, que canaliza para ideias de fechamento, pausa absoluta e conclusão. Colocar um ponto final numa dissertação de mestrado parece fácil, entretanto trata-se de uma tarefa árdua, uma vez que a cada leitura, a partir de dadas condições de produção, novos sentidos surgem e o texto (re)significa-se, abrindo espaço a novas cadeias parafrásticas, instauradas por meio do simbólico que se repete. Sendo assim, agradeço à Língua Portuguesa por permitir apenas efeitos de conclusão, viabilizando a ideia de movimento, no qual prevalecem as reticências, interrogações e exclamações...

*Eu amo a rua.
[...] a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma!*

João do Rio

WINCHUAR, Marcio José de Lima. O funcionamento da rua na divisão material do espaço urbano. 114f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Orientadora: Prof. Dr^a. Maria Cleci Venturini. Guarapuava, 2014.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender como se dá a divisão material do espaço urbano da colônia suábio-germânica de Entre Rios, situada em Guarapuava, região central do Paraná. A colônia foi fundada em 1951 pelos “Suábios do Danúbio”, imigrantes advindos da antiga Iugoslávia, Hungria, Romênia e outros países da Europa. Destacamos que esse espaço constitui-se na tensão entre uma memória estrangeira e outra nacional, tendo em vista que os suábios, que há mais de sessenta anos, iniciaram o processo de colonização, encontraram meios de preservar “rastros” de sua origem e de sua história, os quais são visíveis na colônia por meio da arquitetura, da língua, da cultura, dos nomes de ruas, dos monumentos públicos, entre outros. A partir disso, ancoramos nosso trabalho na Análise de Discurso, de orientação francesa, pautados nos estudos desenvolvidos por Pêcheux (2009), Orlandi (2003b,) Venturini (2009), Fedatto (2013), Cazarin (2004), Indursky (2011), Mariani (2004), entre outros autores que desenvolvem estudos que versam sobre os sujeitos, os discursos e a urbanidade. Nessa conjuntura, nosso *corpus* abarca o mapa do distrito de Entre Rios como texto (GUIMARÃES, 2005) e os nomes de ruas como enunciados do texto/mapa, bem como as placas monumentais que trazem os nomes de vias semiurbanas. As análises permitem-nos afirmar que as materialidades trazem designações de nomes de ruas e discursos que, pelo processo parafrástico, se repetem de diversas maneiras, direcionando para sentidos que retomam os suábios, lugares e acontecimentos nacionais e estrangeiros, principalmente, por meio da língua que se apresenta nas versões alemã e portuguesa. Assim, os efeitos de sentidos presentes em Entre Rios demandam entender/interpretar/compreender os nomes de rua não apenas como indicadores de endereçamento, mas como mecanismos *interdiscursivos* que *rememoram/comemoram* sujeitos e/ou acontecimentos importantes para a constituição da colônia, instaurando, no eixo da formulação do discurso, efeitos de contradição, tendo em vista o funcionamento de uma formação discursiva das colônias que direciona para a filiação com o Brasil e a Alemanha.

PALAVRAS-CHAVES: Semiurbano; espaço de imigração; rua; contradição; (re)divisão.

ZUSAMMENFASSUNG

Diese Studie versucht zu verstehen, wie die materielle Teilung des Stadtraumes der schwäbischen-deutschen Siedlung Entre Rios organisiert ist. Es handelt sich um einen Bezirk, der in der Stadt Guarapuava liegt, zentralregion des Bundeslandes Paraná. Die Siedlung wurde im Jahr 1951 von "Donauschwaben", die von Einwanderern aus dem ehemaligen Jugoslawien, Ungarn, Rumänien und anderen Ländern Europas stammen, gegründet. Wir betonen, dass dieser Raum aus der Spannung zwischen ausländischen und nationalen Erinnerungen besteht, da die Schwaben, die seit mehr als sechzig Jahren der Prozess der Kolonisierung begannen, Wege fanden, um "Spuren" von ihrer Herkunft und ihrer Geschichte zu bewahren, die durch der Architektur, der Sprache, der Kultur, den Namen von Straßen, öffentlichen Denkmälern, unter anderem, in der Siedlung sichtbar sind. Daraus verankern wir unsere Arbeit in der Diskursanalyse, mit französischer Einstellung, entwickelt von Pecheux (2009), Orlandi (2003b,) Venturini (2009), Fedatto (2013), Cazarin (2004), Indursky geführt (2011) , Mariani (2004), unter anderen Autoren, die Forschungen, die sich mit den Themen, Diskurs und Urbanität umzugehen. An dieser Stelle, enthält unseren Corpus eine Landkarte des Landkreises Entre Rios als Text (Guimarães, 2005) und die Namen der Straßen, als Anweisungen des Testes/ der Lankarte, sowie die Denkmalschilder, die der Name halbstädtischen Strecken besitzen. Die Analysen erlauben uns festzustellen, dass die Materialität Bezeichnungen der Straßennamen und Reden bringt, die durch die Umschreibungen, sich mehrmals widersprechen, gerichtet auf Sinnen, die die Schwaben, Orte und nationalen und internationalen Veranstaltungen wiederholen, vor allem durch die Sprache, die auf Deutsch und Portugiesisch vorkommt. Auf dieser Weise, verlangen die Sinneffekten in Entre Rios, das Verstehen / Interpretieren / Begreifen der Straßennamen nicht nur als Adressenverzeichnisse sondern als interdiskursiven Mechanismen, die Subjekte und /oder wichtige Ereignisse für die Bildung der Siedlung rückrufen/feiern. Die Widersprucheffekte werden an der Achse der Formulierung des Diskurses gegründet und die Funktionsweise einer diskursiven Bildung der Siedlungen führt Brasilien und Deutschland zu einer Mitgliedschaft .

STICHWÖRTER: semi- urbanen; Raum der Einwanderung; Straße ; Widerspruch; neue Teilung

LISTA DE TEXTOS-IMAGEM

TEXTO-IMAGEM 1: Mapa Colônia Vitória.....	41
TEXTO-IMAGEM 2: Mapa Colônia Jordãozinho	45
TEXTO-IMAGEM 3: Mapa Colônia Samambaia	47
TEXTO-IMAGEM 4: Mapa Colônia Cachoeira	49
TEXTO-IMAGEM 5: Mapa Colônia Socorro	51
TEXTO-IMAGEM 6: Placa Monumental Avenida Baden-Württemberg	79
TEXTO-IMAGEM 7: Placa Monumental Avenida dos Suábios.....	84
TEXTO-IMAGEM 8: Placa Monumental Avenida Rastatt	85
TEXTO-IMAGEM 9: Placa Monumental Avenida Alemanha	89
TEXTO-IMAGEM 10: Placa Monumental Avenida Paraná	100
TEXTO-IMAGEM 11: Placa Monumental Avenida Brasil	100
TEXTO-IMAGEM 12: Placa indicatória Rua Minas Gerais	104
TEXTO-IMAGEM 13: Placa indicatória Rua Pernambuco	106
TEXTO-IMAGEM 14: Placa indicatória Rua Tiradentes	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	24
ENTRE RIOS: TERRA DOS SUÁBIOS DO DANÚBIO	24
1.1 A origem dos Suábios do Danúbio e a fundação de Entre Rios	25
1.2 Discursivizando o espaço semiurbano de Entre Rios: a cidade como materialidade do discurso	30
1.3 A rua no mapa: lugar de (re)significação do espaço urbano	37
1.4 O funcionamento discursivo da rua: paradoxos em (des)construção	52
CAPÍTULO II	61
ANÁLISE DE DISCURSO E URBANIDADE: ENTRELAÇANDO CONCEITOS	61
2.1 Dispositivos de análise e o movimento pendular entre teoria e prática	61
2.2 O lugar da língua no espaço semiurbano de Entre Rios	68
2.3 História e memória no discurso de rememoração/comemoração	72
2.4 Tensões urbanas e o processo de identificação na/pela rua.....	82
2.5 A velha pátria: imaginários em (des)construção.....	87
CAPÍTULO III	91
EFEITOS DE NACIONALIDADE NO/PELO URBANO.....	91
3.1 O lugar do nacional no espaço urbano de entre rios: instaurando a contradição	91
3.2. “Vila dos brasileiros”: efeitos de brasilidade no/pelo simbólico.....	102
EFEITOS DE FECHAMENTO	111
REFERÊNCIAS.....	114

INTRODUÇÃO

Pensar a cidade, por meio do discurso, é nosso principal desafio neste trabalho e, por esse viés, a partir de estudos desenvolvidos por Orlandi (2004), Cazarin (2004), Fedatto (2013), Venturini (2009), Guimarães (2005), Mariani (2004), entre outros pesquisadores que tratam o discurso e a urbanidade, buscamos os efeitos de sentidos, que resultam da comunhão de sujeitos e espaços, contribuindo para o funcionamento discursivo do urbano, bem como para a análise das relações entre esse espaço e os sujeitos que o habitam. Nesse âmbito, temos a cidade enquanto um grande texto que se (re)escreve, pelos sujeitos e pela sua relação com o simbólico, no qual o funcionamento da memória ocorre não como pressuposto, o que já está significado, mas como constituição decorrente do jogo de forças entre o simbólico e o político em funcionamento nesse lugar.

Trazer à baila um trabalho que discursiviza o espaço urbano, formado por monumentos, praças, sujeitos, veículos automotores, entre outros e, principalmente, pela esteira do discurso, é bastante instigante, uma vez que a linguagem se manifesta e se materializa de diferentes formas. Os sujeitos se identificam e são identificados por diferentes fios de memória, os quais se concretizam por meio da linguagem que, apesar da correria cotidiana, não pode passar despercebida, pois, de acordo com Orlandi (2004), sinaliza para a constituição do urbano, enquanto corpo atado ao corpo dos sujeitos, de modo que um constitui/instaura o outro.

O objeto desta dissertação é a discursivização do espaço da colônia suábio-germânica de Entre Rios, situada em Guarapuava-PR. Buscamos identificar efeitos de sentidos que estabelecem a contradição e a (re)divisão desse espaço, perceptível por meio de diversas discursividades que (des)estruturam a colônia, nas quais funcionam rastros de uma memória local (brasileira) e outra estrangeira (germânica) e é por/nesses rastros que se estabelece a contradição.

Cumpramos destacar, preliminarmente, que essa “divisão” pode ser analisada nas esteiras do social, do cultural, do linguístico e do discursivo. Pelo viés social e cultural, enfatizamos a divisão em: colônia dos alemães (zona urbana) e “vila dos brasileiros” (zona periférica). Na zona urbana, ressalvamos a existência de traços de

uma memória estrangeira, por meio de nomes de ruas, placas monumentais, nomes de praças, arquitetura urbanística, comemorações culturais e a língua alemã, como aquela que constitui a maioria dos sujeitos que habitam esse espaço. Tais fatores direcionam para sentidos que significam os sujeitos Suábios do Danúbio como sujeitos alemães, instaurando a contradição, tendo em vista que esses sujeitos não vieram de um só lugar, mas de diversos países europeus, do que se pode sustentar um não pertencimento. Por este motivo, nos referimos a este povo como sujeitos suábios-germânicos.

Paradoxalmente, a zona periférica, nomeada pelos sujeitos locais como vila dos brasileiros, é formada por sujeitos que identificam-se com o Brasil, na qual não é falada a língua alemã e a arquitetura, os costumes, os nomes de ruas, as tradições culturais, entre outros, distanciam-se de uma memória estrangeira e aproximam-se de uma memória nacional. É visível, também, a ocorrência de diversos problemas sociais inexistentes no “lado alemão”. Esses fatores podem desencadear efeitos de sentidos que dividem esse espaço de imigração. Tratamos, neste trabalho, de sujeitos que se inscrevem em uma formação discursiva das colônias, tendo em vista que ocupam posições que promovem efeitos de identificação nacional e estrangeiro.

Pelo viés linguístico e discursivo – nosso interesse principal neste trabalho - pontuamos que o funcionamento de Entre Rios ocorre de uma forma bastante isolada. O que sustenta essa posição é o fato de que, além de a maioria dos sujeitos descendentes de suábios utilizarem uma variação do alemão em conversas com amigos, no trabalho e em casa, essa variedade materializa-se em diversos espaços da colônia, sempre ao lado da língua portuguesa. Dentre esses espaços, destacamos as placas indicativas de nomes de ruas e as significamos pela língua como o lugar material da ideologia (PÊCHEUX, 2009), a qual circula por meio de discursos e, por eles, ressoam traços de uma memória que retoma a história de sujeitos e do espaço em que acontece a sua (des)construção¹ identitária. A partir do

¹ Usamos a palavra (des)construção, tendo em vista que a identidade ao mesmo tempo que se constrói, também se desconstrói, esfacelando-se entre o nacional e o estrangeiro, que funciona em um mesmo espaço, que contraditoriamente é o mesmo e o diferente.

simbólico, é que postulamos o funcionamento de uma formação discursiva das colônias, filiada a duas nacionalidades.

Nessa linha de análise, tendo em vista as relações entre a cidade e os sujeitos que a habitam, este trabalho tem como objetivo geral: compreender como se dá a “divisão” material do espaço da colônia de Entre Rios, situada em Guarapuava, PR, considerando o fato de que esse espaço, que tomamos como objeto, constitui-se na tensão entre uma memória estrangeira (suábio-germânica) e nacional (brasileira).

Para dar conta disso, temos como objetivos específicos: (i) identificar, por meio do mapa, mecanismos discursivos de configuração e divisão da colônia, para verificar como se constituem sujeito e espaço a partir dessa “divisão”. (ii) buscar por meio dos nomes de ruas o modo como os sujeitos rememoram/comemoram sujeitos e/ou acontecimentos, pelos quais retornam à velha² pátria e à memória de colonização, por meio das quais reafirma-se a tensão entre a filiação à memória local e à memória outra. (iii) analisar as filiações a redes de memória e os processos de identificação com o “estrangeiro”, buscando discutir o lugar do nacional nesses processos.

As questões que motivam a pesquisa e atrelam-se aos nossos objetivos são: (i) quais memórias e sentidos ressoam por nomes de ruas constituídos/estruturados em duas línguas, indicando duas nacionalidades estruturadas pela contradição e pela (re)divisão? (ii) Seriam sujeitos que habitam um lugar, mas continuam filiados a um outro, a uma Pátria que ficou no passado, mas é sempre rememorado/comemorada ou seria uma memória que se significa na Alemanha e se materializa no Brasil?

Nessa conjuntura, não há como não realizar um trabalho a partir de tais considerações, uma vez que um olhar mais atento, por meio dos estudos da linguagem, pode nos ajudar a entender a constituição desse espaço e do sujeito que o habita, posto que se mostram, ao mesmo tempo, harmônicos e contraditórios,

² A “velha” pátria é uma designação que dá visibilidade para os países que estruturam a pátria que ficou para trás. Bernardim (2013) trabalhou essa questão, mas enfocou, prioritariamente, o museu, como lugar de memória, designando-o de espaço de imigração.

constituindo efeitos de sentidos que deslocam o sujeito, sinalizando para o confronto entre o que é “nacional” e o que é “estrangeiro”, visibilizado por diferentes materialidades estruturadoras desse espaço. Diante disso, buscamos compreender o que faz com que um espaço urbano em território nacional possa ser chamado de estrangeiro, partindo da observação de que nele circulam discursos canalizadores de efeitos de sentidos que dividem os sujeitos e espaços em “brasileiros e alemães”.

Salientamos que o nosso recorte abarca o mapa do distrito de Entre Rios, organizado por colônias, bem como placas monumentais³ com o nome das ruas que constituem esse espaço. Nesse âmbito, pensamos o mapa enquanto um texto que, discursivamente, constitui efeitos de divisão da zona urbana (memória estrangeira) e da zona periférica (memória nacional), retomando, por meio dos nomes de ruas, não só o Brasil, mas também países germânicos, principalmente a Alemanha. É importante frisar que há diferenças nas designações para os nomes de ruas e sua apresentação nos lados “estrangeiro” e “brasileiro” da colônia, sendo mais um motivo que encaminha para efeitos de sentidos que nos permitem ver esse espaço como marcado pela divisão.

Os nomes de ruas que estruturam/identificam esse espaço possuem um papel crucial nesse processo, uma vez que, conforme Guimarães (2005, p. 52)⁴, “são determinados por uma história de nomes que se repete para histórias diversas.” Em Entre Rios, isso se encaminha de uma forma bastante particular, uma vez que há discursos que retomam não só a história e as lembranças/comemorações “nacionais”, mas também discursos nos quais retomam o “estrangeiro”, os quais demandam a interpretação dos efeitos de sentidos que se prendem ao sujeito inserido nesse espaço.

³ Placas fixadas em pedras ou suportes que trazem os nomes das ruas, bem como apresentam textos que, muitas vezes, explicam o contexto histórico em que foi dado o nome àquele espaço. Trata-se de um texto que se dá a ler e que necessita de interpretação, de uma leitura, a qual vai depender dos sujeitos que o leem.

⁴ Utilizaremos, como aporte teórico, Guimarães (2005) e sua obra “Semântica do Acontecimento” para tratar da rua no mapa. Entretanto, deslocamos esse funcionamento para a perspectiva discursiva.

Nesse sentido, Fedatto (2013, p. 114)⁵ afirma que nomear é também tomar posição em relação ao objeto. A designação, segundo a autora, mostra-se como um campo fecundo para a reflexão discursiva, pois permite questionar como as formas da língua apresentadas na textualidade dos nomes de rua se relacionam com as condições históricas que as produziram. É interessante identificar em quais discursos os nomes de rua se filiam e que sentidos eles disponibilizam no cotidiano da cidade. O nome de rua “funciona por uma relação constitutiva com a memória do dizer, da qual faz parte o gesto de nomeação e, também, o sentido que ele estabelece com outros nomes.”

A nossa preocupação em identificar como se constitui o espaço semiurbano⁶ de Entre Rios, por meio dos nomes de ruas, ancora-se nas afirmações de Orlandi (2004, p. 11), quando postula que “no território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um só”, estando um atado ao outro de tal modo que o destino de um é “constitutivo” do destino do outro. Nesse sentido, convém mencionar que os sentidos em torno do sujeito atrelam-se aos sentidos que dizem respeito ao funcionamento da cidade e vice-versa.

Para isso, propomos a leitura do espaço urbano e, fundamentando-nos, teoricamente, nos pressupostos da Análise de Discurso, a partir de estudos desenvolvidos por Michel Pêcheux, a partir da década de 1960 e por Orlandi, que, no Brasil, relê e amplia a teoria, nesse campo disciplinar, desenvolvendo pesquisas em torno da cidade e sua constituição, bem como da urbanidade e os processos de identificação nesses espaços. Interessa-nos, então, buscar os sentidos dos nomes de ruas, nesse espaço *na* e *pela* linguagem.

A cidade impõe-se ao sujeito nos efeitos de realidade e de verdade, tendo em vista que nada pode ser pensado sem ela em suas diversas dimensões, tais

⁵ Em seu texto, Fedatto (2013) analisa o modo de inscrição do saber no discurso sobre a cidade. A autora parte do pressuposto de que o saber se legitima tanto institucional quanto quotidianamente e o espaço, assim como a linguagem e os sujeitos, assume formas históricas determinadas materialmente.

⁶ Bernardim (2013) problematizou a relação entre urbano e semiurbano. Entendemos que entre esses dois espaços está o espaço rural, do campo, que, de acordo com Orlandi (2003c), significa a cidade, o urbano. Esse conceito será trabalhado no primeiro capítulo desta dissertação.

como: política, material, cultural, histórica, entre outras, justificando a pertinência da exploração de como os sentidos ocorrem nesse espaço de atuação. Sendo assim, analisar a cidade é compreender as transformações de natureza humana e de ordem social, as relações entre sujeitos e a sua constituição nos domínios do social, do político e do histórico, não esquecendo que tais significações se dão pelo viés da linguagem (ORLANDI, 2004).

A partir disso, convém ressaltar o recorte da cidade por meio do discurso, enquanto espaço simbólico de produção de sentidos, que atua como “lugar de memória”, como um dispositivo capaz de organizar a repetição e as lembranças do passado, protagonizados por sujeitos nesse espaço e a relevância disso para os sentidos dos nomes de ruas instauradores da contradição e da (re)divisão. Nessa perspectiva, destaca-se a interpretação, tendo a cidade como “documento”, que em sua materialidade urbanística é definida pela ordem do discurso como grande texto a ser decifrado e interpretado (VENTURINI, 2009).

Nesse sentido, ao traçarmos procedimentos metodológicos, destacamos que nosso *corpus* é formado por nomes de vias que funcionam como enunciados no texto – o mapa e as placas monumentais. Orlandi (2003b) postula que os procedimentos de análise de discurso têm a noção de funcionamento da linguagem como central, a qual leva o analista a compreendê-lo, observando os mecanismos de constituição de sentidos e sujeitos. O que está em jogo, de acordo com a autora, é uma questão de método. O analista, a partir do texto, procura compreender sua discursividade, fechando possibilidades de uma única interpretação. A cada materialidade, o analista verifica quais relações pode estabelecer entre ela e a teoria, levando em consideração o texto como um já-dito em relação com outros textos já-ditos, a partir de determinadas condições de produção.

A partir das materialidades analisadas, neste trabalho, buscamos pensar nos sentidos da divisão do espaço dentro do próprio espaço urbano, procurando possíveis traços de identificação, que legitimam o discurso de *rememoração/comemoração* da colonização suábio-germânica no Brasil, bem como do Brasil na colônia Entre Rios, já que tais discursos fazem parte do processo de constituição desse espaço. Outra questão relaciona-se ao fato de que alguns

nomes, em determinadas condições de produção, mesmo ressoando o nacional, produzem efeitos de sentido que colaboram para a manutenção da cultura estrangeira. Com isso, estruturam a re(divisão) e na contradição, constituindo um modo de afirmação da identidade que pode ser analisado por esse ponto de vista, principalmente, por discursos da história, que ressoam como memória.

Decidimos, de forma arbitrária, estruturar este trabalho de maneira menos convencional pela relevância de estabelecer relações consistentes entre teoria e prática, sustentando-as e apontando exemplos. Sendo assim, dividimos esta dissertação em três capítulos, trabalhando a teoria, concomitantemente, às análises, respondendo, em cada capítulo, aos objetivos específicos propostos.

No primeiro capítulo, contextualizamos a origem dos sujeitos *Suábios do Danúbio*, bem como o período sócio-histórico da época em que foram designados como tal. Em seguida, traçamos o contexto de fundação de Entre Rios até a atualidade, abordando questões sociais, históricas e ideológicas que, por meio da língua e da arquitetura local, nos fazem retomar as noções de “nova” e “velha” pátria. Adiante, discursivizamos o espaço semiurbano do distrito de Entre Rios, abordando conceitos estruturantes da teoria em questão para, posteriormente, trazermos o mapa das Colônias, enquanto texto estruturado pelos nomes de ruas que se apresentam a partir da língua nas versões alemã e portuguesa. A partir disso, começamos a pensar em possíveis efeitos de (re)divisão desse espaço subjetivado, priorizando a rua como lugar de (re)significação do urbano.

No segundo capítulo, aproximamos o leitor da perspectiva teórica que permeia este trabalho, tomando a rua como objeto significado e permeado pela ideologia, que pode desencadear efeitos de (des)identificação nos sujeitos pertencentes a formações discursivas preestabelecidas, rememorando/comemorando sujeitos e/ou acontecimentos estruturados na/pela colônia. Para isso, temos como *corpus* de análise nomes de ruas, materializados por meio de placas monumentais, encontradas na colônia e que funcionam, discursivamente, como *lugar de memória*, pois “guardam traços e vestígios que organizam e sustentam a continuidade dos discursos políticos” (VENTURINI, 2009, p. 66).

No terceiro capítulo, mostramos o lugar do “nacional” em meio a uma memória estrangeira e a possível contradição encontrada nesse espaço. Pretendemos discutir um conceito de nacionalidade que permeia a (des)construção do urbano e dos sujeitos que dele fazem parte. Para isso, temos como *corpus* nomes de ruas que se materializam por meio de placas monumentais e postes distribuídos por esse espaço. Pensamos, aqui, em como o já dito é (re)significado na atualidade por meio dos nomes de ruas, questionando-nos sobre que sujeitos são esses habitantes do “nacional”, os quais se identificam com o estrangeiro e que lugar é esse que mesmo fixado em território nacional é designado como nacional dentro do estrangeiro. Por fim, traçamos efeitos de fechamento.

Destacamos que os nomes de ruas, além de se significarem por meio de nomes pertencentes a duas nacionalidades, apresentam-se, também, em versões da Língua Alemã e Portuguesa. A partir dos conceitos estruturantes da Análise de Discurso, levamos em consideração não o conteúdo que se faz presente, mas os efeitos de sentidos que ocorrem a partir do texto. Frisamos, ainda, que cada materialidade mobiliza dispositivos de análise diferentes, no entanto, o interdiscurso mostra-se sempre presente, pois os discursos fazem parte de cadeias parafrásticas a partir das quais sempre ocorrem efeitos de retomada.

Nesse âmbito, o processo de produção de sentidos está sujeito ao deslize, tendo em vista que as retomadas ocorrem a partir de conjunturas específicas, havendo sempre outro possível efeito de sentido. Assim, a historicidade se faz presente no processo de análises e faz com que os sentidos se transformem, mostrando, nos discursos, a opacidade e a incompletude. Por meio dessa compreensão, o analista tece relações entre língua, sujeito e sentido, articulando ideologia e inconsciente (ORLANDI, 2003b).

Nessa linha de análise, o processo de interpretação, de acordo com Orlandi (2008), está ligado tanto a quem fala quanto a quem lê e/ou analisa os discursos, pois ocorre o funcionamento da ideologia que se materializa nesse processo de mão dupla (escrita e leitura). Vale ressaltar, ainda, que a exterioridade, nesse processo, tem um papel fundamental e deve ser levada em consideração, trazendo efeitos de

completude e fechamento do texto, embora saibamos que se tratam, apenas, de efeitos.

CAPÍTULO I

ENTRE RIOS: TERRA DOS SUÁBIOS DO DANÚBIO

*Conquistado - não pela espada,
mas, pelo arado.
Filhos da paz,
heróis do trabalho⁷.*

Pensar a origem dos Suábios do Danúbio e em espaços de imigração é lançar um olhar para questões de pertencimento e de identificação a uma pátria, a uma nação, a um lugar que ficou no passado, constituído pelo esquecimento, mas que ressoa por discursos e/ou lugares de memória⁸, trabalhando, nos termos de Nora (1981), para a estabilização da memória e, por meio de processos coercitivos, tentando determinar os esquecimentos e as visibilidades.

Em função desse trabalho da memória, neste capítulo, damos visibilidade às condições de produção do discurso acerca da origem dos suábios do Danúbio, bem como trazemos o contexto sócio-histórico no qual foram designados como tal. Em seguida, buscamos mostrar, pelo discurso em circulação nesse espaço, a história afetada pela linguagem e materializada em Entre Rios, por meio de sujeitos interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente, as quais sinalizam para o pertencimento a uma Nação – o Brasil – e também para a divisão em relação à pátria de origem.

Pela nossa filiação teórica – Análise de Discurso – priorizamos a historicidade, do que resulta um gesto de interpretação e não outro. O ponto de partida não é a história, não vamos desta para o texto, ao contrário, partimos do

⁷ Discurso encontrado em um monumento – nas línguas alemã e portuguesa - em homenagem aos imigrantes Suábios do Danúbio. Praça Nova Pátria, Colônia Vitória, Entre Rios. Guarapuava-PR.

⁸ O termo “lugar de memória” foi criado pelo historiador francês Pierre Nora e será trabalhado no capítulo 2 desta dissertação.

texto enquanto materialidade histórica que encaminha para o discurso, pois os analistas, nessa perspectiva, buscam saber como o texto produz sentidos. Consideramos a relação entre a história – dimensão temporal e cronológica – e a historicidade do texto, no qual ocorre a trama de sentidos, no entanto, ela não é direta. Trata-se de uma questão mais complexa que ultrapassa a prática de análise de conteúdos da história (ORLANDI, 2012a).

Ademais, neste capítulo, atentamo-nos para a (des)organização urbana por meio do mapa (Guimarães, 2002) como texto/materialidade histórica e para os nomes de ruas enquanto enunciados desse texto, pensando a relação entre a rua, espaço material e o espaço simbólico. Nesse sentido, refinamos o conceito de rua a partir de estudiosos que se debruçaram sobre tal espaço material, do ponto de vista da sociologia (DAMATA, 1997), da literatura (DO RIO, 2013)⁹ e da linguística (FEDATTO, 2013; ORLANDI, 2008; NUNES, 2001; FOURNIER, 2001; GUIMARÃES, 2005, entre outros), bem como situamos nossa perspectiva de análise – a discursiva.

1.1 A origem dos Suábios do Danúbio e a fundação de Entre Rios

Suábios do Danúbio ou *Donauschwaben* é “como se identificam os imigrantes oriundos da antiga Iugoslávia, Hungria e Romênia e seus descendentes” (STEIN, 2011, p.25). De acordo com Stein, os suábios são um povo de etnia germânica, habitantes da Suábia, antiga região europeia que hoje corresponde ao estado alemão *Baden-Württemberg*. Durante o império Austro-húngaro, por volta de 1729, os suábios deixaram sua região de origem e desceram de barco pelo rio Danúbio, a fim de colonizar regiões que hoje fazem parte do sudeste da Europa. Por essa razão, ficaram conhecidos como “Suábios do Danúbio”.

O grupo não procedia somente da região conhecida como Suábia, mas de diferentes províncias do reino alemão. Todos embarcavam no rio Danúbio, na cidade

⁹ A primeira edição da obra de João do Rio, “A alma encantadora das ruas”, foi publicada no início do século XX. Trata-se de uma coleção de crônicas e reportagens que versam a cidade, a rua e seus personagens.

suábica de Ulm, fator responsável pela designação que começou a ser utilizada a partir de 1922, por Hermann Rüdiger, a partir de uma conversa com Robert Sieger, não sendo possível, por isso, afirmar quem proferiu antes o termo. Cumpre assinalar que o surgimento da designação relaciona-se com o contexto do pós-Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918 (STEIN, 2011; ELFES, 1971).

A vinda desse povo ao Brasil tem implicações e significa, pelo desfecho da Segunda Guerra Mundial, como discurso que ressoa, principalmente, com a intensificação dos conflitos étnicos e a derrota do exército alemão por guerrilheiros comunistas, apoiados pelo exército russo. Resultaram desse acontecimento a expulsão, a morte e a prisão de suábios, especificamente, na Iugoslávia e na Rússia, além de dar origem a uma multidão de desalojados oriundos de diferentes partes da Europa (STEIN, 2011). “Trata-se de um processo de diáspora que trouxe cerca de quinhentas famílias de refugiados para o Paraná por meio de instituições de ajuda humanitária, principalmente, a *Schweizer Europahilfe* (ajuda Suíça à Europa)” (STEIN, 2011, p.25), que contava com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e, também, do Brasil, mais especificadamente, do governo paranaense.

Em meio a esse cenário, várias entidades tomavam a causa em prol dos refugiados, ligadas à ONU e, em alguns casos, a instituições religiosas, como as igrejas Católica e Luterana. Entre as instituições, destacam-se: Organização Mundial de Refugiados (IRO), Assistência Espiritual aos Refugiados (*Füchtlingseelsorge*), Caritas Internacional, Obra de Assistência da Igreja Evangélica Luterana da Suíça (*Hilfswerk der evangelischen Kirchen der Schweiz*), Auxílio Operário Suíço e a Cruz Vermelha Suíça (STEIN, 2011).

O autor sublinha os estudos de Maria do Rosário R. Salles, quando cita o decreto de nº 7967, sancionado por Getúlio Vargas, no qual o Brasil assinou acordos com países afetados pelo conflito, possibilitando a vinda de deslocados de guerra para o país. Acreditamos que este seja um dos mais importantes acordos firmados com diversos países da Europa e de outras partes do mundo, dando início a um novo período que marca a oportunidade de um novo começo para diversas comunidades de desabrigados, dos quais destacamos os Suábios do Danúbio.

Conforme ilustra Stein (2011), no Brasil, as negociações em prol de um projeto de abrigo aos suábios iniciaram, primeiramente, com o governo do estado de Goiás, mediadas pelo Padre Josef Stefan, cujo lema era “encontrar um novo lar para nosso povo”, pelo engenheiro agrônomo Michael Moor, perito em cooperativas na Áustria e pelo sacerdote baiano George Bormet, tradutor e secretário da comissão. O governo paranaense, representado pelo secretário da agricultura na época, Lacerda Werneck, que após tomar conhecimento do ocorrido, demonstrou interesse em fixar o grupo no Paraná.

Em seguida, após diversas negociações, em 1951, a comissão liderada por Michael Moor, em virtude das potencialidades da região em termos de solo e da localização entre dois rios, decidiu-se pela implantação da colônia em Guarapuava, região central do Paraná. Por meio do decreto de desapropriação das terras, até então pertencentes a fazendeiros da região, é possível percebermos a confirmação de um grande interesse por parte do governo paranaense, pois o povo suábio conhecia as técnicas de plantio de trigo as quais o Paraná ainda não dominava. Trazer os suábios para o estado mudaria o cenário econômico da região em função da possibilidade de cultivo desse grão.

No início do processo de aquisição de terras, os fazendeiros ocupantes de Entre Rios resistiram em cedê-las, no entanto concordaram em sair mediante um acordo firmado entre eles e o governo do estado, o qual disponibilizava a eles outras terras no norte do Paraná para o cultivo de café. Como o plantio de trigo não era “bem visto” pelos fazendeiros brasileiros, os mesmos não hesitaram, posteriormente, em firmar o acordo e deixar suas terras. Assim, vinte e dois mil hectares de área, distribuídos entre campo e mata nativa foram “cedidos¹⁰” aos suábios, ocasião pela qual, em 05 de maio de 1951, foi fundada a Cooperativa Agrária¹¹, sob a direção do engenheiro agrônomo Michael Moor (STEIN, 2011).

¹⁰ Utilizamos o termo cedidos entre aspas tendo em vista que não tratava-se somente de ceder terras, mas ocorria um forte jogo de forças político e ideológico em torno da fixação dos suábios em terras paranaenses.

¹¹ A Cooperativa Agrária Agroindustrial surgiu como alternativa de vida para um grupo de suábios do Danúbio que, após a Segunda Guerra, estava vivendo em abrigos para refugiados na Áustria. A instituição humanitária Ajuda Suíça para a Europa (Schweizer Europa-Hilfe) idealizou um projeto para

A Colônia foi fundada em junho de 1951, após a chegada a Guarapuava do primeiro grupo de imigrantes formado “por agricultores, artesãos, operários, motoristas, bem como pelos membros dirigentes das colônias e da Ajuda Suíça a Europa” (STEIN, 2011, p.64). Esse primeiro momento é marcado por muito trabalho, uma vez que o grupo deu início ao processo de construção da colônia, dividida em cinco vilas que, de acordo com Elfes (1971), continuaram com as mesmas designações: Vitória, Jordãozinho, Samambaia, Socorro e Cachoeira. No decorrer do ano, chegaram a Guarapuava mais dois grupos, totalizando 2.500 pessoas, constituindo aproximadamente 500 famílias.

O início da colonização é marcado por contratempos e decepções relacionados à improdutividade do solo, bem como ao estranhamento do diferente, uma vez que além de os sujeitos imigrantes estarem enlutados com perdas materiais e de entes queridos, estavam em espaço desconhecido e cheios de incertezas,

Estabeleceram-se no mal conceituado solo estéril dos campos ao sul de Guarapuava e começaram, com trabalho árduo, muitas dificuldades, grande distância do mercado e desconhecendo as condições ecológicas locais, a construir a sua nova pátria - a Colônia de Entre Rios. (ELFES, (1971, p. 13)

Fatores que desencadearam a não produtividade do solo podem justificar a falta de interesse dos fazendeiros da região no cultivo de cereais, pois consideravam o solo impróprio para esse tipo de plantio, fator que os fez optar por terras da região norte e o cultivo de café. Em contrapartida, os suábios como conhecedores de técnicas de cultivo, após diversas decepções e tentativas árduas, conseguiram tornar o solo fértil, tornando a região um polo de produção nacional de trigo. Desde então, o nível de vida dos camponeses tornou-se elevado, desenvolvendo diversos fatores da colônia, como, por exemplo, o acesso à educação, às novas tecnologias

500 famílias, uma vez que a maioria dos suábios eram agricultores, a ideia era basicamente fundar uma cooperativa agrícola em outro país. Disponível em: http://www.agraria.com.br/porta/institucional_quem_somos.php Acesso em 16 de jul de 2014.

de plantio, à compra de máquinas agrícolas, o que encaminha para a promoção do rural para o urbano.

Quando citamos a retomada de fatos ocorridos na história de colonização desse povo presentes na colônia, destacamos o lema, epígrafe desse capítulo, “Conquistado não pela espada, mas com o arado. Filhos da paz, heróis do trabalho”, encontrado em um monumento na praça central da colônia. Esses discursos retomam uma memória de conquistas desses sujeitos por meio do trabalho, responsável pela transformação de suas vidas.

Destacamos que a substituição da espada pelo arado atualiza, no eixo da formulação do discurso, a luta dos suábios como trabalhadores da terra, inseridos numa “nova pátria” e pertencendo a uma nova formação discursiva, que tomamos como FD das colônias. Ressaltamos, também, que esse discurso relaciona-se à ideologia, com o governo que cedeu essas terras, vinculando-se, igualmente, ao desejo de ter um lugar, especialmente, quando se trata de sujeitos afetados por conflitos bélicos, os quais resultaram na expulsão de povos de vários lugares, conforme destacou Bernardim (2013).

É importante frisar que a preocupação em manter a cultura e as tradições do povo suábio cresceu a partir da administração de Mathias Leh¹² (quando presidente da Cooperativa Agrária) que, a partir dos anos 1970, inicia um processo para a preservação da cultura germânica, retomando traços da “velha pátria”. De acordo com Pollak (1989, p.7),

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum [...].

O que está em jogo nesse processo é fornecer um quadro de referências e contribuir para que os sujeitos imigrantes permaneçam unidos. Para isso, destacam-se a criação e conservação de grupos de danças, coral, banda instrumental, grupo

¹² Mathias Leh nasceu na Iugoslávia, no dia 09 de março de 1937, e chegou ao Brasil juntamente com a família em 1951 (STEIN, 2011).

de teatro, bem como “criação e construção do museu histórico de Entre Rios, da Fundação Cultural Suábio-Brasileira, do Centro Cultural Mathias Leh, e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina.” (Stein, 2011b, p. 313) Além disso, a colônia é marcada, atualmente, pela arquitetura germânica e pela língua alemã¹³ falada na comunidade e distribuída pelo espaço urbano. Salientamos, nesse processo, a criação da rádio Universitária Entre Rios FM¹⁴ que atua fortemente na manutenção do uso da língua alemã. Conforme explica Bernardim,

A língua dos imigrantes suábios no espaço de Entre Rios tem forte destaque no cotidiano dos sujeitos e é divulgada por programas de rádio, da emissora local que é mantida pela Cooperativa Agrária e também pela revista com notícias sobre os projetos e desenvolvimento da Cooperativa e da comunidade, além de reportagens sobre a Alemanha e os suábios pelo mundo. (BERNARDIM, 2013, p.52-53)

As materialidades simbólicas presentes, nesse espaço, contribuem para efeitos de sentido de pertencimento, ou seja, são efeitos que identificam esses sujeitos como aqueles que se ligam ao estrangeiro. O trabalho de Mathias Leh iniciado na década de 1970 continua a ser concretizado pela Cooperativa Agrária, visando à (des)construção de uma memória coletiva suábia.

1.2 Discursivizando o espaço semiurbano de Entre Rios: a cidade como materialidade do discurso

Ao destacar que tomamos a cidade por meio da linguagem, o objeto de análise é o discurso, que Orlandi (2003b, p.21) a partir de Pêcheux (1997) entende como “efeito de sentido entre locutores”. A análise de discurso (AD) relaciona a língua, a história e a ideologia, que se materializam no discurso, não procurando

¹³ De acordo com Stein (2011b, p. 313), “um aspecto que provavelmente chama a atenção de quem a visita é o fato de os suábios se comunicarem preferencialmente em dialeto *schwöisch* ou em língua alemã.”

¹⁴ A Rádio Universitária FM 99.7 Entre Rios é fruto de uma parceria entre a Cooperativa Agrária Agroindustrial e a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), ambas sediadas em Guarapuava. Inaugurada na década de 1980, a emissora é mantida pela Fundação Pioneira de Radiodifusão Educativa do Paraná, cujo conselho diretor é composto por representantes da Cooperativa e da UNICENTRO. Disponível em: <http://www.universitariaentrieriosfm.com.br/quem-somos/> Acesso em 18 de abril de 2014, às 23h.

uma chave para cada sentido, mas questionando-o em cada materialidade simbólica. Segundo Orlandi (2004, p. 18), “o discurso é uma noção fundadora e a questão de sentido é uma questão aberta.” Para tratá-la, é preciso considerar a língua e sua materialidade em relação à materialidade da história, pois, para que ocorra sentido, é necessário que a língua se inscreva na história, possibilitando a compreensão de como um texto funciona e produz sentidos.

A AD trabalha com a língua prática que se efetiva por meio de processos discursivos. Para entender o funcionamento discursivo do espaço urbano da colônia suábio-germânica de Entre Rios, a fim de chegarmos a gestos interpretativos e delimitarmos os recortes e os efeitos de sentidos dados por esses mecanismos, consideramos a exterioridade da língua, fator que contribui para o entendimento da constituição desse espaço. Nessa conjuntura, é visível a ocorrência de uma tensão entre o nacional e o estrangeiro nesse lugar.

Essa tensão instaura efeitos de sentidos que dividem não só o espaço material e simbólico da colônia, mas, também, o sujeito, representado e filiado à formação discursiva das Colônias, que se identifica, não só com o estrangeiro, mas com o nacional, tendo em vista que é visível tal identificação por meio das materialidades, como por exemplo, a própria língua. Nesse sentido, ao considerarmos um sujeito e um espaço dividido, refletimos e buscamos compreender como a cultura germânica se constitui e instaura efeitos de filiação e de contradição nesse lugar, no qual ressoa a Alemanha, como uma presença na ausência, que apaga os demais países de onde esses sujeitos vieram e o Brasil, que de certo modo, é uma ausência presente.

Atualmente, o distrito de Entre Rios é formado por cinco vilas/colônias: Vitória, Jordãozinho, Cachoeira, Socorro e Samambaia, as quais, juntas, somam mais de 10.000 habitantes¹⁵. Destaca-se no cenário nacional pelo forte poder econômico e pela cultura germânica, visto que os suábios, ao longo de sessenta

¹⁵ Dados atualizados pelo IBGE – Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1378>

anos desde o início da colonização, encontraram meios de preservar “rastros” de sua origem, os quais se discursivizam de diversas formas, principalmente, por meio da linguagem, como ocorre em Entre Rios.

Em termos discursivos, tomamos os rastros como traços presentes no espaço urbano da formação social e são visíveis, também, por meio das placas de sinalização de bairros, nomes de ruas, nomes de centros culturais e de saúde, que se apresentam escritos nos idiomas alemão e português, dando visibilidade aos estreitos vínculos entre os suábios e a Alemanha, bem como, mesmo que em menor visibilidade, com a Iugoslávia, a Hungria e a Áustria, em razão de seus antepassados serem oriundos dessas regiões. Segundo Venturini (2009, p.68), “rastros e vestígios linearizam no eixo da formulação o presente cultural do espaço urbano, mas também, a história e memória desse espaço e dos sujeitos que o constituem e são por ele constituídos.”

De acordo com Orlandi (2008, p. 186), “o espaço urbano pode ser considerado como um espaço material concreto que funciona como um sítio de significação que demanda gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalhado em/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes.” Em nosso trabalho, o gesto de interpretação realiza-se em torno do mapa, dos nomes de rua e das placas que as nomeiam, tendo em vista a cidade como

[...] um espaço simbólico particular tendo sua materialidade que produz sua própria forma de significar. Em outras palavras, a cidade se caracteriza enquanto espaço em que se materializam gestos de interpretação específicos, aqueles que constituem o urbano. No espaço da cidade, o simbólico e o político se articulam de forma particular. A isto chamamos ordem do discurso urbano. (ORLANDI, 2008, p. 186)

No que tange ao distrito de Entre Rios, podemos dizer que espaço material do que é designado como colônia é formado não só pelo urbano, mas também pelo rural, tendo em vista que se constitui como o maior produtor de grãos do sul, destacando-se em termos nacionais pela produção de malte. Ou seja, é o maior produtor de malte do país, fazendo com que o município de Guarapuava-PR ocupe o ranking nacional no cenário da agricultura.

Nesse âmbito, o espaço urbano de Entre Rios destaca-se por essa particularidade, pois é constituído por casas, lojas comerciais, bancos, supermercados, igrejas, escolas, vias públicas, etc. Esse espaço, no entanto, localiza-se fora da área central da cidade e possui, também, características rurais, como a circulação de caminhões de transporte de safra, máquinas agrícolas, plantações, *outdoors* que trazem publicidade de materiais do campo, entre outros. Ao analisar essa (des)organização urbana, Bernardim (2013) designa o espaço de Entre Rios como semiurbano, pois se configura em um espaço intermediário, sendo uma subdivisão do município de Guarapuava – distrito – com sede própria (a zona central) que possui grande parte de serviços públicos e privados, os quais são características do urbano. Para a autora,

Os sentidos do rural e do urbano alternam-se e são produtivos na análise do espaço de imigração, que na ordem institucional é nomeada como colônia, mas abarca o urbano, ou pelo menos o semiurbano, o entremeio de rural-urbano. (BERNARDIM, 2013, p.75)

Esse fato desloca a colônia para os estudos do urbano, pois, de acordo com Orlandi (2003b), campo e urbano comungam-se no processo de significação, afinal o que não é cidade, como por exemplo, o campo, também significa e é significado por ela. Nessa conjuntura, um complementa o outro no processo de produção de sentidos.

O espaço semiurbano de Entre Rios é estruturado por uma memória estrangeira e outra nacional, como dito acima. A colônia é (re)significada pelos sujeitos habitantes desse lugar e pelos que a visitam. Convém mencionar que a velha pátria, lugar de origem dos suábios, é retomada de diversas formas no distrito, dentre as mais visíveis, por meio da arquitetura e da linguagem. A partir de um olhar discursivo, diferentemente do estudo antropológico, do sociológico urbano e de outros em torno do espaço, o analista de discurso atenta para a necessidade de interpretar o urbano, posto que entende a cidade por meio do discurso e sublinha o fato de que ela se constituiu como um objeto simbólico que produz sentidos (Orlandi, 2004). Assim, ao observar o espaço semiurbano em questão, priorizamos

significações que se dão por meio da linguagem, conforme já mencionado. Procuramos compreender como as ruas da Colônia produzem sentidos e como esses sentidos funcionam, nesse espaço.

De acordo com Orlandi (2004, p. 11), “[a] cidade é uma realidade que se impõe com toda sua força. Nada pode ser pensado sem a cidade como pano de fundo. Todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade.” Assim, entendemos o espaço de Entre Rios como cenário da constituição de sujeitos que habitam e transitam por/nesses espaços, marcado por memórias distintas, das quais retomam na ordem urbanística, o que de fato, marcou a história de colonização e o desenvolvimento deste lugar.

Nessa conjuntura, “definimos a cidade como um texto que se dá a ler, apresentando-se, às vezes, como uma página em branco, e em outras, como uma página preenchida, que encaminha para a saturação, pelo efeito de evidência e de homogeneidade.” (VENTURINI, 2009b, p. 73) Destacamos que tanto os efeitos de incompletude quanto os de saturação possuem relação direta com os sujeitos que habitam o urbano, posto que

O cotidiano da cidade nos mostra diferentes formas de *estar sujeito*: passando ou esperando: organizadamente; pedindo, vendendo, roubando, trabalhando, divertindo, (im)previsivelmente. Espaço específico de interpretação de sentidos na cidade: lugar de observação e recorte de análise. (FEDATTO, 2009d, p.64)

O que se vê no espaço semiurbano central da colônia são fortes características europeias, que se mostram por meio da arquitetura, dos nomes de estabelecimentos comerciais, culturais, de saúde e, principalmente, por meio da presença da língua alemã, visível em diversos espaços da colônia e na interação familiar de muitos dos descendentes de europeus que ali vivem. Por essas razões, esses sujeitos são designados pelos sujeitos habitantes da cidade como alemães, mesmo sendo oriundos de diversos países da Europa. De igual forma, Entre Rios é designada na região como “colônia dos alemães”.

A zona periférica denominada “vila dos brasileiros” distancia-se de uma memória estrangeira e aproxima-se de uma memória nacional, pois não há vestígios

européus nesse espaço da colônia, seja por nomes de ruas, pela arquitetura, por estabelecimentos comerciais ou pela língua – domínio do idioma português. Além disso, a maioria dos sujeitos habitantes não possuem relações étnicas com os habitantes da zona central desse espaço semiurbano, ressoando efeitos, para nós, de divisão.

O habitante da cidade não é uma engrenagem meio a uma cidade inerte. Ele está em constante conflito com as injunções da arquitetura, do formato das cidades, dos cruzamentos das ruas, dos planejamentos urbanos. A *prática do social* seria, neste caso, um modo de praticar diferentemente outras formas de sociabilidade que levem em conta não só o espaço como estrutura física (des-historicizada), mas como materialidade significativa atravessada pela história (BARBOSA FILHO, 2012, p.52).

Ao trazermos a divisão, destacamos que ela acontece de forma material e simbólica, tendo em vista que temos sujeitos “brasileiros e suábios” que residem em espaços distintos da colônia, dos quais, como mencionado, retomam ou o Brasil ou países germânicos. Além disso, podemos pensar em divisão no próprio “lado germânico”, pois ocorre uma prática discursiva que demonstra uma filiação a uma memória local e a uma memória outra, afirmando o pertencimento a duas formações discursivas, a nacional e a estrangeira. Nessa esteira, “a cidade é também documento e apresenta-se pela sua materialidade urbanística, que na ordem do discursivo, definimos como grande texto a ser lido, decifrado.” (VENTURINI, 2009, p. 138) Além disso, Fedatto (2009b, p. 157) preconiza que

[...] as textualizações urbanas inauguram histórias, recortam significações, produzem saberes que colocam a cidade como parte da relação com o simbólico, enquanto meio material das relações sociais que inscrevem uma determinada memória da língua na história. É a partir de um modo de vida urbano que temos bibliotecas, escolas, igrejas e seus nomes, formatos, regras [...].

Nessa conjuntura, a cidade é vista por Orlandi (1999, p.8) “como um espaço simbólico que tem sua materialidade e que produz uma significância. Ela dá forma a um conjunto de gestos de interpretação que constituem o urbano, cujo discurso se realiza no confronto entre o simbólico e o político”. Nesse funcionamento, o simbólico e o político conjugam-se nos processos de produção de sentidos, uma vez

que para a teoria discursiva todo discurso é ideológico, ou seja, não existe um discurso neutro. Ao pensar a ideologia por meio da linguagem, ela passa a funcionar como um mecanismo estruturante do processo de significação, posto que se materializa na linguagem e é parte de seu processo de significação. É a partir dessa comunhão que podem ser observados os “efeitos de sentidos” em determinadas condições de produção (ORLANDI, 2003).

É por meio do discurso que a cidade se significa e os sujeitos habitantes desse espaço reafirmam seu pertencimento a ele por meio das filiações identitárias que os inscrevem em redes de memória. É por esse motivo que afirmamos que o espaço urbano é um lugar de produção de sentidos, um espaço simbólico onde sujeitos e espaços se significam, se identificam e se constituem por meio das relações estabelecidas com seu *outro*. Para Venturini (2009, p.41), a cidade caracteriza-se como “um grande texto que se constitui e se deixa constituir numa ordem que de um lado é própria dela e de outro se caracteriza por sua ligação com os cidadãos que a habitam e a significam como texto.” Nesse âmbito,

[...] o desenho urbano pode ser visto como o rastro de uma invenção de passado que deseja sobrepor-se às práticas espaciais dos povos que antes habitavam o território. Não sem ambiguidade, as construções que se transformaram em referência, elevadas também, em vários casos, ao estatuto de *patrimônio histórico*, são qualificadas através de pares antitéticos como lugares de resistência ou submissão, invenção ou empréstimo, progresso ou decadência. (FEDATTO, 2009c, p.81)

As materialidades que circulam, nesse lugar, encaminham para sentidos que se ligam ao passado, principalmente, à Alemanha. Isso ocorre devido às placas de sinalização de bairros, nomes de ruas, nomes de centros culturais e de saúde, que além de se apresentarem no idioma alemão e português, remetem, quase sempre, ao lugar de origem desses imigrantes, dando visibilidade aos estreitos vínculos entre os suábios e aquele país, em razão de seus antepassados serem oriundos daquele espaço. Segundo Venturini (2009, p. 68), “rastros e vestígios linearizam no eixo da formulação o presente cultural do espaço urbano, mas também a história e memória desse espaço e dos sujeitos que o constituem e são por ele constituídos.”

Desse modo, interpretar esse espaço é fundamental para entender os sujeitos que fazem parte dele, pois, de acordo com Venturini (2009), a cidade apresenta-se não só como um texto saturado, no qual tudo está dito, mas também como uma página em branco a ser escrita, compreendida, lida, interpretada pelos sujeitos/cidadãos que vivem nela e também pelos que a visitam, os quais a significam e são significados por ela. Vale lembrar, ainda, que o

[...] texto urbano vai construindo e refletindo uma rede de saberes que se tornaram quotidianos (nomes próprios, sistemas de ideias, filiações políticas). Ao se situarem, esses saberes recortam sentidos para o espaço e formulam as construções como lugares de significação para diferentes posições-sujeito [...] (FEDATTO, 2009c, p. 80).

Assim, ao lançarmos um olhar para Entre Rios, assumimos a posição, segundo a qual, esse espaço é (re)escrito diariamente, sejam por aqueles que ocupam posições “suábios-germânicas” ou “brasileiros”. Nessa conjuntura, ao mesmo tempo em que se lê, escreve-se e se (re)significa, construindo sentidos que são ideológicos, uma vez que a ideologia é inerente ao sujeito ocupante de uma posição no discurso. Isso significa que os sentidos são (re)produzidos de diversas formas e o espaço que tomamos como materialidade pode possuir inúmeras versões de interpretação.

1.3 A rua no mapa: lugar de (re)significação do espaço urbano

A partir de um olhar linguístico tomamos o mapa como materialidade da rua, considerando as orientações de Guimarães (2002, p. 43), uma vez que ele traz seus nomes e nos permite olhar para o espaço urbano como um todo, representado de forma simbólica, mostrando o espaço físico, central, periférico, urbano ou rural, que é habitado por diferentes sujeitos que constituem a cidade e são constituídos por ela. O mapa nos permite compreender a organização do urbano, pois “tomar o mapa como *corpus* permite tomar, também, a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano.”

Guimarães (2002), a partir da obra *Semântica do Acontecimento*, faz uma análise morfossintática e semântico-enunciativa das ruas da cidade de Cosmópolis-SP. Destacamos, no entanto, que nosso olhar para a rua, nesta dissertação, inscreve-se não a partir de uma leitura semanticista, mas por meio de um olhar de analistas de discurso de orientação francesa, tendo a rua historicizada e como parte de um processo de produção de efeitos de sentido. Mesmo assim, nossos objetivos nos permitem entrelaçar conceitos no que tange aos estudos do urbano e da rua como lugar de (re)significação desse urbano, sem afastarmo-nos de uma perspectiva de análise discursiva. Os nomes de rua, no mapa, funcionam como enunciados do texto – o mapa.

Na análise do funcionamento discursivo de Entre Rios, demonstramos as relações que os nomes de rua possuem entre si e como constituem o urbano, uma vez que os discursos estão inscritos numa formação discursiva predeterminada. Nesse âmbito, identificamos os sentidos existentes entre os nomes no mapa, sobretudo, os efeitos que podem surgir a partir da relação dos nomes com a história e os sujeitos, os quais, habitantes ou visitantes da colônia, possuem um imaginário desse lugar e fazem parte do processo de produção de sentidos.

Nessa esteira, postulamos o mapa como materialidade dos nomes de rua e os nomes como materialidade da ideologia, posto que seu funcionamento ultrapassa o simples fato de marcar um endereço, designar um espaço ou marcar um caminho a ser percorrido, tendo em vista que seu nome retoma sujeitos, acontecimentos e guarda rastros do passado, retomados no presente. Nesse âmbito,

[...] os nomes no mapa, mesmo que apareçam aí como meras etiquetas de espaços urbanos, são, enquanto nomes, o mapa (linguagem) que relaciona esta cidade com a sua história, sem a qual ela não é uma cidade. E estes nomes, inclusive o nome da cidade, são, enquanto sentido (designação) o que produz incessantemente uma identificação dos espaços da cidade e da cidade consigo mesma. E assim, constitui estes espaços como espaços de identificação de sujeitos. (GUIMARÃES, 2002, p. 67)

Os nomes de ruas, no mapa, estruturam o espaço urbano, exercem influências e promovem a identificação dos sujeitos. As ligações entre sujeitos e espaços não podem ser pensadas enquanto simples fato de ele ter nascido em

determinado lugar, mas consideradas a partir do pertencimento e das identificações do sujeito com o espaço urbano. Para Guimarães (2002, p. 67),

Um Cosmopolense não é uma pessoa que faz parte da classe das pessoas nascidas, ou moradoras, em Cosmópolis. Cosmopolense é o que é identificado por todo um processo histórico, de que faz parte essa parte enunciativa de nomear lugares e, lembremos, de nomear pessoas.

Os sujeitos habitantes de Entre Rios se dizem/veem como suábios-germânicos não por terem nascido na Europa, mas por fazerem parte de um processo histórico que os identifica, os nomeia, os constitui como brasileiros e, ao mesmo tempo, suábios. Nessa conjuntura, o fato de a maioria não ter nascido na Europa não exclui possibilidades de esses sujeitos se sentirem/constituírem como europeus, tendo em vista que são interpelados pela ideologia que se faz presente na língua, nas materialidades simbólicas e nos laços familiares que os unem.

Nessa direção, no entremeio entre sujeito e cidade, ocorre um jogo de forças e de identificação que faz com que sujeito e cidade comunguem no processo de produção de sentidos, uma vez que o sujeito não se constitui fora de seu espaço, pois o corpo dos sujeitos e corpo das cidades formam um só, estando um inerente ao outro, sendo que o destino de um é constitutivo do destino do outro (ORLANDI, 2004).

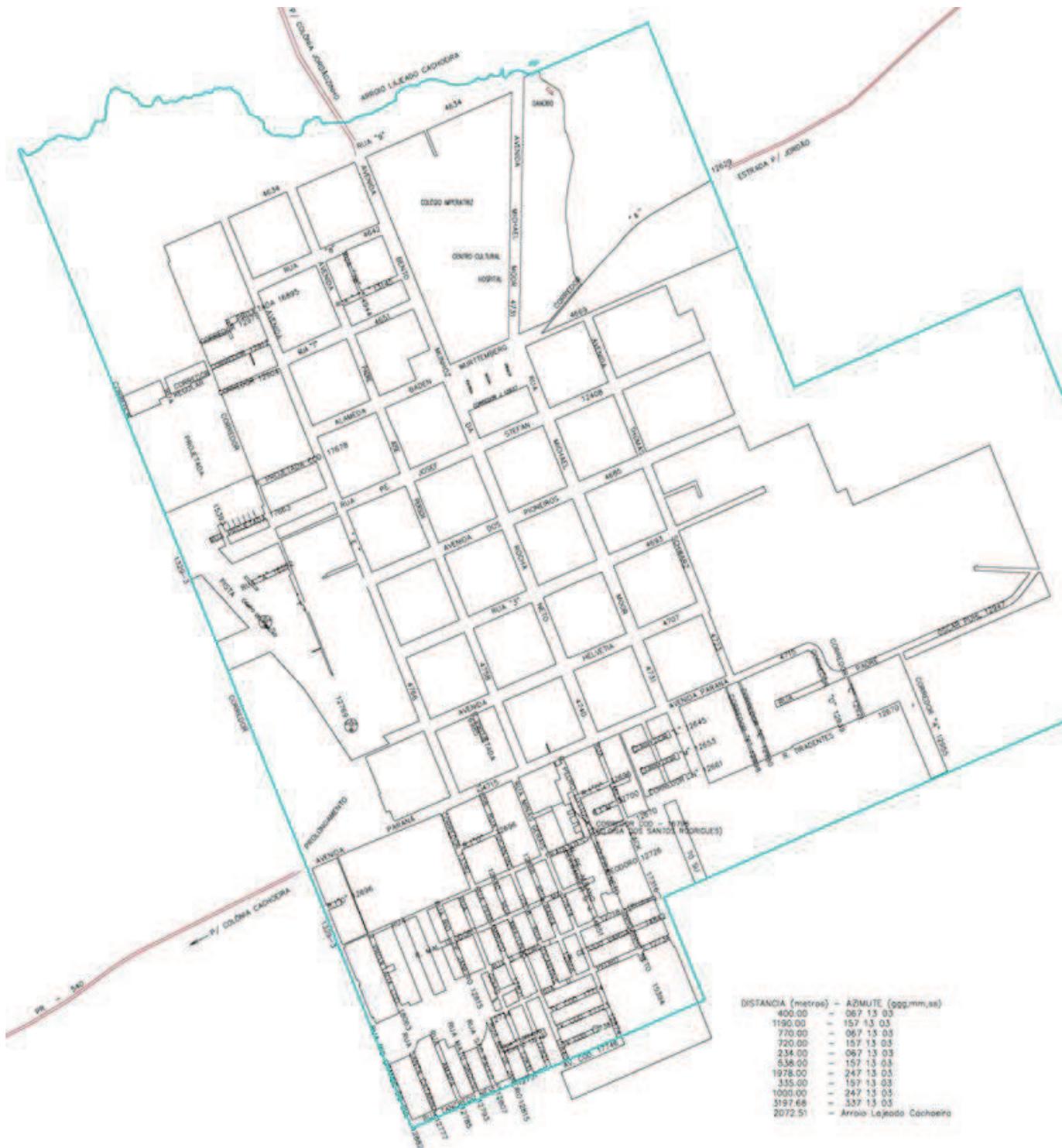
Enfatizamos o fato de que tomamos o mapa enquanto um texto não só por ele trazer os nomes de ruas como enunciados, conforme menciona Guimarães (2002), mas por ser um recorte que representa a cidade e suas diversas repartições. Isso significa que tomamos a cidade a partir do mapa e o mapa a partir da cidade, o que nos possibilita descrever o seu funcionamento discursivo e analisar como os sentidos são produzidos e que vestígios discursivos se presentificam na materialidade em questão. Sendo assim, mapa é texto também porque representa a cidade, carente de interpretação, pois, conforme cita Guimarães (2002), é (re)significada na ordem do cotidiano.

Ler/interpretar/compreender o mapa a partir do aporte teórico das ciências da linguagem, mais especificadamente, do lugar de analistas de discurso, implica pensá-lo enquanto objeto simbólico representativo do urbano, produzindo sua

própria forma de significar. Orlandi (2008, p. 187) aborda a importância de compreender “como a cidade faz sentido no sujeito, como ela se diz nele, como o sujeito se constitui, enquanto posição sujeito urbano, e como ele significa (se significa) na cidade.”

O distrito de Entre Rios é formado por cinco colônias, que trazemos representadas, separadamente, no mapa. Destacamos que, ao observá-lo, pensamos a (des)organização do espaço urbano, lançando um olhar para sua estrutura semântica. Não tomamos os nomes de ruas para realizar uma análise particular de cada nome, pois nosso objetivo, neste capítulo, é fazer um levantamento desses dados simbólicos – nomes de ruas no mapa – pensando em um sentido de divisão linguístico-material do espaço representado, ao qual nos referimos como nacional e estrangeiro.

Convém ressaltar que designamos as materialidades analisadas, nas quais os nomes de rua funcionam como texto-imagem, estruturados por enunciados-imagem, tendo em vista seu funcionamento no discurso, segundo Venturini (2009a), como espaço interdiscursivo. Isso porque a partir dos enunciados-imagem, que estruturam essas materialidades, temos o já dito que é reatualizado, *rememorando/comemorando* sujeitos e acontecimentos, bem como produzindo novos efeitos de sentidos no/pelo espaço urbano.



Texto-imagem 1 - Colônia Vitória/Entre Rios. Fonte: Centro de planejamento Urbano de Guarapuava

A colônia Vitória é a de maior densidade no cenário de Entre Rios, o que a coloca, também, como a mais populosa do distrito. O mapa sinaliza que há um maior número de nomes filiados a uma memória nacional, entre eles, Rua Getúlio Vargas e Marechal Deodoro. Esses nomes, no mapa, situam-se no espaço denominado zona periférica, uma vez que ficam à margem da zona central. Na colônia, conforme já citado, os sujeitos locais caracterizam periferia como “vila dos brasileiros”, tendo em vista que os sujeitos habitantes desse espaço distanciam-se de uma memória que os liga ao estrangeiro. Vale lembrar que tanto os “brasileiros” quanto os suábios se autodesignam como tal.

A leitura do mapa sinaliza para designações de nomes de vias que se apresentam, de um lado, como nomes próprios de pessoas importantes para a história do Brasil, como Bento Munhoz da Rocha, Tiradentes, entre outros, e de outro, nomes que se ligam à colonização suábio-germânica, como é o caso das avenidas Michael Moor e Pe. José Persch. Além disso, há designações de nomes de ruas que homenageiam países e/ou estados brasileiros e germânicos, como Paraná e Baden-Württemberg. Assim, os efeitos de sentidos constituídos são que as línguas alemã e portuguesa dividem espaços por meio de seus nomes. Além disso, encontramos vias designadas como corredores e algumas ruas apenas numeradas.

A partir disso, adentramos no funcionamento discursivo do mapa para interpretá-lo e compreendê-lo como texto, sinalizando para a diferenciação postulada por Orlandi (2003b) entre o inteligível, o interpretável e o compreensível. O inteligível refere o sentido à língua, basta saber a língua para que o enunciado seja inteligível. O interpretável é o sentido pensando o contexto, as relações estabelecidas. Já o compreensível relaciona-se ao saber como um objeto simbólico produz sentidos, é saber como as interpretações funcionam. Para Orlandi (2003b, p. 26), “[a] compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem.”

Os nomes próprios no mapa – nomes de pessoas, cidades e/ou países – nos colocam diante da relação nome/coisa. Guimarães (2002) enfatiza que há uma relação particular, na qual o nome está relacionado com aqueles que falam, que são

sujeitos do dizer, reafirmando a relação nome/sujeito. Nesse âmbito, o nome/palavra cumpre duas funções, particulariza os objetos e sujeitos e aponta outros dizeres na história e a relação deles com o urbano, significado por materialidades simbólicas. Para Guimarães (2002, p. 44), “o espaço do homem só é espaço enquanto historicamente determinado e a linguagem o designa neste processo histórico.”

O texto (mapa) dá visibilidade à organização material do espaço de imigração em ruas, avenidas, corredores e alamedas. Os nomes (enunciados do texto/mapa) direcionam para histórias que retomam datas e nomes próprios componentes da história do Brasil e da colonização suábio-germânica. É comum alguns nomes materializados somente no distrito, pois possuem relação com os sujeitos locais e com a fundação da colônia, como é o caso da Avenida Helvetia. Por esse motivo, é que tomamos os nomes de ruas como particularizantes de um espaço de imigração.

A partir da materialidade, temos a cidade estruturada de um lado como uma pátria imaginada pelos sujeitos colonizadores/imigrantes, pois, na ordem do cotidiano, são repetidos nomes que os identificam como germânicos (estrangeiros) e de outro a nomes que se inscrevem em uma memória ligada ao nacional. Em termos discursivos, o que nos instiga a analisar o espaço em questão é o modo como o nacional e o estrangeiro são significados nas colônias, posto que nomes nacionais e estrangeiros entrelaçam-se no processo de produção de sentidos.

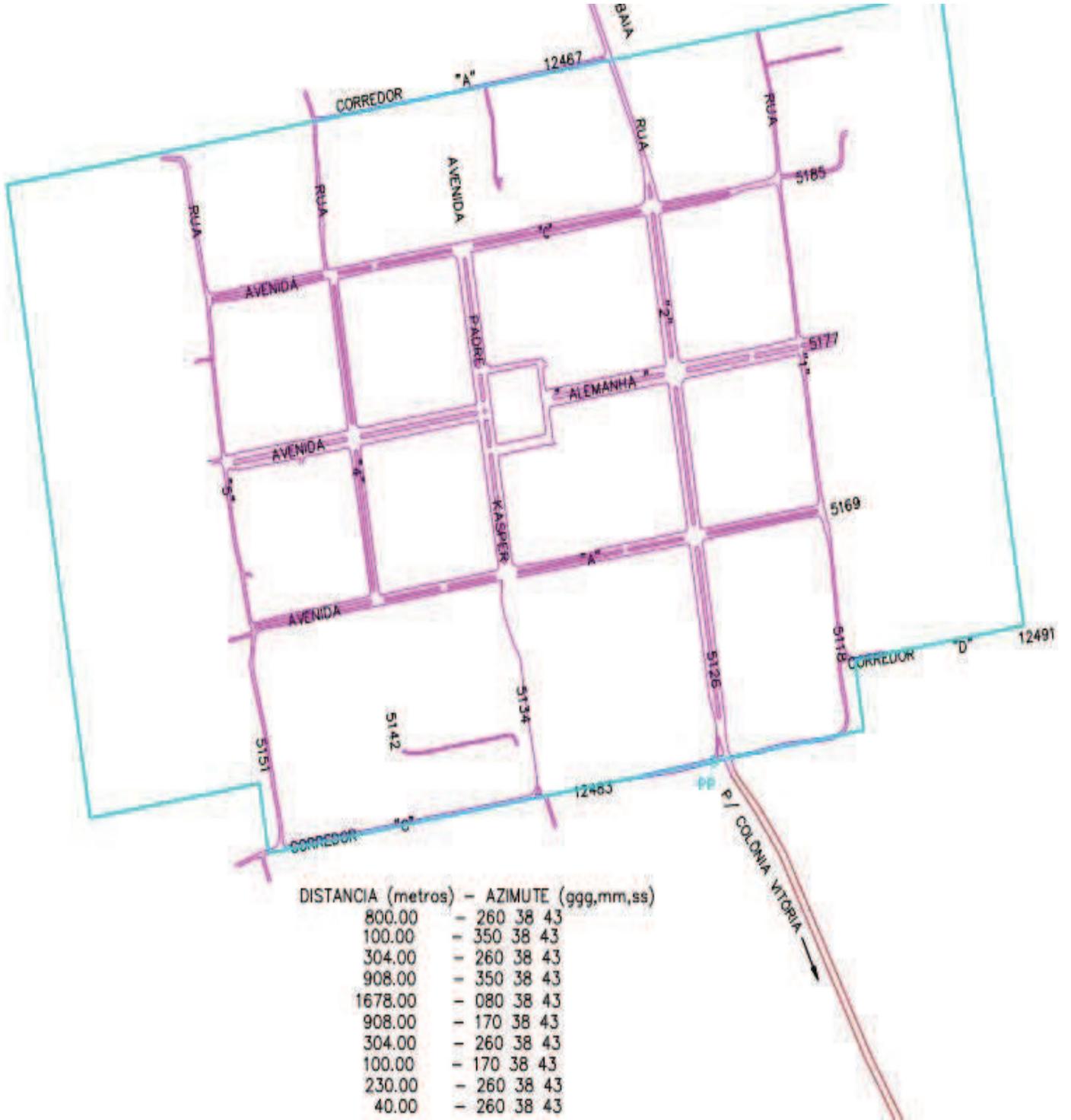
A partir disso, um olhar ao mapa pode trazer efeitos de sentidos de divisão, tendo em vista que se tem, de um lado, o território suábio e, de outro, o brasileiro. A zona central é estruturada por avenidas que marcam a presença estrangeira, tais como: *Avenida Michael Moor*, *Avenida Thomas Schwarz*, *Avenida Dos Pioneiros*, *Avenida Helvetia*, *Avenida Pe. José Persch* e a *Avenida Paraná*, a qual divide a zona central e periférica. Além das avenidas, temos a *Rua Pe. Josef Stefan* e a *Alameda Baden-Württemberg*. Como se nota, grande parte dos nomes de ruas, alamedas e avenidas marcam a filiação a uma memória estrangeira que constitui a história e memória desse lugar. Talvez o fato de a colônia ser designada como “vila dos alemães” possua relação, também, com seu funcionamento discursivo. Michael Moor, por exemplo, perito de cooperativas na Europa e engenheiro agrônomo, foi

um dos fundadores da Cooperativa Agrária Agroindustrial, existente desde 1951, na região.

A zona periférica – “vila dos brasileiros” – é estruturada por um número maior de ruas e avenidas, já que elas se encontram mais concentradas nesse espaço da colônia. Destacamos as *Avenidas Bento Munhoz da Rocha Neto* e *Paraná* por ocuparem parte das duas colônias. Ademais, pontuamos as seguintes ruas: *Pedro Lustosa de Siqueira Neto*, *Minas Gerais*, *Tocantins*, *Amazonas*, *Pernambuco*, *Rio de Janeiro*, *Bahia*, *São Paulo*, *Amapá*, *Tancredo Neves*, *Dom Pedro II*, *Mal. Theodoro*. Os nomes, nesse espaço da colônia, ressoam uma memória que se filia ao nacional, pois são de nomes de pessoas e lugares que marcam a construção de uma identidade nacional, do ser brasileiro, sendo comum em diversos espaços do Brasil.

A designação “vila dos brasileiros” e a não filiação a uma memória estrangeira, igualmente aos nomes da zona central, produzem efeitos de sentido a partir do mapa, dividindo a colônia. Além disso, geograficamente, a zona central é formada, principalmente, por avenidas de maior relevância na cidade em termos de circulação de veículos. Essa parte possui também quadras maiores, as quais se encaixam nos moldes germânicos. Paradoxalmente, a zona periférica possui quadras menores e um rol maior de ruas, pois há um grande aglomerado de casas e espaços.

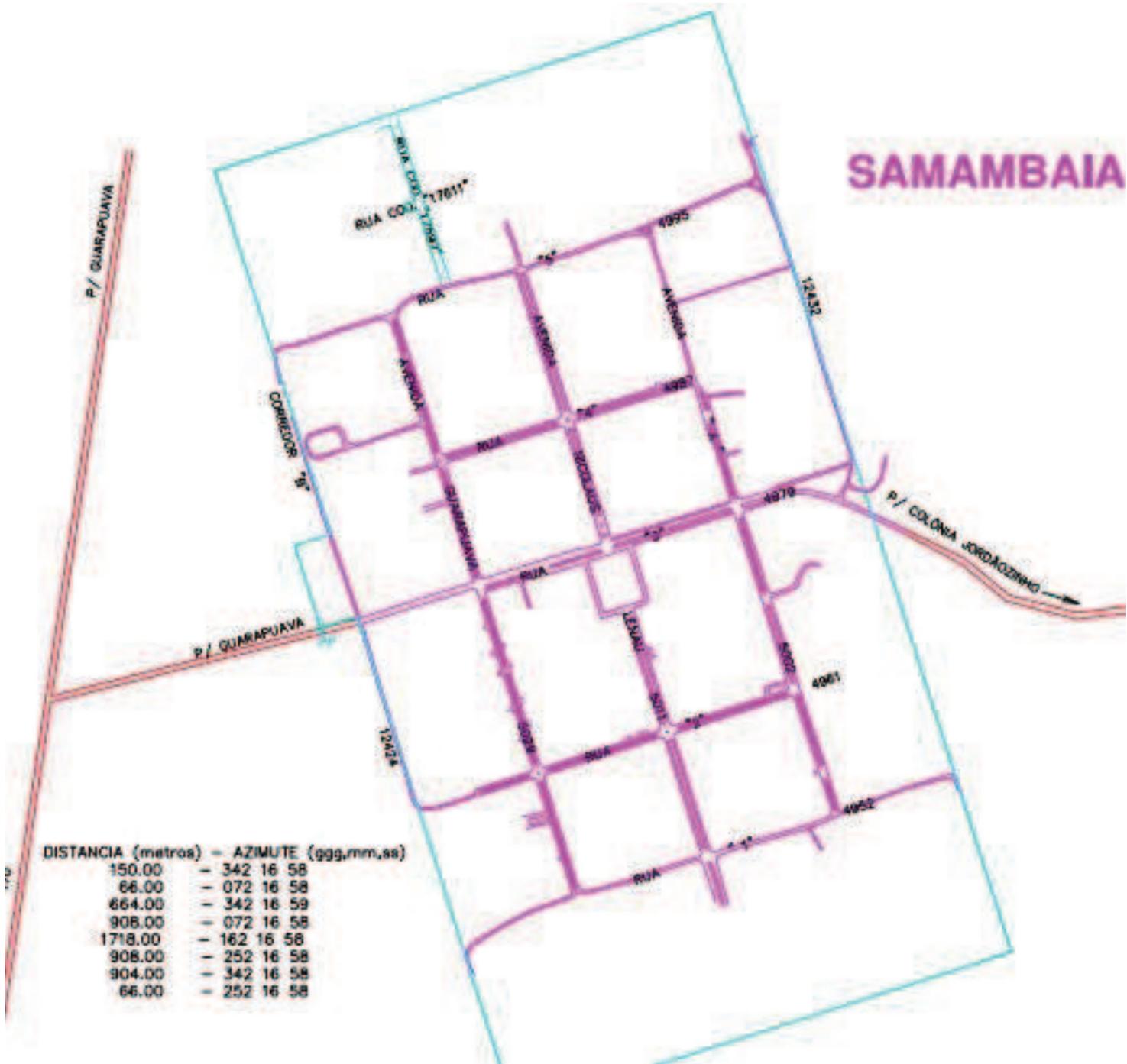
Já colônia Jordãozinho possui um fluxo menor de sujeitos e seus espaços são divididos de forma que é notável a filiação a uma memória germânica. Os nomes de ruas são basicamente dois, classificados como avenidas Alemanha e Padre Kasper. Ademais, temos corredores, avenidas e ruas designadas por meio de numerais e letras do alfabeto.



Texto-imagem 2 - Colônia Jordãozinho/Entre Rios. Fonte: CEPLUG - Centro de planejamento Urbano de Guarapuava

O mapa possibilita, também, a leitura/compreensão de espaços em branco encontrados nesse lugar. Em termos discursivos, esses espaços significam o urbano, pois constituem a cidade como um todo. Nessa conjuntura, não são apenas espaços em brancos, mas espaços a serem lidos e interpretados, uma vez que ecoam sobre o urbano. Por esse motivo que, a partir de Bernardim (2013), tomamos Entre Rios como espaço semiurbano.

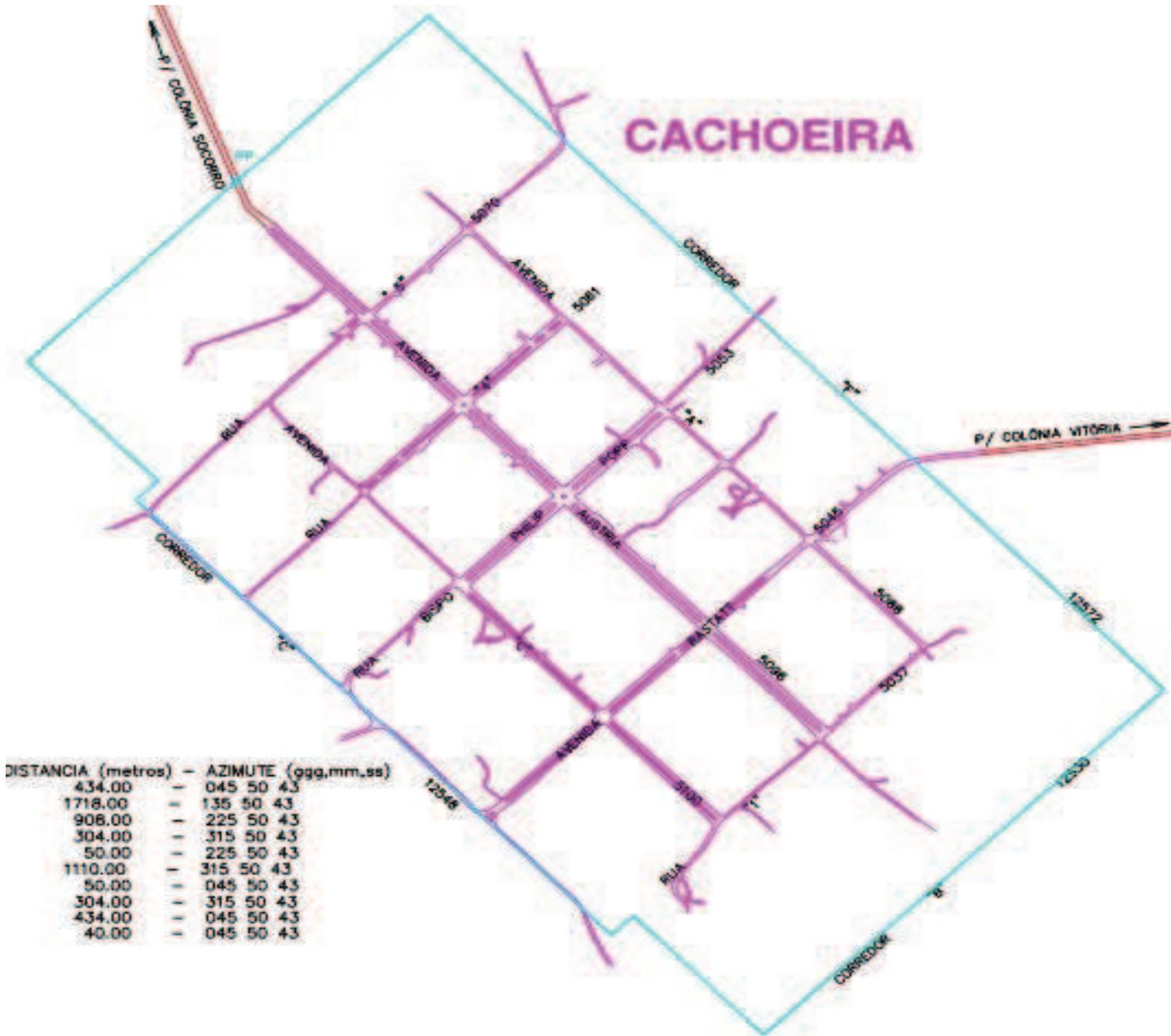
O mapa da colônia Samambaia destaca-se por sua aproximação discursiva com a colônia Jordãozinho, pois traz como enunciados nomes de ruas, avenidas e corredores, os quais são designados por meio de numerais, letras do alfabeto e nomes de pessoas e lugares. No caso em questão, Avenida *Guarapuava e Nicolaus Lenau*, aproximando-se não só da filiação à memória estrangeira como também da filiação à memória nacional.



Texto-imagem 3 - Colônia Samambaia/Entre Rios. Fonte: CEPLUG - Centro de planejamento Urbano de Guarapuava

Os nomes no mapa, embora apareçam como etiquetas de espaços urbanos, relacionam-se à cidade com sua história, sem a qual ela não é uma cidade. Eles produzem, incessantemente, uma identificação dos espaços com a cidade e da cidade consigo mesma. Um sujeito não pertence a uma cidade simplesmente pelo fato de ter nascido ou ser morador dela, mas por todo processo histórico de que faz parte a prática de nomear lugares e pessoas (GUIMARÃES, 2002). Há relação entre os suábios, seu país e a cidade de Guarapuava, local que os acolheu e permitiu a construção de uma nova vida em comunidade. Desse modo, o fato de serem suábios ou brasileiros não possui relação somente com o seu lugar de nascimento.

A colônia Cachoeira, por sua vez, apresenta nomes que encaminham para o pertencimento a uma memória estrangeira e esses efeitos de sentidos instauram-se por meio *das Avenidas Rastatt e Áustria*, enquanto lugares materiais e simbólicos. Esses lugares, cidade alemã e país europeu, foram a “velha pátria” de muitos dos descendentes de suábios que chegaram ao Brasil na década de 1950. Assim, os nomes saem de uma estabilidade de nomeação cotidiana nacional, pois contam a história de um povo, de uma nação, em cujo processo o estrangeiro está presente. As outras ruas da colônia são designadas por numerais e letras do alfabeto, não possuindo relação aparente com memórias em confronto nesse espaço de imigração, conforme segue o mapa:



Texto-imagem 4 - Colônia Cachoeira/Entre Rios. Fonte: CEPLUG - Centro de planejamento Urbano de Guarapuava

As colônias menos populosas, o caso de Jordãozinho, Samambaia, Cachoeira e Socorro, possuem diversas ruas e avenidas designadas por meio de numerais e letras do alfabeto. Quando isso não ocorre, os nomes inscrevem-se, quase sempre, numa memória estrangeira ou mesclada entre o nacional e o estrangeiro. Isso é visível no caso da colônia Socorro, uma vez que se destacam a *Avenida Brasil* e a *Avenida dos Suábios*. É possível pensarmos nos enunciados Brasil e Suábios como nomes memoráveis, pois ambos foram importantes para a fundação do distrito de Entre Rios, denominado colônia dos alemães.

A partir dos mapas apresentados até agora, vemos a legitimação de espaços “vazios”. Esses espaços, por mais que estejam em branco, são carregados de ideologia e os campos e as plantações existentes nesse lugar retomam a memória de um povo trabalhador e vencedor, pois historicamente são refugiados que vieram ao Brasil somente com o conhecimento do preparo para uma terra fértil e sua mão de obra e, atualmente, são considerados, na grande maioria, grandes produtores agrícolas, contribuindo para o desenvolvimento do país. Esse sujeito é homenageado na colônia, sendo representado pelo nome *Dos Suábios*, conforme avenida no mapa abaixo:

Além desses sujeitos, o Brasil também é retomado, pois é “responsável” diretamente pelo acolhimento desse povo, possibilitando o cultivo das terras e dando-lhe a oportunidade para que uma nova pátria fosse imaginada e construída em território nacional. Nesse sentido, os nomes de rua, atrelados à cidade, trazem um saber sobre esse povo e conta sua história por meio do simbólico existente no espaço urbano. Pela estrutura discursiva do espaço em questão, há visibilidade para a ocorrência de diversos nomes próprios de pessoas e de lugares que possuem ligação direta com os sujeitos habitantes de Entre Rios. Por meio desses nomes, retornam discursos e memórias e o espaço é significado, sinalizando para filiações a domínios do social, do histórico e do político pelos quais se significam os sujeitos e se constituem traços de identificação, de pertencimento. É por isso, que enfatizamos, retomando Guimarães (2002), que os nomes de ruas não são etiquetas, ao contrário, são constitutivos de sujeitos e do espaço urbano.

1.4 O funcionamento discursivo da rua: paradoxos em (des)construção

Para pensar a rua, neste trabalho, há necessidade de deslocá-la dos sentidos dados pelos dicionários (NUNES, 2001), abarcando as discursividades. Aqui, analisamos a rua em suas designações de nomes como algo que, mesmo particularizante, não é delimitado, ou seja, não restringe significações. A rua significa tanto os espaços quanto os sujeitos subjetivamente, o que nos possibilita pensá-la como algo não estanque, assim como os sujeitos que a habitam e transitam por/sobre ela ressignificando-a.

De acordo com Cabral (2005), o estudo da rua se apresenta como relevante em diversos aspectos e linhas teóricas, pois não se pode conceber uma cidade sem a rua, uma vez que é ali que ocorrem interações e representações sociais. Em termos discursivos, a rua é parte da urbanidade que constitui a cidade. Vale lembrar que ela significa por meio de seus nomes, os quais foram designados a partir de condições de produção específicas.

Analisamos, também, a relação existente entre a rua e seu nome, trazendo concepções que ultrapassam fronteiras sociológicas e geográficas, pois o que está

em jogo são relações ideológicas presentes nesse espaço, as quais se materializam por meio da linguagem que nomeia as vias públicas. De acordo com Fedatto (2013a, p.111),

[...] o nome está no lugar do objeto, não como uma sua representação, mas como uma fundação. Diremos que nomear é dar existência simbólica às coisas, porquanto, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que parece difícil afirmar que o mundo é criado no momento de sua nomeação, é o nome que o faz existir para o mundo da linguagem.

Para Fournier (2001), os nomes de ruas obedecem a restrições e procedimentos e seu nome figura num objeto material (placa ou cartaz) e constitui um rótulo que é colocado na via a ser identificada, o que possui função denominativa da sequência discursiva. O nome é determinado por meio de sua figuração que consiste na contiguidade entre o segmento discursivo e o espaço nomeado. Em termos discursivos, o que está em jogo são as relações simbólicas entre a rua – o objeto – e o nome que a constitui.

Ao tomarmos a rua, estamos falando das vias públicas, sejam avenidas, ruas, travessas ou alamedas. Bosredon e Tamba (1999 *apud* Fedatto 2013a) afirmam que a atividade de nomeação é submetida a restrições pragmáticas locais. Sendo assim, os nomes são formados por um classificador (avenida, rua, alameda, travessa) e por um segundo nome individualizante. Segundo Fedatto (2013a, p. 115),

[...] a série dos elementos nominais classificadores não segue uma lógica taxonômica uniforme, ela é fruto do acúmulo de certas categorizações ao longo das épocas. em relação ao segundo nome individualizador, pode-se notar uma diversidade nos traços de caracterização, como: contingência, duração, séries temáticas, comemoração de lugares, datas ou personagens históricos ou virtuosos. é importante salientar que o que forma o nome da via é o conjunto entre o elemento categorial e o caracterizador.

Nunes (2001, p. 101), ao traçar um percurso pelas definições de rua e seus derivados em dicionários de Língua Portuguesa, permite-nos analisar aspectos da constituição da cidade por meio de práticas significantes. Esse percurso, de acordo com o autor, atesta a formação de um léxico urbano que se amplia com a

urbanização das cidades. Atualmente, “[...] a noção de rua reúne um leque de significações: pode designar espaços, sujeitos, práticas urbanísticas, acontecimentos, significando também a fusão do espacial e do social, bem como as contradições que atravessam o espaço público.”

As ruas, apesar de terem suas particularidades, em termos discursivos repetem o já dito, sendo definidas como o lugar de (re)significação de sujeitos e de espaços, diferenciam-se em extensões e seus ladeados. São diferenciadas também pelas memórias e discursos que convocam, os quais trabalhamos como contradição, pois o que é memória e faz sentido para os sujeitos, quando escrito em alemão, não significa e não ressoa para os sujeitos-brasileiros.

Assim, a rua não significa somente como um percurso, um caminho público/privado ladeado de casas, árvores, plantações e/ou muros, mas principalmente, como lugar de produção de sentidos. A partir disso, algumas ambiguidades que retomam esse lugar se fazem relevantes para este trabalho.

Para analisarmos o nome de ruas, é relevante antes de tudo, trazeremos significações acerca de seu lugar material/empírico, tendo em vista a relação que ele possui com seu nome, o simbólico, que o identifica, pois o faz existir para o mundo da linguagem. Se uma rua é denominada como *Rua dos Suábios*, o não-dito atuante ali é que, em algum momento da história, esses sujeitos fizeram parte, de alguma forma, da construção imaginária dessa rua, de sua memória, bem como de sua formação material. “[...] a rua da oração indica que em algum momento ali se rezava, a rua do colégio evoca a instituição de ensino ali localizada.” (FEDATTO, 2013a, p.116) Por esse motivo, é importante pensar nossa concepção acerca da rua para, então, estabelecermos as relações necessárias entre sua forma material e sua forma simbólica.

Nunes (2001) lança um olhar para a palavra rua no dicionário. Primeiramente, ela é concebida como lugar de passagem do cidadão. Em seguida, passa a ser lugar de passeio, prevalecendo a diversidade social e marcando comportamentos de flerte, exibição e vadiagem. De acordo com o autor, apenas no final do século XIX ela começa a ser nomeada como um espaço público oposto ao privado. Desde então, a rua passa a ser vista como moralmente inferior, sem

sociabilidade do trânsito e da circulação, promovendo conflitos que marcam a presença de uma classe baixa, com todos os sentidos pejorativos que daí procedem.

Por um viés sociológico, ela estabelece relações sócio-históricas, na quais as coisas acontecem. Ela é ponto de tramas, sendo o lugar onde a sociedade é representada. Nesse sentido, assim como a rua é palco de vozes, ela pode tirar a voz daquele que a habita, afinal, sendo o oposto da casa, não é lugar dos bons costumes, da ética, da moral, tendo em vista que a sociedade possui uma cidadania na casa e outra na rua. A casa e a rua são tratadas como categorias sociológicas, pois, segundo Damata (1997, p.15)

[...] não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.

Nesse âmbito, embora nossa perspectiva seja a discursiva, a casa e, principalmente, a rua – nosso objeto neste trabalho – ultrapassam o simples fato de ser, materialmente, um caminho a percorrer e possuir um nome apenas para fins de endereçamento. A partir das considerações do autor, a rua passa a ter um sentido negativo que, sendo o oposto da casa, é o lugar público onde se despejam comportamentos não acolhedores, ao contrário da casa, pois pela rua “passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas ‘autoridades’ e não temos nem paz, nem voz.” (DAMATA, 1997, p.20) Filho (2012, p.51-52, grifos do autor) sublinha que

As políticas de *divisão* do espaço urbano que empreendem a exaltação do privado significam a cidade a partir da saturação dos sentidos do *público*: assim, enunciados como “pivetes invadem ruas” nos mostram que a “rua” enquanto unidade do espaço público perdeu o sentido de espaço comum e funciona, no discurso urban(ístic)o, como um espaço de *fluxo* e não de permanência, um espaço *marginal*: o oposto do privado. É a construção, entre nichos e corredores que, dentre outras coisas, evidencia o funcionamento ideológico (aevidência) dos sentidos *negativos* do espaço público e os sentidos *positivos* do privado.

As definições de rua por vezes mostram sentidos negativos quando opostos ao privado. Isso ocorre porque a partir do século XIX, quando a palavra ganha sentido público. A partir de então,

[...] o corpo social passa a ser significado no espaço urbano. Juntam-se nesse momento os sentidos do espacial e do social. A rua antes vista como um espaço de passagem ou de passeio, ganha outras significações: ela passa a designar também o conjunto de habitantes, um grupo ou uma classe social (DAMATA, 1997, p. 105).

Nessa conjuntura, a rua pode excluir, intimidar, abandonar e desamparar, pois, historicamente, conota sentidos negativos sobre ela e sobre os sujeitos inseridos nela, considerados, até então, inferiores. Em contrapartida, vista de outro ângulo, a rua pode ser aquela que acolhe, aquela que é “lar”, que abriga a miséria, a ignorância, o mistério, bem como o trabalho árduo e suado (DO RIO, 2013). Assim, a partir de Damata (1997), a rua pode ser sinônimo de deserto, de silêncio e de tragédia, mas, ao mesmo tempo, ela pode ser lugar de vibração e comemoração, tendo em vista que, ao mesmo tempo, é palco de sujeitos, onde as coisas acontecem e eles são protagonistas, pode ser arquibancada, na qual o sujeito passa a ser expectador da rua.

Nesse âmbito, torna-se primordial lançar um olhar para a rua e seus nomes, pois da mesma forma que não se pode estudar o sujeito fora de seu espaço – a cidade – não se pode estudar a cidade sem a rua, pois os sentidos dessas estruturas se entrelaçam.

Se a cidade é um lugar de interpretação com suas particularidades significativas, a rua pode ser considerada como estruturante deste imaginário em que a cidade significa: via pública, calçada, pedestres. Lugar público, lugar comum: neste espaço comum a relação entre o corpo do texto, sendo este último significado na simbiose presente no que chamo narrativa urbana (ligando materialidade do sujeito e materialidade da cidade, o corpo do sujeito está ligado ao corpo social), estabelece-se um jogo de memória em que trabalha a divergência (ORLANDI, 2008, p.198-199).

A partir disso, os sentidos do urbano entrelaçam-se entre a rua, lugar público e a cidade, formada, também, por sujeitos que a habitam. Sendo assim, vale lembrar a impossibilidade de estabelecer conceitos e análises de forma isolada desse corpo

estruturante do urbano, tendo em vista que ambos constituem um todo a ser interpretado. Nessa linha de análise, a cidade significa-se a partir de seus sujeitos e suas ruas.

No âmbito das significações, a rua para os sujeitos pode ser tanto ponto de encontro na cidade como ponto de desencontro. Além disso, para o sujeito trabalhador de rua, ela é seu ambiente de trabalho e ocupa o entremeio entre a fartura e a miséria. Para o sujeito corredor de rua, ela não é apenas um espaço a ser percorrido, mas, também, o lugar de resistência, persistência e superação. Ademais, há sujeitos que tomam a rua como inspiração, para quem ela significa, além de tudo, como lugar de rimas, cantigas e poesias.

Não se pode esquecer, nessa linha de pensamento, que a materialidade rua se significa cotidianamente por meio de diversos sujeitos que transitam por ela. A infinitude de sentidos e significações nasce a partir das diversas posições que os sujeitos ocupam na rua, a partir de diversas formações discursivas às quais se filiam. Vale lembrar que as formações discursivas, de acordo com Pêcheux (2009), no campo ideológico, delimitam o que o sujeito pode fazer/dizer na/pela rua, possuindo ligação direta com a concepção de rua que ele possui. A rua é, principalmente, lugar de tramas simbólicas, políticas e ideológicas que permeiam a cidade no âmbito da significação.

Tais questionamentos acerca da rua referendam o que postula João do Rio, ainda no início do século XX. O autor já menciona em sua época a rua como um fator que dá vida às cidades ao afirmar que a rua tem alma, tem ideais, ideologias, filosofias, religião. Ao pensarmos nos nomes de ruas e suas significações, há ruas que se mostram como inteiramente católicas, outras protestantes, outras pensadoras e outras sem religião. Para o autor, a rua tem alma e não é um simples alinhamento de fachadas, ela é agasalhadora da miséria, “[...] é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte.” (DO RIO, p.20, 2013)

Embora sejam citados autores de outras áreas, tais como a sociologia e a literatura, delimitamos, neste trabalho, um olhar para a rua por meio do viés discursivo, pautando-nos, preliminarmente, em seus nomes e nas relações que possuem com a historicidade. Sabemos, no entanto, que não há como separar a rua

de suas condições de produção, uma vez que trabalhamos, conforme orienta Orlandi (2003b), com a linguagem no mundo e sua maneira de (re)significar.

Para Guimarães (2005, p. 43), “os nomes de ruas apresentam-se, principalmente, por seu aspecto cotidiano.” Em outras palavras, são nomes que usamos para encontrar um endereço qualquer, mandar uma carta, etc. O processo de nomeação das ruas pode ocorrer por meio de um “batismo” comunitário ou institucional (FEDATTO, 2013a). No Brasil, as ruas são denominadas por meio de leis municipais, o que as legitima institucionalmente como tal, entretanto, em muitos casos, o fator pragmático acaba ocupando um lugar significativo, pois, reflete a história e memória de um povo, de uma nação.

Discursivamente, a rua significa pelo que retorna por meio de seu nome e pelo que significa para os sujeitos. Nesse âmbito, os nomes significam por meio de uma memória coletiva (ACHARD *et al.*, 2010), trabalhada por Davallon, na qual só retém do passado o que ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo ou comunidade que o mantém. É preciso que o fato lembrado possua vivacidade e, sobretudo, é necessário que ele seja reconstruído a partir de dados e noções que se apresentam como comuns aos diferentes membros da comunidade social.

Nesse processo, os nomes de ruas além de designar e identificar as vias de circulação, contribuem para a organização e domínio do espaço urbano nos planos jurídico e do administrativo. Além disso, “[...] eles produzem igualmente sentidos, eles dizem alguma coisa da cidade, sobre a cidade, e sobre aquilo que a rege ou delinea.” (FOURNIER, 2001, p.111)

As palavras do autor nos instigam a investigar o que os nomes de ruas de Entre Rios dizem e demonstram a partir da ligação desse espaço com o estrangeiro, a terra de origem dos sujeitos que ali habitam. De acordo com Fedatto (2013a, p. 116) “[...] além de identificar as ruas como objetos únicos, permitindo a divisão da cidade e a localização dos habitantes, os nomes estabelecem uma memória coletiva construída popular ou oficialmente numa relação com o local e/ou com o nacional.” Nesse espaço, todavia, o que está em jogo é a relação local com o nacional e/ou com o estrangeiro que se mostra presente.

Nessa perspectiva, os nomes que estruturam a cidade e são formados, como menciona Guimarães (2005), por nomes próprios de pessoas e/ou lugares, significam para esses sujeitos, tendo em vista que são objetos simbólicos e possuem relação com a linguagem e com a história. Embora os nomes de ruas, de forma geral, sejam determinados por uma história de nomes que se repetem em diversas cidades, consideramos que eles são ressignificados por meio das condições de produção do discurso. Por esse motivo, é que postulamos a partir de Fedatto (2013a, p. 120) que

[...] a relação que os nomes projetam sobre o espaço tem, portanto, sua materialidade histórica específica: o espaço urbano que recorta um passado e nomeia a partir de dizeres que poderiam ser outros; produzindo, assim endereços (e passados) que localizam os cidadãos e os remetem ao espaço nacional, ao estado formado ou em formação. Os sentidos convocados pela memória dos nomes de rua podem ser a nacionalidade, a origem, o poder, o heroísmo, e têm sempre algo a ver com um efeito de homogeneidade e controle próprios ao funcionamento administrativo (sic).

Em Entre Rios constituem-se dois efeitos de nacionalidade em funcionamento, no centro de uma formação discursiva: uma brasileira e outra suábio-germânica. Isso é visível, também, pelos nomes de ruas que ressoam o heroísmo e a origem de um povo, provocando efeitos de contradição¹⁶, posto que há a filiação a uma formação discursiva que retoma tanto o estrangeiro quanto o nacional.

Nesse sentido, “a língua dos nomes de ruas é estabelecida por um jogo de forças entre as políticas das diferentes línguas que concorrem no território por meio de um processo pelo qual o colonizador busca dar sentido ao que se encontra opaco.” (FEDATTO, 2013, p.120) Nesse trabalho, pensamos as influências estrangeiras, que se significam ali, por meio da comunidade imigratória existente em Guarapuava. É comum o uso de outras línguas em diversos espaços, o que nos faz

¹⁶ O conceito de contradição está relacionado às modalidades de identificação decorrentes de quando o indivíduo é interpelado em sujeito. Assim, a contradição ocorre quando no interior de uma mesma FD, os sujeitos se identificam, mas também questionam os saberes das FDs, destacando a heterogeneidade e a divisão do sujeito. Esse conceito será trabalhado no capítulo III desta dissertação, a partir de Zandwais (2009) e Indursky (2005).

pensar na filiação a uma memória viva que constitui essas comunidades e é retomada pelos sujeitos habitantes. Assim, o funcionamento do nome de rua materializa a tensão entre o aspecto cotidiano de localização na cidade e a injunção político-institucional que projeta saberes e desígnios no âmbito do espaço nacional.

As discussões realizadas neste capítulo permitiram entender, por meio do mapa, mecanismos discursivos e de configuração da colônia, os quais encaminham para sentidos de divisão e contradição. Os nomes de ruas discursivizados identificam/dividem não só um espaço, mas também um povo, pois, ao lembrar/comemorar fatos e/ou acontecimentos do passado, constrói-se um presente e promove-se um imaginário de futuro, ou seja, os nomes de ruas ainda contribuem para a construção de um imaginário coletivo acerca de um sujeito e de uma nação, promovendo, concomitantemente, efeitos de identificação.

Os efeitos contraditórios existentes, nesse espaço, mostram a configuração de um sujeito e um espaço inscritos na formação discursiva das colônias, a qual prende os sujeitos à velha e/ou à nova pátria, ou seja, há efeitos ligação com o Brasil, a morada atual, sem deixar de lado a velha pátria, materializada pela Alemanha e países europeus, os quais se configuram como o lugar ideal desse povo. Assim, os efeitos contraditórios são marcados/legitimados por uma dupla filiação no interior de uma mesma formação discursiva. Esses efeitos, por meio do mapa, mostram que determinados mecanismos discursivos, ao mesmo tempo em que dividem, unem esses sujeitos na/pela história e memória.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DE DISCURSO E URBANIDADE: ENTRELAÇANDO CONCEITOS

“Compreender, eu diria, é saber que o sentido pode ser outro”
Eni P. Orlandi

Este capítulo tem como objetivo aproximar o leitor da perspectiva teórica trabalhada que amparou esta pesquisa: a Análise de Discurso. Em um primeiro enlace, trazemos as raízes da teoria, bem como seu objeto de estudo – o discurso, como reestruturante do urbano, tendo em vista que carregado de ideologia, pode desencadear efeitos de (des)identificação nos sujeitos pertencentes a formações discursivas pré-estabelecidas. Além disso, buscamos conduzir reflexões que trazem a urbanidade e colocam os nomes de ruas, em Entre Rios, como lugar de (re)significação do espaço urbano. Para isso, analisamos placas monumentais que trazem nomes de ruas como enunciados, encontradas na zona central da colônia e que funcionam, discursivamente, como *lugar de memória*.

O processo de teorização, juntamente com as análises, ajuda-nos a entender como esse lugar é discursivizado, uma vez que encaminham para o discurso em seu meio e circulação social. A interpretação, a partir da teoria, canaliza para sentidos que se mostram apenas como efeitos, considerando o sujeito leitor também parte do processo de produção de sentidos. O trabalho encaminha-se para um processo de leitura não estabilizada, debruçando em possibilidades de interpretação.

2.1 Dispositivos de análise e o movimento pendular entre teoria e prática

De acordo com Petri (2013), a Análise de Discurso possui princípios básicos e palavras-chave que estruturam a análise de materialidades discursivas, como os

nomes de ruas, recorte deste trabalho, cuja escolha indica o funcionamento discursivo das colônias de Entre Rios. Nesse sentido, enfatizamos o movimento pendular de retorno à teoria, entrelaçando conceitos e análises, conforme preceitua Petri.

A análise discursiva pode ser pensada como uma teoria da interpretação, a qual surgiu na França na década de 1960, a partir de estudos desenvolvidos por Michel Pêcheux. Tal teoria é considerada herdeira de três regiões do conhecimento: a psicanálise, a linguística e o marxismo. Não se reduz, entretanto, ao objeto dessas disciplinas, uma vez que trabalha no entremeio de cada uma delas, tendo em vista que seu objeto de estudo é o discurso, definido como “efeitos de sentidos entre locutores.” (PÊCHEUX, 2010, p.82)

No Brasil, a teoria ganha visibilidade a partir de trabalhos desenvolvidos, primeiramente, por Eni Puccineli Orlandi, considerada precursora, no país, da disseminação da teoria em questão. Atualmente, há um significativo número de analistas de discurso brasileiros debruçados sobre a teoria da AD, a qual vem ganhando força a cada dia e ocupando um terreno significativo nos estudos da linguagem, bem como nos estudos da urbanidade, que tomam o espaço como texto que se (re)significa pelos sujeitos.

Trabalhamos, a partir de Pêcheux (2010), com a noção de memória discursiva, a qual, considerando regularização e repetição, seria aquilo que restabelece os implícitos, os pré-construídos, elementos já ditos. A partir disso, concebemos memória como aquela que

[...] não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 2010, p. 52)

A memória discursiva sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas, mas que já foram esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É a partir dessa memória que os sujeitos não possuem controle e que os

sentidos se (des)constroem com base na ilusão de o sujeito ser a origem do dizer (CAZARIN, 2004).

Indursky (2011, p.86) discute o funcionamento do interdiscurso e da memória discursiva. Segundo a autora, tudo o que já foi dito inscreve-se no interdiscurso, pois ele constitui-se de um complexo de formações discursivas nas quais os sentidos já produzidos se fazem presentes e não apenas os sentidos autorizados pela forma-sujeito pela qual ele foi interpelado. Nesse âmbito, a autora postula como natureza do interdiscurso “reunir todos os sentidos produzidos por vozes anônimas, já esquecidas. E é por comportar todos os sentidos que ele se distingue da memória discursiva.”

Nessa linha de pensamento, a partir de Courtine (1981), se a memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no âmbito das práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos, significa que ela refere-se aos enunciados inscritos nas FD, no interior das quais a memória recebe seu sentido. Assim,

[...] a memória discursiva se refere aos enunciados que se inscrevem em uma FD, isto significa que ela diz respeito não a todos os sentidos, como é o caso do interdiscurso, mas aos sentidos autorizados pela Forma-Sujeito no âmbito de uma formação discursiva. (INDURSKY, 2011, p. 86-87)

Nessa conjuntura, uma formação discursiva é regulada por uma memória discursiva que ecoa uma memória coletiva e social. A memória discursiva que se depreende de uma formação discursiva não é plena, pois nem todos os sentidos estão ideologicamente autorizados a ressoar, tendo em vista que são regulados ideologicamente. Sendo assim, tanto a memória discursiva quanto o interdiscurso relacionam-se a uma memória social, entretanto, a memória discursiva é regionalizada, delimitada ao que pode ser dito em uma FD, ao passo que o interdiscurso abarca a memória discursiva referente ao complexo de todas as FD, compreendendo uma memória totalizante e ampla (INDURSKY, 2011).

Vale sublinhar que os discursos ocorrem a partir de determinadas condições de produção. Ao trazermos esse conceito, estamos nos referindo tanto aos sujeitos quanto à situação em que ocorre a produção do discurso e às condições sócio-

históricas determinantes para os efeitos de sentidos a partir de memórias que ressoam e discursos que retornam.

De acordo com Orlandi (2003b), essa situação pode ser pensada em sentido estrito, caracterizado pelo *aqui* e *agora* do dizer (contexto imediato), ou em sentido lato, contexto sócio-histórico e ideológico (contexto amplo). Convém destacar, no entanto, que essa separação ocorre para proporcionarmos ao leitor uma melhor explicação a respeito do conceito, pois, na prática, não é possível realizar tal separação, tendo em vista que os discursos ocorrem tanto em meio a um contexto imediato quanto a um contexto amplo, concomitantemente.

Pensamos os nomes de ruas, a partir das condições de produção, levamos em consideração o contexto imediato – sentido estrito – pelo qual as ruas foram nomeadas e os discursos foram materializados em placas monumentais, bem como as entidades que assinam os discursos encontrados junto a determinados nomes. Isso porque, nesse espaço, o ato de nomeação funciona, também, como um marco para a sua urbanização. Além disso, consideramos o contexto sócio-histórico e ideológico – sentido amplo – pelo qual os nomes estão filiados, pois fazem parte de um processo relacionado com a fundação da colônia e com a história e memória do povo que ali habita.

Nesse sentido, ponderamos que os discursos presentes nas materialidades encontradas em Entre Rios significam porque se inserem em condições de produção predeterminadas, fazendo ocorrerem efeitos sentidos que ligam este lugar ao passado, comungando a história com o presente, o aqui e agora do dizer. Em outras palavras, as condições de produção do discurso possuem relação direta com a produção de sentidos que se dá por meio das manifestações da linguagem encontradas na colônia. Vale frisar, como ponto forte da análise de discurso, a (re)significação da noção de ideologia, tendo em vista a consideração da linguagem.

Para pensar a ideologia, Pêcheux (2009) postula que vivemos em uma sociedade capitalista em meio a um conjunto de práticas capazes de interferir diretamente nas ações desempenhadas pelos sujeitos. Essas interferências, como orienta a teoria marxista, podem ocorrer a partir do governo, do exército, da polícia, entre outros, pois são estabelecidos como aparelhos de estado (AE), mais

especificamente, designados pelo autor como *aparelhos repressivos de estado*, uma vez que funcionam por meio da violência física ou não física, salientando a ação do opressor sobre o oprimido.

Nessa conjuntura, com base em Althusser, Pêcheux diferencia *aparelhos repressivos de Estado (ARE)* e *aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Para o autor, se o primeiro funciona sustentado pela violência, o segundo, funciona orientado pela ideologia. Todo o aparelho de estado (AE), entretanto, seja repressivo ou ideológico, funciona tanto por meio da violência – física ou simbólica – como também pela ideologia ou de forma concomitante.

Althusser (1985), por seu turno, diz que o que muda é a ordem de funcionamento, pois os aparelhos repressivos oprimem, primeiramente, por meio da violência física ou moral para, posteriormente, trabalhar a ideologia. Já os aparelhos ideológicos, inversamente, funcionam por meio da ideologia para, então, reprimirem de forma dissimulada ou simbólica. Assim, não há aparelho puramente ideológico e repressivo de estado.

Nessa perspectiva, os AIE, representados por instituições, atualmente, públicas e/ou privadas, “[...] moldam por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção, etc.” (ALTHUSSER, 1985, p. 70) os sujeitos e possuem relação direta com suas escolhas, bem como seus comportamentos. Entre as práticas, podemos pensar na escola enquanto mantenedora de um estado atual que, ao escolher os discursos vigentes, trabalha a relação dos meios de reprodução. Sendo, nesse caso, ideologicamente um meio de manter e reproduzir as relações de poder, a partir da qual prevalece, muitas vezes, a classe dominante sobre a classe dominada. Convém ressaltar que os AIE podem não apenas ser os meios pelos quais ocorre o trabalho da ideologia, como também o lugar onde acontece a luta de classes, a qual é meramente ideológica.

De acordo com Althusser (1985), a expressão ideologia foi idealizada por Cabanis, Destutt e Tracy e elegia como objeto a teoria das ideias. Posteriormente, o termo foi retomado por Marx e ela passa a ser designada como um sistema de ideias e representações que domina o espírito de um homem e/ou de um grupo social. Althusser (1985, p. 89) postula que “uma ideologia existe sempre em um

aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material.” Em outras palavras, o autor afirma que as práticas dos sujeitos estão relacionadas à ideologia à qual se filiam, tendo em vista que ela funciona, mesmo que inconscientemente, como delimitadora do dizer/fazer.

Pêcheux (2009, p. 130), considerando isso, evidencia “o fato de que as ideologias não são feitas de ideias, mas, de práticas”, as quais se materializam/manifestam por meio dos aparelhos ideológicos de estado, que são lugar e meio de realização de tramas ideológicas. Orlandi (2003b) com base em Pêcheux afirma que a ideologia pode ser pensada enquanto um mecanismo sustentado sobre os fatos sentidos institucionalizados para que eles sejam aceitos. É importante lembrar, nesse âmbito, as palavras de Althusser (1985, p. 94) quando menciona que “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”, ou seja, só há ideologia para/pelos sujeitos.

Nessa conjuntura, são relevantes as palavras de Pêcheux (2009) quando trata da interpelação do indivíduo em sujeito do discurso, a qual ocorre por meio da identificação com uma formação discursiva que o domina, portanto, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Isso quer dizer que sujeito, discurso e ideologia estão imbricados num processo pelo qual não podem ser pensados de forma isolada, tendo em vista que o sujeito é assujeitado por meio do discurso, o qual não é neutro, mas carregado de significações. Sendo assim,

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo (isto é, com sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 2009, p. 146)

O autor acrescenta, ainda, que as palavras mudam de sentido de acordo com aqueles que as empregam, pois adquirem sentidos a partir das posições-sujeito nos discursos, ou seja, em relação às formações ideológicas nas quais se inscrevem. Com base nisso, Pêcheux (2009, p. 147) destaca o conceito de *Formação Discursiva* (FD), como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto

é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito.”

Nessa linha de análise, é por meio das formações discursivas, representantes das formações ideológicas pela linguagem, que os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes, ou seja, tornam-se sujeitos de seu discurso. Sendo assim, os sentidos adquiridos pelas palavras, com base nas condições de produção predeterminadas, são produzidos dentro das formações discursivas às quais os sujeitos se filiam.

Uma palavra não possui um sentido próprio, pois os sentidos se constituem em cada formação discursiva por meio das relações estabelecidas com outras palavras no interior da mesma FD. Em contrapartida, é evidente que as mesmas palavras mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra (PÊCHEUX, 2009), posto que um sujeito passa a ocupar outra posição no discurso, na qual o processo identificatório e as relações de força se ressignificam. Nessa esteira, segundo o autor, as mesmas palavras, expressões ou proposições podem passar de uma formação discursiva a outra, mudando de sentido ou possuindo, no interior de uma formação discursiva dada, o mesmo sentido. Cazarin (2004, p. 18) afirma que

[...] uma formação discursiva, por sua vez, reflete, através da linguagem, a ideologia que lhe subjaz e, em AD, é um conceito básico, fundamental na determinação dos processos de determinação. Diante disso, pode-se entender que, em uma teoria não-subjetiva da subjetividade o sujeito do discurso não é portador de escolhas e/ou intenções e a subjetividade não é nele centrada.

No caso de Entre Rios, o simbólico presente nesse espaço pré-determina a filiação dos sujeitos a uma formação discursiva das colônias, pela qual a identificação se dá não só pela predominância do estrangeiro como pátria (a Alemanha), mas do nacional (o Brasil). Isso ocorre por meio do contato com a língua e com a cidade historicizada na tensão entre uma memória local e uma memória outra. Mesmo assim, sabemos que uma FD sempre se mostra como dominante, sinalizando para efeitos de sentidos de resistência com relação à “nova pátria”, fazendo com que a “velha pátria” sempre seja retomada.

Vale destacar que o sujeito não tem controle sob os efeitos de sentidos que podem surgir a partir do discurso, tendo em vista que “o sujeito da linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sob o modo como elas o afetam.” (ORLANDI, 2003b, p. 20)

É bem verdade que, nesse processo, temos o *intradiscurso* tomado como o fio do dizer, o qual funciona, concomitantemente, com o interdiscurso, definido por Orlandi (2003b, p. 31)

[...] como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Nesse contexto, pré-construído funciona pelo interdiscurso, enquanto um conjunto de formulações ditas e esquecidas. De acordo com Pêcheux (2009), para que uma palavra tenha sentido, é preciso que ela já faça sentido, ou seja, o já foi dito por um sujeito deve se apagar para que, passando para o anonimato, possa ser ressignificado. Além disso, em uma materialidade dada, o interdiscurso sustenta o intradiscurso, pois faz ressoar o já dito, (re)significando-o, uma vez que ele é retomado em novas condições de produção, nas quais se incluem os sujeitos que podem ocupar diversas posições no discurso e as circunstâncias do dizer. Nesse caso, os efeitos de sentidos podem ser múltiplos, ao passo que podem ser proferidos e lidos por posições-sujeitos distintas.

2.2 O lugar da língua no espaço semiurbano de Entre Rios

De acordo com Orlandi (2003b), ao trabalhar o discurso, a AD problematiza as maneiras de ler, levando o sujeito ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas inúmeras manifestações da linguagem. A teoria nos leva à reflexão e nos permite sermos capazes de estabelecer relações menos

ingênuas possíveis com a linguagem, principalmente, no espaço urbano em que ela se materializa em discursos de determinadas esferas.

Em meio a manifestações simbólicas presentes em Entre Rios, destacamos a forte presença da língua alemã, a qual se constitui como um “traço” ideológico, uma vez que ela está presente, ao lado da língua portuguesa, nas materialidades analisadas pertencentes à zona central da colônia. Tratar a língua em seu funcionamento discursivo é um fator essencial para a teoria da análise de discurso, pois

[...] o sujeito identifica-se com a língua para poder dizer, e esse é princípio fundamental da noção de discurso: a linguagem funciona porque há uma identificação entre o sujeito e a língua sob o modo da inscrição na linguagem e, por ela, no discurso. Inscrição que se dá quando o indivíduo identifica-se em regiões do dizer que lhe oferecem as evidências dos sentidos, pelas quais torna-se sujeito. (PAYER, 2014, p.97)

Ainda segundo a autora, a língua, em termos discursivos, pode funcionar como um objeto de identificações. Nessa esteira, a língua em funcionamento em Entre Rios participa, decisivamente, da constituição deste espaço, sendo um forte mecanismo de manutenção sócio-histórica, ideológica e cultural, pois identifica os habitantes como sujeitos pátrios (suábios-germânicos) e é parte viva de sua cultura, sendo a linguagem materialidade da ideologia. A partir disso, a língua só produz sentidos porque faz parte das condições de produção daquele espaço e, se analisada separadamente ou em outro lugar do Brasil, não produziria os mesmos efeitos de sentidos.

Neste trabalho, aliamos a perspectiva do discurso aos estudos que tratam a urbanidade, tendo em vista que, segundo Orlandi (2003b, p.15),

[...] a análise do discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive.

Assim, a língua não funciona como um sistema abstrato, mas como aquela em funcionamento no mundo, no espaço urbano, com diversas maneiras de

significar. Orlandi (2003b) preconiza que a AD considera a língua com pessoas falando, pensando na produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, sendo eles sujeitos ou membros de uma formação social. Cabe, a partir disso, nos atentarmos para a maneira como nos relacionamos com a linguagem, enquanto profissionais, leitores e, principalmente, sujeitos cidadãos habitantes da cidade os quais produzem sentidos nela.

Para tratar a língua, Mariani (2004, p. 28) traz o conceito de colonização linguística. De acordo com a autora,

Colonização linguística resulta de um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários linguísticos constitutivos de povos culturalmente distintos – línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos desiguais.

Vale lembrar que a “imposição” da língua sempre foi praticada em espaços de imigração. Entretanto, esse processo ocorre de diversas formas e, ao pensarmos no espaço semiurbano de Entre Rios, “conquistado” pelos suábios não pela espada, mas pelo trabalho, nota-se a ocorrência do uso da língua portuguesa sem deixar de lado o uso da variação do alemão e vice-versa.

Segundo Mariani (2004, p. 30), “para os colonos, o aprendizado da(s) língua desconhecida(s) faz parte de um processo de conhecimento e dominação da terra [...]”. Nesse âmbito, o uso do português e do alemão na colônia ocorre fortemente não por uma imposição brutal, mas social, pela necessidade de comunicação e, ao mesmo tempo, preservação de sua língua materna, visto que as relações interpessoais são imprescindíveis para o desenvolvimento de um povo, o qual mesmo identificando-se com o estrangeiro está em um lugar nacional.

Considerando a língua um elemento fundamental no processo de (des)construção de uma ideia de nação¹⁷, Di Renzo (2002) destaca a nação no processo de construção de cidadania, por meio dos processos de identificação. Logo, para a autora, a questão da língua afeta as relações com o estado, produzindo

¹⁷ Discutiremos, no próximo capítulo, a ideia de nação que postulamos neste trabalho, a partir de Anderson (2008), Zandwais (2013) e Orlandi (2003).

sujeitos que procuram legitimá-lo, visando à construção da unidade em um determinado modelo de sociedade. Em Entre Rios, no entanto, não ocorre uma unidade linguística, mas um funcionamento articulado de forma dupla, pelo qual se materializa a língua nacional (o português) e a língua estrangeira (o alemão). Convém frisar que, para os sujeitos suábios, os efeitos de identificação com o nacional podem relacionar-se tanto ao Brasil quanto aos países europeus, principalmente, a Alemanha.

A partir disso, a língua alemã se significa no espaço semiurbano de Entre Rios, pois ao lado da língua portuguesa, produz efeitos que mostram uma filiação aos dois países. É sabido, a partir de Guimarães (2005, p. 22), que a língua oficial é “aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais”. O que está em jogo, neste trabalho, entretanto, ultrapassa o âmbito institucional, pois a retomada ocorrida por meio do interdiscurso e processos parafrásticos com base na memória discursiva faz com que as palavras e o uso da língua alemã em território brasileiro façam sentido e legitimem a colônia como parte da Alemanha.

Ao postularmos que a colônia é considerada pelos sujeitos suábios-germânicos como um “pedaço de sua terra de origem”, dizemos que a língua alemã se significa para esses sujeitos como sua língua nacional, pois ela os caracteriza como suábios-germânicos e, conforme Guimarães (2005, p. 22), “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencer a esse povo.” Trata-se, porém, de uma filiação simbólica, pois, institucionalmente, estamos no Brasil cuja língua oficial é portuguesa, à qual os sujeitos também estão filiados, promovendo efeitos contraditórios.

Nesse sentido, as línguas portuguesa e alemã configuram-se como um lugar de memória, pois trazem vestígios de um passado capaz de retomar tanto o Brasil, pátria que deu uma nova oportunidade de recomeço para os sujeitos suábios, em um período como já mencionado de pós-guerra, como também países germânicos, pátria de origem dos sujeitos suábios do Danúbio.

Conforme mencionamos acima, neste trabalho, lançamos um olhar para a língua no espaço urbano, discursivizada em nomes de ruas. Ao partirmos da máxima pecheuxtiana que postula a inexistência de um discurso sem sujeito e de

um sujeito sem ideologia, tomamos as placas monumentais como materialidades do nome de rua e o nome/discurso/enunciado como materialidade da ideologia. Tais nomes guardam traços e vestígios do passado retomados na atualidade, no entanto, ao serem retomados, são ressignificados, pois os sentidos possuem relações diretas com as condições de produção de ocorrência em cada retomada.

2.3 História e memória no discurso de rememoração/comemoração

A noção de rememoração/comemoração foi desenvolvida por Venturini (2009), a partir de deslocamentos de conceitos de Nora (1993), que postulava a noção de lugar de memória como o lugar da crítica e a quebra a celebração. Entretanto, o momento sócio-histórico encaminhava ao comemorativo, tornando o lugar de memória um instrumento de comemoração. Nesse âmbito, ainda de acordo com Venturini (2009) “o passado legitima o presente, por meio da institucionalização de práticas simbólicas que sacralizam nomes e eventos a serem comemorados e atualizados pelo lugar de memória.” (p.55).

Na análise de discurso, a língua produz sentidos e ressoa uma memória na/pela história, a partir de determinadas condições de produção. Há, entretanto, uma forte distinção entre esses dois termos, os quais não podem ser tomados como sinônimos. Para Nora (1993, p. 9),

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas e revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história uma representação do passado.

Nessa linha de pensamento, o lugar de memória “possui duplo papel: impede o esquecimento de antigas tradições, como agente de mudança e transformação, pela preservação das tradições, e promove o resgate dos laços de continuidade.” (VENTURINI, 2009, p. 70) Venturini destaca, também, que

enunciados no eixo do intradiscursos fazem retornar enunciados fundadores como efeitos de memória, no entanto não há como prever o que retoma e como, uma vez que os sentidos e os efeitos de (des)identificação são infundáveis.

Os lugares de memória podem ser pensados como lugares materiais que ancoram a memória social, lugares funcionais que alicerçam memórias coletivas e lugares simbólicos onde essa memória coletiva se expressa. Conforme Nora (1981, p. 13) orienta,

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões da eternidade [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.

Nessa linha de análise, postulamos as placas monumentais presentes em Entre Rios, as quais trazem enunciados com nomes de vias, como lugares de memória, tendo em vista que afetam e delimitam o processo de produção de sentidos, (re)significando o presente e preservando o passado por meio de sujeitos que vivem e visitam esse lugar.

O funcionamento discursivo do lugar de memória atualiza a memória discursiva e determina visibilidades e apagamentos. Isso ocorre porque tais lugares são ideologicamente marcados e filiam-se a formações discursivas colocadas como dominantes e determinam o que deve ser visível (retomado) ou esquecido (apagado) (VENTURINI, 2009). No espaço semiurbano em questão, os nomes de ruas retomam a história do povo suábio por meio de uma memória de trabalho, por meio da qual se presentificam sujeitos que marcam essa história, bem como os lugares de origem desses sujeitos.

Courtine (2006, p. 81) traz o conceito de lugar de memória como “um sistema de conservação de arquivo, uma rede de difusão que permite fazer ressurgir os enunciados, tornando-os uma vez mais disponíveis, quando a necessidade da luta política os reclamam.” Assim, o lugar de memória faz retornar enunciados já ditos e significados, mas, que caíram na ordem do esquecimento e ao serem

retomados atualizam-se. Essa afirmação nos permite não pensarmos nos nomes de rua apenas como uma memória arquivada e documentada, mas como “lugar” que, por meio do que é retomado, pode tanto produzir efeitos de identificação nos sujeitos quanto de desidentificação, pois o que está em jogo trata-se de um processo sócio-histórico e ideológico.

Venturini (2009) afirma que na cidade o que retorna e instaura identificações entre os sujeitos acontece por meio de traços ou vestígios que linearizam no eixo da formulação do discurso não só o presente cultural do espaço urbano, como também a história e memória desse espaço e dos sujeitos que o habitam. Entre esses vestígios, tomamos os nomes de ruas como lugar de memória, pois, por meio de redes parafrásticas, retomam fatos ou acontecimentos que marcam a história de um povo, possibilitando sua interpretação.

Cazarin (2004) trata o conceito de acontecimento histórico e discursivo. O primeiro refere-se ao acontecimento em si, tomado como fato histórico, o qual já é resultado de uma discursividade anterior. O segundo, a partir de Pêcheux, é entendido como um ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade, inaugurando um novo dizer. Para Cazarin (2004, p. 82),

[...] é possível compreender que o *acontecimento discursivo* estabelece uma ruptura (rompe com a “estabilidade” anterior) e inaugura uma nova “estabilidade” discursiva, mas não logicamente organizada, pois a mesma tem a ver com a ordem do discurso que joga com a materialidade linguística e com a materialidade histórica. A ruptura gerada pelo acontecimento discursivo, instaura “o novo”, embora se saiba que “o novo” / “o fundador”, é concebido em AD como efeito de.

É importante destacar que no processo de retomada por meio da memória discursiva, nem sempre o “novo” se instaura e o acontecimento discursivo não é a regra. Esse processo está diretamente ligado ao acontecimento histórico e à interpretação, relacionado com as formações discursivas delimitadoras do que deve ser dito e proporcionam determinadas interpretações.

No cenário de Entre Rios, o nacional é destacado em meio a um processo de retomadas que possibilita a identificação dos sujeitos com a formação discursiva que os filia ao Brasil, como já mencionado, lugar de abrigo e pátria imaginada. O

Brasil faz parte do processo de identificação desses sujeitos e marca, simbolicamente, a união “entre povos”. Na perspectiva discursiva, o lugar de memória é o que legitima a compreensão e a interpretação de textos.

Eis aqui um duplo pertencimento dos sujeitos, querendo ser suábio-germânicos, precisam/devem antes ser brasileiros, pois estão inscritos numa formação discursiva que os filia às duas nacionalidades. Vale ressaltar que isso se materializa por meio do simbólico presente no urbano, da arquitetura e, principalmente, da língua. O jogo de forças entre o simbólico existente nesse espaço conduz a efeitos que promovem efeitos de contradição.

Do ponto de vista discursivo, ocorre o funcionamento da linguagem na história, uma vez que o sujeito constitui-se *na* e *por* ela. Nesse funcionamento, as ruas levam nome de sujeitos, acontecimentos ou lugares que marcam a história de uma cidade, um estado, um país. Nesse sentido, é preciso salientar que pelo nome de rua pode-se *rememorar/comemorar* sujeitos ou acontecimentos capazes de retomar a história e sua constituição. Por esse viés, os nomes de ruas não se limitam, pois produzem sentidos que retornam ao passado e rememoram/comemoram pessoas, datas e acontecimentos históricos.

De acordo com Venturini (2009), para rememorar/comemorar é necessário institucionalizar determinado nome ou evento, e institucionalizar implica normatizar as práticas sociais e discursivas de forma que sejam visíveis, aceitas e significativas para os sujeitos na formação social, constituindo-se como discursos. Vale destacar que a rememoração/comemoração, no entanto, não afeta todos os sujeitos de uma *formação discursiva* do mesmo modo, uma vez que os sentidos não são um só e dependem da inscrição desses sujeitos em dadas posições. Nessa conjuntura,

A rememoração funciona como memória em relação ao discurso de comemoração, o qual se sustenta no interdiscurso como efeito de pré-construído [...]. A comemoração é tomada no eixo da formulação como celebração de um nome ou de um evento passado. As duas noções, nessa perspectiva, funcionam juntas e têm origem na história e na antropologia, lugares onde se constituem pela passagem do histórico ou rememorativo e do rememorativo ao comemorativo. Na perspectiva discursiva, cujo objeto é o discurso, a rememoração funciona como memória e a comemoração, como atualidade (VENTURINI, 2009, p. 35).

Venturini (2009) deslocou tais termos da história e da antropologia, disciplinas em que a comemoração tem origem e a rememoração não é referendada e nem descrita, comparecendo apenas como recordação, que não é trabalhada no âmbito do discurso, pois a memória que interessa discursivamente é a que faz sentido em sujeitos e para sujeitos em uma dada formação social. Na história e na antropologia são pensados lugares, que se constituem pela passagem do histórico ao rememorativo e do rememorativo ao comemorativo, constituindo a memória em história.

Pelo viés discursivo, o conceito de rememoração/comemoração estrutura-se a partir da memória tomada nas dimensões vertical e horizontal. A dimensão vertical representa aquilo que fala antes – o interdiscurso – e é da ordem do já dito, constituindo o processo parafrástico pelas redes de formulações instauradas. Já a dimensão horizontal constitui-se pela linearização do dizer – intradiscurso – lugar de irrupção de discursos inscritos numa rede de significações que retornam, em alguns casos, (re)significados, constituindo o processo parafrástico e polissêmico (VENTURINI, 2009).

A rememoração/comemoração é produtiva em nosso trabalho, justamente porque se busca responder questões e reflexões para pensar a memória e em seus funcionamentos. Conforme já mencionamos, as questões e reflexões a que nos referimos e questionamos se ligam a memórias e sentidos que ressoam por nomes de ruas constituídos/estruturados em duas línguas e indicam duas nacionalidades. Nesse sentido, nossa inquietação refere-se a como nomes escritos em duas línguas distintas estruturam a contradição e a (re)divisão nesse espaço. Isso implica questionar se esses sujeitos estariam habitando um lugar, mas filiados a um outro lugar, a uma Pátria que ficou no passado, mas ainda vive/faz sentido no presente.

Venturini (2014, p.121) afirma que a rememoração/comemoração é sustentada pelo discurso *de* e pelo discurso *sobre*. Nesse âmbito, “o discurso *de* (memória) significa como o que ressoa a partir de sujeitos pelas suas inscrições sócio-históricas pelas suas identificações a lugares sociais e a lugares discursivos.” O discurso *sobre* funciona como atualidade, no eixo da formulação do discurso.

Os discursos de rememoração/comemoração se constituem juntas no eixo da formulação do discurso. A partir de Pêcheux, Venturini (2014) sustenta essa afirmação pelo fato de que o intradiscurso, enquanto linearidade, constitui-se na leitura e na interpretação, pelo que significa antes em outro lugar, como pré-construído, o qual funciona como o sempre já-aí, da interpelação ideológica, capaz de fornecer e, ao mesmo tempo, impor realidades no campo discursivo, constituindo pontos de estabilização legitimadores do discurso pela repetição.

Os discursos que circulam em Entre Rios, sobre a “velha pátria” – por meio dos nomes de ruas – sustentam-se pelos discursos da história, pois eles não funcionam apenas como formas de localização, mas como lugares de memória, ou seja, de rememoração/comemoração que constituem o espaço urbano e é dividido entre o “nacional”, relacionado com o próprio espaço, e os nomes, que retomam o Brasil e o “estrangeiro”, por meio de nomes que retomam a história da colonização suábica, conforme mostraremos nas análises.

Para Venturini (2009), os discursos de rememoração trazem para o domínio da atualidade não só vestígios de um passado que retornam como o que faz sentido, mas também são interpretados pelos valores sociais do presente, tendo como função instaurar e sustentar o discurso de comemoração. Esses discursos produzem efeitos de sentidos que contribuem para o entendimento da constituição do espaço urbano e do sujeito que nele habita e constrói realidades sociais, legitimando discursos da história e produzindo efeitos de sentido de pertencimento, isso porque estão em jogo nesse processo discursivo, traços de identificação, de pertencimento.

Nesse movimento, conjugam-se representação e interpretação, num funcionamento o qual é, ao mesmo tempo, gesto de interpretação que pelos recortes permite a atualização. A possibilidade desse gesto decorre da celebração no presente de nomes de pessoas ou de eventos com base nos quais a memória atualiza saberes. Assim, funcionam como rememoração as memórias que ancoram a comemoração e emergem no eixo da formulação, sustentando o dizer, segundo Venturini (2009), como discursos que ressoam diferentemente, dependendo da inscrição dos sujeitos a formações discursivas e ideológicas.

Em relação às placas cujas escritas são feitas em duas línguas (a portuguesa e a alemã), vale ressaltar, a partir de Di Renzo (2012, p. 37), que “o patrimônio cultural ultrapassa uma relação com sua existência empírica. Ou seja, as formas identitárias ganham sentido simbólico, isto é, significam um pertencimento nacional que vai além da espacialidade territorial”. Assim, pode-se dizer, como já o fizemos anteriormente, que os sujeitos cidadãos do distrito de Entre Rios vivem em território brasileiro, tomam o Brasil como Nação, mas colocam junto a ele o país de seus antepassados e isso acontece pela língua, tendo em vista que a escrita alemã é mais do que um elemento simbólico, ela é histórica, é memória. O nome da placa não é aleatório, ao contrário, constitui-se a partir de uma história ou pelos sentidos dessa história.

Para mostrar o funcionamento da memória, bem como a constituição de sujeitos e espaços, trazemos, abaixo, o texto/imagem de uma placa monumental fixada na colônia Vitória (cf. mapa no capítulo anterior), designada como Alameda Baden-Württemberg. Assim, podemos entender que o nome das ruas e a explicação dos possíveis sentidos se constituem como uma tentativa de saturar, fechar as possibilidades de leitura ou de proporcionar ao outro, aquele que chega a esse espaço, a oportunidade de conhecer o funcionamento do espaço e a relação dele com a história/memória sujeitos de uma nação.



Texto-imagem 6 - Placa Monumental exposta na Avenida Alameda Baden-Württemberg, em Entre Rios, Guarapuava-Pr.¹⁸

A placa monumental e seus discursos como materialidade demandam algumas considerações relevantes, especialmente, em relação ao que a estrutura constitui. A palavra *alameda* que designa o local, o qual, em caráter de definição, pode ser pensado como “rua ladeada de árvores”, distingue-se de outros espaços da cidade, uma vez que se trata de um espaço semiurbano. Além disso, o fato de os nomes de ruas, nesses espaços, serem identificados por meio de placas monumentais nos permite afirmar que elas podem funcionar como “marcos históricos” e fazem parte da produção de sentidos desse espaço. No caso da alameda, a placa assinala a visita do primeiro ministro do Estado Alemão, Erwin Teufel, em maio de 1993.

Em termos discursivos, tomamos a placa com o nome *Alameda Baden-Württemberg* como um *lugar de memória*, pois os sentidos viabilizam para a história da colonização suábica local e seus laços com o estado alemão. Isso porque o nome

¹⁸ As fotos analisadas nesse trabalho foram capturadas pelo autor e fazem parte de seu acervo pessoal.

da rua não remete a um sujeito, a um local nacional e nem a uma data comemorativa nacional, mas a um estado alemão. *Baden - Württemberg* é o quinto maior estado federal, localizado no sudoeste da Alemanha. Nessa conjuntura, o nome próprio é parte do discurso de rememoração/comemoração ocorrida nesse espaço, pois são trazidos para a atualidade vestígios de um passado que retorna como recordação – o lugar de onde vieram muitos que habitam o espaço de Entre Rios. Assim, instauram-se efeitos de sentidos sinalizadores da ligação entre as duas nacionalidades presentes e viabilizadores de efeitos de sentidos que se confrontam, considerando que é “o estrangeiro” legitimado no nacional.

Outro fator que dá visibilidade a essa divisão de espaços é o fato de a Língua Alemã ocupar um terreno significativo, estando ao lado da Língua Portuguesa na placa monumental, tendo a mesma visibilidade. Tal fato pode ser considerado um traço de identificação que, ao mesmo tempo, identifica um local nacional e produz efeitos de sentidos que não sinalizam para uma nacionalidade brasileira, constituindo efeitos de identificação com a Alemanha. Nesse contexto, os traços ideológicos que ressoam nas/pelas placas significam os sujeitos, a língua e os dois países: o Brasil e Alemanha, país em que a língua alemã é falada. A língua remete, portanto a sujeitos e a lugares, mais especificamente, o país de origem dos colonos habitantes do distrito em tela.

Segundo Pêcheux (2009), as formações ideológicas se dão por meio da linguagem e evidenciam, nesse contexto, processos identitários os quais podem ocorrer, neste trabalho, de duas formas: ou por parte de brasileiros, que ao visitarem acabam identificando-se com o espaço e com os sujeitos moradores, ou por parte dos suábios que, por meio do simbólico, sinalizam um pertencimento da colônia e de quem vive lá, à Alemanha. Assim, mesmo esses sujeitos estando/vivendo em espaços brasileiros e se digam brasileiros, há a identidade suábio-germânicos que teima em ressoar, sinalizando/marcando-os como estrangeiros na pátria que chamam de sua.

A partir dos discursos encontrados na materialidade são instaurados sentidos que demonstram a ligação e identificação entre as duas nacionalidades, pois a rua foi denominada “*como expressão dos estreitos laços que unem Entre Rios*

àquele estado patrono dos suábios.” Nesse âmbito, ao mesmo tempo em que pensamos em efeitos de divisão, não excluimos possibilidades de efeitos de união, considerando a existência de uma formação discursiva das colônias que se identifica com duas nacionalidades.

Os discursos nas duas línguas – fixados em placas – podem não só mostrar uma identificação dos sujeitos imigrantes com sua terra de origem como também produzir efeitos de identificação nos visitantes, pois o sujeito, ao estar em contato com a materialidade no espaço urbano, pode identificar-se com a formação discursiva das colônias, por meio dos efeitos de sentido produzidos, sendo interpelado em sujeito.

As placas com nomes existentes no espaço de Entre Rios nos inquieta, tendo em vista seu funcionamento discursivo,

[...] a fixação de uma placa com o nome do local não é apenas uma identificação geográfica, mas funciona como um modo de a individuação dos sujeitos (com)-terrâneos (da terra) cuja identidade é materializada por essa identificação territorial. (SIMÕES, 2013, p. 61)

Nesses termos, essas materialidades individualizam¹⁹ o espaço e o sujeito que, mesmo pertencendo a um todo, mostra-se “diferente”. Tal diferença pode ser materializada por meio de sua história, no urbano, nesse caso, principalmente, por meio da língua. Aqui podemos pensar na identificação de um sujeito em território nacional, mas que se identifica com a velha pátria deixada para trás, o estrangeiro, o qual sempre é retomado e o constitui como tal.

Há, em Entre Rios, a ocorrência de um espaço simbólico delimitado por relações ideológicas. De acordo com Simões (2013), o texto, inserido no urbano, a partir de condições de produção preestabelecidas, produz sentidos à população local e afetam o visitante, especialmente, em processos de identificação e de como

¹⁹ O termo individuação remete ao fato de que se trata de um sujeito individuado, ou seja, a forma sujeito histórica no sistema capitalista, passando pelo processo de articulação simbólico-político do Estado, pelas instituições e discursos, resultando em um indivíduo que, pelo processo de identificação, assujeita-se e identifica-se com uma ou mais posições-sujeito na sociedade (ORLANDI, 2011).

o sujeito é individualizado. Esse fato encaminha para o lugar dos sujeitos no jogo de forças entre político e simbólico.

Os discursos circulantes em Entre Rios podem direcionar para efeitos de sentidos capazes de colocarem os sujeitos habitantes desse lugar como aqueles que se identificam com a nova e com a velha pátria. Em outras palavras, um sujeito imaginariamente pertencente aos dois mundos em função dos discursos que retomam. Além disso, podem ocorrer (des)identificações por parte dos sujeitos visitantes, uma vez que estão em contato com essa formação ideológica e podem ser interpelados. Por esse viés, é pertinente teorizarmos mecanismos discursivos de identificação.

2.4 Tensões urbanas e o processo de identificação na/pela rua

A partir das ideias de Pêcheux (2009), o processo de identificação realiza-se por meio de modalidades de identificação. Os indivíduos são interpelados pela ideologia e assujeitados em sujeitos da enunciação. Nessa conjuntura, o autor divide tais modalidades em: identificação plena, contraidentificação e desidentificação.

Pêcheux postula a primeira modalidade como aquela do “bom sujeito”, ou seja, ocorre aqui uma identificação plena com os saberes da forma sujeito dominante, no entanto, isso pode ocorrer com falhas, uma vez que o sujeito pode ocupar diferentes posições no discurso. Nesses termos, o sujeito tem a possibilidade de ocupar diferentes posições em determinada FD. No caso em questão, identificando-se não só com o Brasil, mas também com a Alemanha e outros países germânicos.

Em contrapartida, é possível por parte dos sujeitos uma posição de dúvida e/ou distanciamento no que se refere a sua interpelação. Em outras palavras, Pêcheux (2009) denomina tal modalidade como contraidentificação, o “mau sujeito”. Destacamos que aqui há um distanciamento com os saberes da formação discursiva, no entanto não há rompimento, caracterizando a contraidentificação como parcial rejeição. Os sujeitos suábios e/ou visitantes da colônia podem se identificar com a posição sujeito dominante, no que tange a FD das colônias, ou

seja, pode haver uma identificação maior com o que os liga a países europeus, mas a plenitude não é via de regra, tendo em vista que pode haver parcial rejeição.

A terceira modalidade postulada por Pêcheux (2009) como a desidentificação, na qual o sujeito da enunciação rompe com determinada formação discursiva e inscreve-se noutra. Clarificamos, aqui, não só o rompimento como também a negação dos saberes de uma formação discursiva. Nessa linha de pensamento, os sujeitos sempre pertencerão a uma FD, ao passo que o rompimento com uma também significa a inscrição em outra, na qual ocorreu a identificação. Ao tecermos comentários acerca da identificação, colocamos em pauta não só efeitos de sentido que demonstram determinado pertencimento dos sujeitos locais, mas também o que eles promovem nos sujeitos visitantes que leem e são interpelados pela FD dominante, (des)identificando-se.

Em termos discursivos, a cidade se significa e seus respectivos sujeitos moradores reafirmam seu pertencimento a ela por meio das filiações identitárias que os inscrevem em redes de memória. O espaço urbano é um lugar de produção de sentidos, um espaço simbólico em que sujeitos e espaços se significam, se identificam e se constituem por meio das relações existentes entre si. Nesse sentido, a cidade constitui-se numa ordem em que, de um lado, é própria dela e de outro, possui ligação com os cidadãos que a habitam e a constituem como texto (VENTURINI, 2009).

O fato de encontrarmos em Entre Rios materialidades estruturadas em duas línguas e retomarem nomes que fazem sentido somente nesse espaço nos chama atenção. As duas línguas juntas podem trazer efeitos de sentidos de resistência por parte dos sujeitos, os quais se identificam com a nova pátria, mas não abrem mão da velha pátria. As placas monumentais, a seguir, destacam-se por trazerem, além dos nomes das avenidas, discursos presentes nas materialidades e a presença da língua na versão alemã e portuguesa.



Texto-imagem 7 – Placa exposta na Avenida Dos Suábios em Entre Rios, Guarapuava – Pr.

A designação Avenida dos Suábios (Colônia Socorro) materializa o nome da via pública não só como indicador de endereço, mas como discurso institucionalizado, uma vez que está inserido em práticas sociais e denominado por meio de projetos de lei. Além disso, os nomes fazem parte do funcionamento discursivo de um lugar, no entanto, uma questão primordial seria pensar no que faz com que cada rua receba seu devido nome. Seriam somente meios de homenagear certo acontecimento ou sujeito ou seria uma forma de manter viva a memória e a história de um povo? São inúmeros os motivos que compõem um jogo de forças político-ideológico conforme o qual cada rua recebe seu devido nome, entretanto o que cabe a nós, nesse momento, é observar que efeitos de sentidos podem ressoar a partir de tais nomes.

A materialidade cujos homenageados são os Suábios do Danúbio rememora/comemora esse povo que, conforme destacado anteriormente, chegou no

Brasil por volta de 1950. Os sujeitos que visitam esse lugar, bem como os habitantes desse espaço, diante da rua e do seu nome produzem um imaginário que coloca os suábios como aqueles que em algum momento da história tiveram relação com a construção espaço. Por essa materialidade e pelo enunciado escrito abaixo do nome da avenida, “*marco da união de um povo*”, ressoam discursos e instauram efeitos de sentidos os quais referendam o motivo de maior orgulho: a união e o trabalho que possibilitou a conquista de sua terra, sua “nova pátria” com garra, força e determinação. A materialidade em si, com seus discursos, (re)atualiza a memória e mantém viva a história os suábios.

A rememoração/comemoração desse povo que veio para o Brasil em busca de trabalho, conquistas e demonstrar sua cultura, costumes e sua história de trabalho, silencia, atualmente, efeitos de sentidos que demonstram o interesse político nacional em trazer mão-de-obra qualificada ao Brasil, pois o que se tinha, na época no estado do Paraná, eram terras não férteis e uma necessidade de desenvolvimento nacional, principalmente, no cenário da agricultura.

Outra materialidade, que traz a Avenida *Rastatt* retoma a Alemanha, uma vez que *Rastatt* é uma cidade alemã, situada no estado de Baden-Württemberg.



Texto-imagem 8 – Placa exposta na Avenida Rastatt, em Entre Rios, Guarapuava – Pr.

Na data de 03 de junho de 1988, o prefeito de Guarapuava-Pr, em exercício, Nivaldo Passos Krüger, sanciona, após a aprovação do legislativo, a lei 14/1988²⁰ que declara a cidade de Rastatt, na república federal da Alemanha, cidade irmã do município de Guarapuava, estado do Paraná, Brasil. Isso é retomado na materialidade que traz o discurso “*cidade co-irmã*”. A partir dessa informação, lançamos um olhar mais abrangente ao nome que a rua recebe, pois são múltiplos os efeitos de sentidos que podem ressoar a partir dessa informação: um deles refere-se aos efeitos de verdade, posto que o discurso oficial traz esse efeito e legitima as cidades como irmãs.

Além disso, ocorrem efeitos de identificação e união entre o Brasil e a Alemanha, pois o fato de uma lei municipal declarar uma cidade estrangeira como irmã do seu município, simbolizando a “*amizade entre povos*”, podem trazer tais sentidos, demonstrando um pertencimento de ambas as cidades a um só país, ou seja, ao Brasil ou à Alemanha. Nesse âmbito, os efeitos vão de encontro aos discursos encontrados na materialidade anterior, apontando para efeitos que mostram “*os estreitos laços entre Entre Rios e a Alemanha*”. Entre Rios, a partir das condições de produção apresentadas, é legitimada como parte da Alemanha, ou seja, como um lugar pertencente ao estrangeiro mesmo em território nacional.

Convém mencionar que, além da rememoração/comemoração de pessoas, fatos ou acontecimentos por meio dos nomes de ruas, temos, também, o uso das duas línguas – alemã e portuguesa – que trabalham juntas, uma ao lado da outra e a nos fornecem meios para pensar na divisão ou a união desse lugar a partir da língua. Diante das análises, fica a questão: os discursos constituintes do espaço de Entre Rios – discursos que retomam o nacional e o estrangeiro – ressoam efeitos de divisão do espaço ou de união entre dois povos/nacionalidades? Esse fato nunca

²⁰ Disponível em: http://www.pmg.pr.gov.br/leis/arquivos/1988/14_88.pdf Acesso em 02 de junho de 2013.

poderá ser provado por nós e talvez essa seja a grande contradição encontrada nesse lugar.

Os enunciados nas placas indicativas produzem efeitos de sentidos que encaminham para a subjetivação de seus habitantes, inscritos numa dada posição-sujeito, numa formação social, ideológica, sempre imaginária. Elas podem se configurar como marcas, se não de resistência à nova 'língua', a portuguesa, pelo menos, marcas que evidenciam a identificação com a 'língua' da "Velha" Pátria, e até mesmo, o assujeitamento do sujeito perante as formações ideológicas que gerenciam o espaço discursivo das colônias em Entre Rios (BERNARDIM, 2013).

2.5 A velha pátria: imaginários em (des)construção

Os sujeitos, ao adentrarem o espaço de Entre Rios, projetam um sujeito que não pertence ao Brasil, pois os discursos presentes relacionam-se com outros e colocam a colônia como "terra dos alemães". Além disso, a arquitetura urbanística e campestre contribui para a construção desse imaginário. Os sujeitos habitantes de Guarapuava designam os suábios e quem vive na zona central do distrito como alemães. É sabido, entretanto, que esse povo é advindo de diversas localidades da Europa, entre eles, Áustria e Iugoslávia. A designação pode ocorrer por meio das formações imaginárias estabelecidas pelos sujeitos brasileiros a partir do lugar onde estão e do modo como olham aos suábios, principalmente, por meio da língua alemã presente.

As formações imaginárias, de acordo com Orlandi (2000), não dizem respeito a sujeitos ou a lugares empíricos, mas a sujeitos e lugares discursivos, pois tratam da projeção feita pelo sujeito de si mesmo e do outro, dada a partir de discursos e efeitos de sentidos proporcionados por meio do simbólico. Orlandi (2003b) postula que todo sujeito tem a capacidade de colocar-se no lugar de seu interlocutor, projetando uma imagem do mesmo e antecipando os sentidos que podem ocorrer a partir das palavras que ele produz. Nesse âmbito,

inconscientemente, os sujeitos, por meio do simbólico, projetam o sujeito que vive em Entre Rios.

Vale destacar, no entanto, que o fator em jogo é a posição que o sujeito ocupa e significa, no discurso, ou seja, projeta-se um imaginário de um sujeito que se coloca como estrangeiro, em um espaço denominado estrangeiro. Nesse sentido, sujeitos e espaços determinam um imaginário social sobre o que se tem nesse lugar e contribui para os efeitos de sentidos que ali se evidenciam. Destacamos, nesse cenário, as palavras de Venturini (2009, p. 122) quando coloca que o “imaginário relaciona-se com o simbólico e possibilita a representação.” Por esse motivo, temos a representação de um sujeito que se mostra por vezes como nacional e estrangeiro.

A placa monumental na qual contém o nome da Avenida Alemanha atualiza parte da história e memória desse espaço e contribui para um imaginário acerca da relação entre o povo suábio e a Alemanha. O enunciado é parte de um processo de antecipação, pois promove um efeito de nacionalidade germânica, posto que o nome “Alemanha” retoma o “estrangeiro” e não o “nacional”, podendo produzir efeitos de sentido de (des)construção identitária. Nessa materialidade, a placa pode funcionar também como um “marco-histórico” suábio, pois demonstra a presença dos senhores Embaixador Dr. Horst Roeding e Cônsul geral Dr. Manfred Birmelin, em outubro de 1976, sinalizando um acontecimento que faz parte, também, da construção histórica e urbanística de Entre Rios, sendo legitimada por meio do nome de rua. A Avenida Alemanha situa-se na colônia Jordãozinho.



Texto-imagem 9 - Placa Monumental exposta na Avenida Alemanha, em Entre Rios, Guarapuava-Pr.

Além da relação existente entre a materialidade e a história, os discursos e o nome da avenida dão visibilidade ao processo de identificação com a Alemanha. Em outras palavras, a ênfase dada à contribuição germânica para o desenvolvimento da colônia pode produzir um efeito de sentido de pertencimento segundo o qual Entre Rios não pertence ao Brasil, uma vez que a câmara municipal não contribui com desenvolvimentos e sim aquele país (Alemanha) que dá valiosa contribuição com seu desenvolvimento.

Um possível efeito de sentido é o que aponta para uma identificação com a Alemanha e um efeito de apagamento em relação ao Brasil, à medida que é enfatizada a contribuição germânica no desenvolvimento desse espaço e não é mencionada a contraparte do Brasil nesse processo. Esse discurso pode produzir efeitos de sentidos capazes de evidenciar o pertencimento de Entre Rios ao Brasil, entretanto produz efeitos que não o colocam como responsável pela colônia, pois a câmara municipal não contribui com o desenvolvimento local, o que aponta para a Alemanha como responsável pela colônia e seu desenvolvimento.

Observam-se efeitos sobrepostos à ideia da Alemanha como principal representante dos suábios, tendo em vista que o país germânico se presencia na ausência e o brasileiro se ausenta na presença. Isso quer dizer que temos sujeitos ditos/denominados suábios-germânicos, mas que institucionalmente são brasileiros, reafirmando a ideia de que há uma dupla identificação e pertencimento desses sujeitos imigrantes. Os textos escritos nas duas línguas: a portuguesa e a alemã fazem ressoar o país de origem e produzem efeitos que dão visibilidade à manutenção da cultura “estrangeira” e a identificação com a língua alemã e cultura alemã e, conseqüentemente, com o Brasil, uma vez que evidenciam o funcionamento das duas línguas. Mesmo assim, alguns nomes de ruas que, aparentemente, remetem ao Brasil, podem produzir efeitos que retomam a história da colonização suábia, a qual se sobrepõe.

A partir de tais materialidades, os sujeitos visitantes desse espaço projetam outro sujeito diferente deles. Acreditamos que esse seja um dos motivos pelos quais os suábios, advindos de diversos países da Europa, sejam designados na cidade de Guarapuava como alemães. Todavia, sabemos que por mais que a ajuda humanitária no período de guerra e de colonização tenha vindo de diversas entidades e de países como a Suíça, por exemplo, há um jogo de forças político e ideológico capazes de fazerem ressoar sentidos que os colocam como pertencentes, principalmente, à Alemanha. Esse jogo como parte das condições de produção do discurso possui relação direta com imaginários e sentidos ocorridos nesse espaço.

O desenvolvimento desse capítulo permitiu-nos compreender que o funcionamento discursivo de Entre Rios ocorre por meio de práticas cotidianas, nas quais a rua além de indicar um endereço rememora/comemora a história de um povo que ali vive. Nesse âmbito, o urbano (re)significa-se diariamente pelo processo de retomada e evidencia efeitos de duplo pertencimento dos sujeitos no que tange a sua pátria, instaurando o contraditório.

CAPÍTULO III

EFEITOS DE NACIONALIDADE NO/PELO URBANO

Neste capítulo, lançamos questionamentos que buscam analisar o lugar do nacional no espaço em questão. Para isso, trazemos o conceito de nação e sua discursivização possibilitada pela memória atrelada ao cultural. Nesse processo, destaca-se o conceito de discursos fundadores, os quais permeiam o espaço urbano e contribuem com a formação de uma ideia de brasilidade que ocorre por meio de efeitos de sentidos.

Ao analisarmos as materialidades simbólicas, é possível afirmarmos a ocorrência de efeitos contraditórios, conceito trabalhado por Zandways (2009) e Indursky (2005), tendo em vista que o estrangeiro também ressoa por/pelas materialidades analisadas. Nesse sentido, há o funcionamento de uma formação discursiva que abre espaço a duas posições, as quais demonstram ligação com o Brasil e outros países europeus, principalmente, a Alemanha. Destacamos que esse foi um dos motivos que nos impulsionaram a trabalhar com a discursivização desse espaço.

3.1 O lugar do nacional no espaço urbano de entre rios: instaurando a contradição

O trabalho com memórias em confronto por meio do simbólico demanda buscar a relação entre a história, a língua e os efeitos de nacionalidade. A história abarca os processos e as condições de produção da linguagem por meio da análise e da relação estabelecida pela língua e os sujeitos que a falam, bem como as situações em que se produz o dizer, no que se reafirma que a linguagem relaciona-se com sua exterioridade (OLANDI, 2003b).

Para Orlandi (2009, p. 12-13), não há como pensar na formação do conceito de nação desarticulado da língua, entretanto conceituar esses termos é adentrar um

campo extremamente complexo, tendo em vista a ocorrência de discursos naturalizados que tratam tais conceitos a partir do senso comum, fazendo-os parecer conhecidos, sabidos e experimentados. Para a autora, na linguística, a língua serve de banquete para diversas perspectivas, ao passo que a nação serve “a uma variedade de argumentos bastante ampla quando se tenta instrumentalizá-la em relação a noções como a de cultura, de estado, de povo etc.”

Anderson (2008) trabalha o conceito de nação pela relação com a cultura e de que ela é fruto de produtos culturais específicos, incorporados a uma grande variedade política e ideológica. Nessa conjuntura, temos a nação enquanto aquela formada a partir da ideia de pertencimento e construção de um país e/ou comunidade. Assim, ela pode ser ideologicamente imposta, tendo em vista que ao pertencer e possuir uma nação muitos fatos são justificados, principalmente, grandes batalhas que fizeram parte da constituição histórica mundial.

Nesse âmbito, ao falarmos de nação, consideramos que os sujeitos de Entre Rios comungam de uma mesma cultura, a qual, pelo viés discursivo,

[...] se torna um lugar de produção de sentidos, que muitas vezes são naturalizados e passam a reforçar o efeito de apagamento da historicidade de certos fatos sociais. Isso determina a quase banalização de certos comportamentos distintos e idiossincráticos de determinados povos e comunidades, sendo-lhes atribuída a mesma explicação: isso é cultural. (FERREIRA, 2011, p.59)

Discursivamente, alguns sentidos mostram-se como dominantes no que tange ao conceito de nacional, ou seja, predomina, em muitos casos, a ideia de comungar determinadas histórias e pertencer a elas, deixando de lado outras. Discorrer sobre nacionalidade, mesmo sendo efeitos de nacionalidade em um espaço colonizado mostra-se como uma tarefa bastante árdua, pois a cidade sendo um texto (re)escrito conta sua história e produz efeitos de sentidos que associam os sujeitos ao nacional, mesmo estes se mostrando diferentes ou estrangeiros. Trata-se de brasileiros e/ou estrangeiros identificados com uma história (re)significada e imaginada.

Nesse cenário, consideramos importante um olhar para o social e o cultural, pois Ferreira (2011) menciona que os termos podem fornecer elementos ao

dispositivo teórico e metodológico da AD. A partir de um recorte do cultural e social é possível configurar um lugar do sujeito na ordem discursiva do seu grupo, apontando as vertentes culturais dos processos de identificação/identidade sempre em movimento. O que é relevante ressaltar, conforme Ferreira (2011, p.60), é que na ordem do cultural

[...]entrariam fatos relacionados aos mais variados grupos sociais e étnicos, bem como fatos particulares, tendo por base a experiência humana, tal como cada um a vivência. Na ordem da cultura entraria o universal e o singular, os grupos sociais e o indivíduo na sua relação com eles. Sua materialidade significativa poderia ser constituída de linguagens não restritas às formas de expressão verbal, da oralidade, da escrita, pois as culturas chegam a nós pelas imagens, movimentos corporais, gestos olhar. [...] Eis aí outro ponto de ancoragem nada desprezível – a cultura como forma de resistência.

Para a autora, o desafio do analista de discurso é trabalhar o diálogo e considerar a noção de cultura como parte de um corpo discursivo relacionado às exterioridades. A cultura entraria no dispositivo como lugar de inscrição do sujeito. Isso reforça a ideia de que a cultura pode ser vista pelo viés discursivo, tendo em vista que ela produz sentidos que encaminham para um imaginário de sujeito que resiste ao habitar uma comunidade, um estado, uma nação.

A partir de um viés antropológico, Anderson (2008, p. 32) define nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.” O autor postula o conceito de nação imaginada tendo em vista que os membros das nações jamais conhecerão ou ouvirão falar da maioria de seus companheiros, mesmo tendo em mente a imagem viva da comunhão entre eles. Trata-se de um efeito de identificação que se dá por meio do simbólico e contribui para a (des)construção identitária.

Os processos de produção de sentidos dependem tanto do processo de simbolização como de uma materialidade simbólica a qual encontra na língua formas e meios de sua produção, de tal modo que a força capaz de dar movimento expressivo à identidade de uma nação poderia ser representada pela língua (ZANDWAIS, 2013). Convém destacar a importância do simbólico no processo de identificação do sujeito, tendo em vista a máxima pecheuxiana, segundo a qual

inexiste a linguagem sem sujeito e vice-versa. Para Pêcheux (2009), o indivíduo interpela-se em sujeito por meio da linguagem, materialidade da ideologia. No processo de identificação com o nacional, vale ressaltar que

A forte ligação simbólica entre linguagem e espaço permite refletir simultaneamente sobre a construção da nacionalidade através da urbanidade e da língua nacional em duas esferas muitas vezes disjuntas: a *institucional* e a *quotidiana*. (FEDATTO, 2009c, p.78-79)

Nessa conjuntura, o espaço urbano – marcado por manifestações da linguagem – ocupa um lugar significativo no processo de construção da ideia de nacionalidade, pois é formado por traços, que interferem na ideia de pertencer a uma nação e a identificar-se com ela. Assim, o simbólico pode promover efeitos que colocam o sujeito como parte de uma história e memória, como aquele que ao mesmo tempo é herdeiro de um passado e responsável pela (des)construção de um imaginário de futuro em prol de uma causa.

Anderson (2008) destaca Ernest Renan, quando menciona a essência de uma nação como relativa ao fato de que todos os indivíduos tenham algo a partilhar, ou seja, coisas em comum, embora tenham esquecido outras. Quando pensamos em determinadas consonâncias e dissonâncias, destacamos que não há como deixar de lado a contribuição da língua no processo de formação de uma nação, pois a consideramos como algo materializado e ideologicamente situado quando trazemos conceitos que ligam os sujeitos a uma nação. Assim, por mais que outras categorias ganhem destaque, no âmbito territorial e étnico, para que os indivíduos sejam interpelados/identificados como sujeitos de uma nação,

[...] é através das línguas nacionais que se produzem as referências simbólicas, históricas e culturais, bem como os valores comuns que se impõem para que os habitantes de uma nação se reconheçam como povo, como uma comunidade, que partilha os mesmos ideais, é mister compreender que a menor visibilidade da língua se deve ao fato de que é ela que carrega consigo um maior número de evidências, já que a língua se constitui, ao mesmo tempo, no objeto simbólico – a língua materna –, que confere “personalidade” a uma nação e, no instrumento que todos os membros da nação partilham, a fim de que se comuniquem, de que se identifiquem uns aos outros e de que sejam interpelados como cidadãos deste ou daquele estado-nação (ZANDWAIS, 2013, p. 272).

Não se pode negar a existência no espaço semiurbano de Entre Rios, a identificação do Brasil e Alemanha como nação dos sujeitos habitantes desse lugar, tendo em vista que são vinculados à língua – portuguesa e alemã. Em outras palavras, os sujeitos comungam de um passado que se (re)significa por meio da língua, sobretudo, pela possibilidade de retomada proporcionada por ela, seja por meio do simbólico no urbano ou da comunicação em ambas as línguas. Nessa conjuntura, a ideia de nação ultrapassa limites territoriais, pois é materializada pelo simbólico e pela descendência étnica presente, tornando os sujeitos, de alguma forma, membros de uma comunidade que partilha costumes, história, entre outros.

A partir de Anderson (2008) enquadraremos o espaço semiurbano em questão como uma comunidade imaginada por sujeitos constituintes desse espaço. Um dos fatores que sustentam essa afirmação é a própria língua presente na comunidade e a torna diferente. Além disso, Bernardim (2013) destaca a manutenção e tradição da cultura por meio de práticas sociais, eventos e festas ligadas ao povo suábio e o espaço ocupado por este a uma história retomada na ordem do cotidiano. De acordo com a autora, tais manifestações, de diversas esferas, ligam os sujeitos de Entre Rios aos sujeitos germânicos, criando, imaginariamente, um grau de parentesco e intimidade cultural. Nessa conjuntura, a ligação que julgamos ser com o “estrangeiro”, para esses sujeitos pode ser uma ligação com seu “nacional”, ou seja, sua nação que ficou no passado.

Convém frisar, nessa linha de análise, que o espaço em questão configura-se como aquele que estabelece uma fusão de sentidos, estabelecendo a contradição, pois ele é imaginado por sujeitos advindos do próprio lugar imaginado (a Europa), como também, por sujeitos que nunca tiveram contato com seu lugar de origem, tendo em vista que são brasileiros interpelados por uma formação discursiva das colônias filiada ao “estrangeiro” predominante no local.

Nessa esteira, quando pensamos na construção da ideia de nação que permeia a história de um país, considerando esta um fruto de produtos culturais e ideológicos pré-construídos, destacamos a presença de discursos fundadores e mantenedores do funcionamento da ideia de nacionalidade. Os discursos

fundadores, conforme Orlandi (2003b, p. 7), “são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país. E a nossa tarefa é então mostrar como eles se estabilizam enquanto referência na construção da memória nacional”. Vale ressaltar que há discursos que são parte da história e funcionam como mantenedores de efeitos de sentidos de retomada da história de construção do país por meio da memória. É o discurso fundador, entretanto,

Que instala condições de formação de outros, filiando-se a sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade (ORLANDI, 2003a, p.24).

Ao nos depararmos, cotidianamente, com nomes que designam as vias do urbano, somos levados a interpretar, pois, conforme já mencionamos, a impossibilidade de discursos neutros, sabemos que os enunciados agem no interior da formação discursiva e podem interferir no processo de (des)construção identitária e histórica dos sujeitos. Nessa conjuntura, quando postulamos enunciados que nomeiam as ruas do distrito de Entre Rios, asseguramos a multiplicidade de sentidos possíveis, tendo em vista a inerência dos estudos do sujeito e do urbano. Assim,

Um imaginário de nação, portanto, somente pode ser produzido pela discursividade, pela identificação dos membros de um Estado com a língua-mãe, ou seja, a língua que todos falam e que identifica todos que a falam, que lhes confere referências culturais, uma herança histórica, um lugar de filiação. Enfim, é pela discursividade que se naturalizam os vínculos de pertencimento dos sujeitos a uma nação, e assim o processo de construção de uma “consciência nacional”. (ZANDWAIS, 2013, p. 272)

Nesse caminho, postulamos o espaço de Entre Rios como um lugar onde predomina a contradição, tendo em vista o funcionamento de duas línguas tomadas como maternas para determinadas pessoas do grupo que, em sua maioria, é brasileiro e se diz alemão. O fato é que as línguas em funcionamento nesse espaço demonstram, conforme já mencionado, o funcionamento de uma formação discursiva das colônias, na qual prevalece a filiação aos dois países, que materializa-se, também, pela língua.

O conceito de contradição é trabalhado por Zandwais (2009), a partir de uma leitura de Michel Pêcheux. De acordo com a autora, tal conceito está relacionado com as modalidades de identificação que ocorrem quando o indivíduo é interpelado em sujeito. Assim, a contradição acontece quando no interior de uma mesma FD, os sujeitos se identificam, mas também questionam os saberes das FDs, destacando a heterogeneidade e a divisão do sujeito.

A partir disso, tomamos o espaço e o sujeito pertencentes à formação discursiva das colônias como contraditórios, pois, ao mesmo tempo, em que há a identificação com o nacional – o Brasil – tal modalidade não é plena, tendo em vista que há discordâncias, contestações e afastamentos, os quais, nas palavras de Pêcheux (2009), são colocados como contraidentificações do sujeito com os saberes de uma FD, o que abre espaço para o surgimento de diferentes posições-sujeito no centro de uma formação discursiva. Nessa brecha, entra a identificação com o estrangeiro, no caso em tela, com a Alemanha e outros países europeus. Destacamos que pode ocorrer um apagamento em relação a uma das nacionalidades, pois a Alemanha sempre se sobrepõe, entretanto isso não faz com que ocorra determinada (des)filiação ao Brasil.

Os efeitos contraditórios recorrentes nesse espaço de imigração giram em torno de materialidades simbólicas distintas. De um lado, como nação brasileira, temos a língua portuguesa, institucionalmente, como oficial, sendo, por meio de suas particularidades, um dos mecanismos discursivos que nos legitima como brasileiros. Por outro lado, temos a presença da língua alemã a qual produz efeitos identificadores dos sujeitos habitantes do local como suábios-germânicos. Nesse âmbito, reafirmamos a contradição por meio de sujeitos que se identificam tanto com o Brasil quanto com a Alemanha e outros países germânicos.

Indursky (2005), a partir de Pêcheux e Foucault, entende que uma FD desencadeia mais que o desdobramento da forma-sujeito em duas tomadas de posição. Tal desdobramento conduz a pensar na fragmentação da forma-sujeito em várias posições-sujeito desiguais entre si. Para a autora,

É aí que reside a contradição, no meu entender: a existência da diversidade contraditória instaurada pela entrada de saberes diferentes e muitas vezes divergentes, no interior da FD. Ou seja: tais saberes não se originam todos no interior da mesma FD, nem fazem parte de um subsistema no interior do sistema. Tais saberes são provenientes do exterior e, num determinado momento histórico, passam a poder ser ditos no âmbito da FD. (INDURSKY, 2005, p. 192)

As exterioridades, por meio da língua, dão visibilidade aos discursos no urbano que não se mostram como nulos/neutros, pois entra em jogo não a língua como materialidade oficial/institucional, mas aquela que, de acordo com Orlandi (2001, pág. 13), possibilita a observação de que “diferentes memórias entram em confronto”. A língua, nesse espaço, (re)atualiza memórias. Assim, os sentidos atrelados às exterioridades fazem a língua se ressignificar em determinado contexto sócio-histórico e ideológico, mostrando-se não como estagnada, mas como prática e social. Nessa conjuntura, sujeitos e discursos estão atrelados ao processo de produção de sentidos, no qual a língua se significa e produz sentidos pelos/para sujeitos, ou seja, é inerente aos sujeitos de Entre Rios o pertencimento ao duplo no que tange a sua identificação. Os discursos fundadores, de acordo com Orlandi (1993, p.17), tratam da “construção do imaginário necessário para dar uma cara a um país em formação; para constitui-lo em sua especificidade como um objeto simbólico.” Nesse caso, podemos pensar na ocorrência de discursos fundadores da colônia, funcionando, em alguns casos, como marcos-históricos. Tais discursos trazidos por meio dos nomes de ruas retomam discursos que fundam a colônia como tal.

Além disso, território e marcado por discursos legitimadores de efeitos de nacionalidade, pois contribuem para a construção de um imaginário de Brasil. Destacamos que os nomes de rua fazem parte desse processo, pois, por mais que em alguns casos sejam formados apenas por nomes próprios, retomam uma história a qual contribui para a formação do país como tal, tendo em vista que são figuras marcantes na história por conquistas, derrotas, guerras, entre outros. Nesse âmbito, destacamos Orlandi (2012b), quando menciona o fato de os discursos, embora abertos a diversas significações, serem regidos e administrados.

Vale lembrar que a ideia de discurso fundador é ressaltada por Orlandi (2003a) como aquele que instala as condições de formação de outros discursos, instituindo um complexo de formações discursivas, um campo de sentidos e significância capaz de configurar um processo de identificação para uma raça, uma cultura ou nacionalidade. Tal discurso pode ser observado em materialidades de diferentes naturezas, no entanto, o que os define não são os materiais, mas a historicidade que permeia os discursos enunciados anteriores. Os discursos fundadores são capazes de ligar a formação do país à formação a uma ordem de discurso que lhe dá uma identidade. Sendo assim, uma das principais características do discurso fundador é

[...] a sua relação particular com a “filiação”. Cria tradição de sentidos projetando-se para frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga, no entanto, na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim. (ORLANDI, 2003a, p. 13-14)

O processo de produção de sentidos, a partir de discursos fundadores, ao trazer o efeito do familiar, evidencia a identificação do sujeito como pertencente àquele discurso pertencente a uma nação e rememora/comemora parte de uma história tomada como sua, deslocando sentidos indicadores de seu pertencimento a um lugar. Vale destacar que a história da nação e dos sujeitos comunga em um mesmo processo e o efeito de novo torna-se permanente. Observa-se, aqui, o domínio de uma formação discursiva e o trabalho da ideologia.

Outro fator que contribui para esse processo de identificação é a presença, nessas placas, de textos escritos nas duas línguas: a portuguesa e a alemã. “A língua constitui o vínculo entre as gerações de um mesmo povo, que ela é garantia de identidade nacional, que não há nação sem língua comum e, enfim, a língua é a memória do povo, uma memória cumulativa.” (SÉRIOT, 1999, p.29) A escritura em alemão faz ressoar o país de origem e produzem efeitos de visibilidade à manutenção da cultura “estrangeira” e a identificação com a língua e a cultura alemãs e, por outro lado, o efeito de apagamento do Brasil e de sua cultura. Alguns

nomes de ruas que, aparentemente, remetem ao Brasil, podem produzir efeitos capazes de retomar a história da colonização suábica, tendo em vista o fato de que uma língua sobrepõe à outra. Para discutir essa questão, trazemos duas materialidades discursivas com nomes brasileiros. É o caso de *Avenida Paraná* e *Avenida Brasil*.



Texto-imagem 10 – Placa exposta na Avenida Paraná em Entre Rios, Guarapuava – Pr.



Texto-imagem 11 – Placa exposta na Avenida Brasil, em Entre Rios, Guarapuava – Pr.

No corpo da primeira materialidade, há a identificação do local como *Avenida Paraná*. O nome de uma via que homenageia o estado brasileiro, pode produzir efeitos de identificação do povo suábico com esse estado. Ressoa, por essa materialidade e os enunciados que a estruturam, a “doação de terras” e o fato desses sujeitos, os quais frequentemente são alvo de desconfiança dos nativos, um pertencimento ao estrangeiro. Os suábios identificam-se com o Paraná, mas a identificação deve-se à “gratidão à confiança”, ressoando então o seu contrário: a desconfiança diante de estrangeiros e a lembrança/comemoração do início da colonização de Entre Rios. De acordo com a história oficial da colonização, o estado do Paraná “doou” as terras aos suábios que aqui chegaram. Nesse sentido, o trabalho da memória vai em direção da manutenção da história de luta desses imigrantes, trazendo para a atualidade, segundo Venturini (2009, p.50), “vestígios de um passado que retorna como recordação.”

Tanto a placa com a identificação *Avenida Paraná*, quanto à placa com a identificação *Avenida Brasil*, pelas condições de produção do discurso, encaminham para efeitos que demonstram a identificação dos suábios com o Brasil e sinalizam para a uma (des)construção de identidades. Ao mesmo tempo, ocorrem discursos de rememoração/comemoração da colonização da colônia, uma vez que mesmo a materialidade trazendo o Brasil e o Paraná como homenageados, os termos “em homenagem” e “em gratidão à confiança” escritos na língua alemã instauram a contradição, sinalizando para uma identificação não só com o Brasil, mas também com o país de origem dos colonos. Esses termos podem rememorar/comemorar a gratidão dos suábios pelas terras doadas na década de 1950, legitimada por meio dos discursos nas placas, produzindo, ao mesmo tempo, efeitos de identificação com o Brasil.

Nesse sentido, é possível a observação de uma formação discursiva que preserva traços de identificação alemã, pois são efeitos de um pertencimento com o Brasil, no entanto não são deixados de lado discursos que retomam um pertencimento a Alemanha. Segundo Pêcheux (2009), as formações ideológicas são representadas por meio da linguagem na formação discursiva. Por isso se diz que o sujeito se significa e é significado pela sua manifestação linguística, permitindo a reafirmação de que os sentidos sempre podem ser outros.

Interessa-nos ressaltar que os nomes das duas avenidas e os discursos que ressoam nas/pelas placas de identificação funcionam, nesse espaço, de uma forma bastante particular, ou seja, as condições de produção sinalizam para efeitos de identificação com o Brasil e com a Alemanha, mas também podem significar o contrário: a desidentificação com um país em detrimento do outro. Nesse sentido, os nomes e discursos, também, retomam parte da história da colonização alemã, fato possível por meio das condições de produção do discurso e do contexto histórico e ideológico. Segundo Orlandi (2003b), as condições de produção possuem relação direta com a produção de sentidos, permitindo-nos pensar que, nesse espaço, os discursos dão visibilidade para tais efeitos.

3.2. “Vila dos brasileiros”: efeitos de brasilidade no/pelo simbólico

Conforme já citado nesta dissertação, temos, na zona periférica da colônia, um espaço designado pelos habitantes locais da cidade de Guarapuava como “vila dos brasileiros”. Esse fato nos inquieta mediante os efeitos de sentidos que podem surgir a partir de tal designação. Essa parte da colônia não pertence aos suábios ou o restante da colônia não pertence aos brasileiros? Efeitos de sentido nos permitem afirmar que o espaço em questão trata-se de um espaço dividido, pois se de um lado temos a zona central – colônia dos alemães – marcada por vestígios que ressoam a velha pátria e/ou uma pátria imaginada e, de outro, temos a zona periférica, marcada por discursos cujos efeitos se ligam a pátria brasileira. Vale destacar que se trata de um espaço marcado por sujeitos filiados a uma formação discursiva e ocupantes de posições diferentes no interior da mesma. Nesse âmbito, ao elegermos a colônia como um espaço bipolar, justamente na dupla filiação a costumes e culturas, em funcionamento. Na zona central, evidenciam-se sentidos atrelados tanto ao Brasil quanto a países germânicos, promovendo efeitos de contradição. Já na zona periférica, os espaços discursivos remetem somente ao Brasil, sobrepondo o nacional como dominante.

Para mostrar como isso ocorre, trazemos abaixo, algumas materialidades as quais possuem os nomes de ruas da zona periférica. Destacamos que tais nomes são fixados em diversos postes dessa região do espaço analisado. É comum, em diversas partes da cidade, encontrarmos as designações de nomes de ruas materializados dessa forma. Convém frisar que somente essa distinção entre materialidades das zonas central e periférica já promovem efeitos de sentidos contraditórios no espaço em questão.

De acordo com o mapa da colônia Vitória, notamos que os nomes de ruas da zona periférica rememoram/comemoram pessoas e lugares cujos efeitos são de brasilidade. Ou seja, trata-se de nomes próprios de pessoas e lugares que contribuíram para a construção do Brasil enquanto nação, conforme a materialidade abaixo:



Texto-imagem 11: Rua Minas Gerais

As evidências dos efeitos de brasilidade e/ou nacionalidade, destacamos o fato de que o estado faz parte da história de formação nacional, ou seja, a identificação com o ser-brasileiro faz parte de um processo que vem da história e ressoa por meio da memória discursiva. Nesse sentido, o nome de rua homenageia o estado brasileiro rememorando/comemorando parte da história de construção do país. O próprio nome “Minas Gerais” foi determinado em função da enorme quantidade de minas exploradas na região sudeste do Brasil desde o início do século XVII.

A designação do nome de rua retoma também a história de colonização portuguesa no Brasil, na qual ressoam sentidos que rememoram/comemoram a exploração sofrida pelo país desde seu descobrimento até sua independência. Além disso, a arte mineira, conhecida mundialmente, pode ser retomada e, a partir de condições de produção determinadas, alguns artistas podem ser lembrados nesse processo de identificação, dos quais mencionamos Aleijadinho, entre outros.

Não se pode deixar de lado, nesse processo, o funcionamento da memória discursiva e a retomada de inúmeros conflitos que surgiram nessa região, como a inconfidência mineira, por exemplo, tendo em vista a forte exploração que ocorria no estado e atraía mineiros de diversas regiões. Além disso, podem haver efeitos que mostram a tentativa de controle das minas por parte da corte portuguesa. A partir dessas rápidas pinceladas, temos o estado de Minas Gerais como parte do patrimônio cultural brasileiro, pois sua cultura, seus costumes e comidas típicas conotam o que é ser brasileiro hoje, pois nos identifica como um povo diverso e produz efeitos de sentido os quais trazem sujeitos imigrantes para perto, tendo em

vista os efeitos de identificação. Entretanto, sabemos que nem sempre esses sentidos ressoam, pois são possíveis a partir de condições de produção específicas e os nomes se significam diferente nas diversas manifestações linguísticas em que ocorrem tais discursos, pois são lidos e proferidos por diferentes sujeitos. Mesmo assim, não podemos deixar de lado o fato de que o nome de rua faz parte da memória de um povo e pode contar a história de uma nação.

Ainda buscando efeitos de brasilidade, destacamos a ocorrência da denominação *Rua Pernambuco*, como um nome recorrente nas cidades brasileiras, a partir do qual se formam cadeias parafrásticas, sustentadas em discursos que circularam antes em outros lugares e se sedimentem pelo interdiscurso, o que não significa o mesmo, pois a repetição também instaura o novo. Passamos a análise da materialidade abaixo:



Texto-imagem 12: Rua Pernambuco

Os efeitos de sentidos, a partir de uma materialidade, podem ser múltiplos e ocorrem por meio de diversas condições de produção do discurso e um mesmo nome de rua se significa diferente em espaços distintos. Nesse âmbito, questionamos efeitos de sentidos que conotam o ser brasileiro em um espaço designado como “vila dos brasileiros”. Partimos do pressuposto de que os discursos no urbano legitimam esse lugar como um espaço brasileiro.

A designação “dos brasileiros” produz um imaginário acerca daquele sujeito que ali vive, diferente daquele que habita a zona central da colônia. Nesse âmbito, o visitante ao adentrar esse espaço de Entre Rios projeta um sujeito, observando que os efeitos de sentidos produzidos nesse espaço por meio de diversas materialidades simbólicas canalizam para o que é ser brasileiro na colônia suábio-germânica de Entre Rios.

Nessa conjuntura, o espaço urbano evidencia efeitos que colocam os sujeitos habitantes desse lugar como identificados/pertencentes a uma história nacional, ou seja, ao Brasil. O nome Pernambuco retoma o povo nativo brasileiro – os indígenas – a partir de seu nome, uma vez que é derivado da língua tupi (furo do mar), referenciando as características locais no momento de colonização.

Os nomes discursivizados funcionam como lugar de memória e trazem vestígios de um passado que retorna como recordação (VENTURINI, 2009). Podemos perceber, no eixo da memória discursiva, discursos que contam a história do Brasil. Nesse cenário, Pernambuco destaca-se no que se refere a efeitos de nacionalidade e brasilidade, tendo em vista que além de ser um dos maiores estados brasileiros, caracteriza-se como uma das primeiras regiões “civilizadas” do Brasil. Isso faz com que o estado receba o título de pioneiro em relação ao seu desenvolvimento nos primeiros anos do descobrimento do Brasil.

Além disso, convém frisar que o estado foi palco de diversas batalhas as quais fazem do Brasil o país que é na atualidade. Sendo assim, o nome de rua enquanto homenageia, rememora/comemora fatos e/ou acontecimentos não só locais, pois possuem ligação com seu colonizador – Portugal – que por um longo período de tempo, junto à igreja, foi mantenedor e responsável econômico e politicamente pela região que hoje denominamos Brasil.

Ressaltamos a retomada da história, nesse processo, como memória e o que está em questão não se trata de uma apresentação de conteúdo acerca das materialidades, embora não deixe de lado a contribuição desses fatores e sua relação direta com o processo de produção de sentidos possível na colônia, bem como com o processo de interpelação do indivíduo em sujeito por meio da identificação com a formação discursiva em questão.

Ocorre a predominância de uma FD das colônias relacionada, principalmente, com o estrangeiro na zona central, destacando-se como a dominante. Na zona periférica, o que sobrepõe se liga com o nacional. Vale lembrar que a partir disso, os sujeitos locais e/ou visitantes, bem como os suábios-germânicos, podem identificar-se com a formação discursiva presente. Os sentidos

que ligam o estado de Pernambuco a uma cultura densa que celebra o nordeste do Brasil comungam com a cultura local e formam um sujeito por vezes contraditório.

A maioria das vias brasileiras é nomeada, principalmente, a partir de nomes próprios e datas comemorativas que configuram efeitos de nacionalidade, pois são designações de nomes reconhecidos no cenário nacional. Destacamos que tais nomes constituem a história e/ou sujeitos por ela constituídos. O papel da memória, nesse processo, relaciona-se com as retomadas que, a partir das práticas discursivas em funcionamento, ressignifica-se.

Davallon (2010) menciona, quando postula a partir de Halbwachs, o fato de a memória estar atrelada ao limite do grupo. Em outras palavras, o autor coloca a memória como algo que permanece vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade. Além disso, mobilizar uma memória social ultrapassa a simples lembrança de um acontecimento, pois é preciso que “o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e, sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e noções comuns aos diferentes membros da comunidade social.” (DAVALLON, 2010, p. 25) Nessa conjuntura, trazemos a materialidade com o nome da Rua Tiradentes.



Texto-imagem 13: Rua Tiradentes

O nome só instaura efeitos de sentidos indicadores de brasilidade/nacionalidade se os feitos do sujeito em questão permanecerem vivos na consciência do grupo. Convém lembrar que a escola como um aparelho ideológico de estado trata de fazer com que alguns fatos sejam conhecidos e/ou retomados, bem como sua contribuição para o desenvolvimento do Brasil. Não há como afirmar que a retomada de nomes e acontecimentos se constitui como memória, no entanto, o que está em pauta é a ocorrência de um jogo de forças político ideológico o qual

trabalha na manutenção de diversos fatos ocorridos na/pela história de colonização e desenvolvimento do Brasil.

A partir de determinadas condições de produção, a Rua Tiradentes além de direcionar endereçamentos, retoma feitos heroicos da formação da identidade nacional. Joaquim José da Silva Xavier, tomado como líder da Inconfidência Mineira, é considerado um herói brasileiro, pois, de acordo com a história do Brasil, lutou até sua morte e exposição em praça pública, por um país, literalmente, livre e melhor, tendo em vista a exploração ocorrida desde seu descobrimento por parte da coroa portuguesa. Ele é considerado um mártir na história da independência do Brasil.

A partir da contextualização histórica de determinados nomes, podem ocorrer efeitos de identificação de sujeitos brasileiros e estrangeiros com o Brasil, pois é parte da história que ressoa e se (re)atualiza. Frisamos que o estrangeiro também é retomado nesse espaço, conforme apresentamos abaixo:



Texto-imagem 14: Rua D. Pedro II

O nome de rua D. Pedro II retoma o processo de colonização brasileira, ressoando o estrangeiro – Portugal – desde o descobrimento do Brasil. Filho de D. Pedro I e da Imperatriz Dona Leopoldina, nasceu no Rio de Janeiro e assumiu o trono do império brasileiro ainda menor de idade, tendo em vista a perda precoce de sua mãe e seu pai. D. Pedro II é lembrado como o último imperador brasileiro.

Tais acontecimentos rememorados/comemorados a partir de nomes de ruas se constituem como memória quando há sujeitos identificados com a história e com a identidade brasileira. Vale lembrar que na correria cotidiana não há como provar que tais rememorações/comemorações, bem como o processo de retomada ocorrem, pois a rua também se significa por seu caráter cotidiano do endereço. Não podemos esquecer, no entanto, que a partir de cada nome ressoa uma história que teima em presentificar-se e marcar a identidade de uma nação. Os sentidos

significados, nesse processo, fazem parte de um jogo de forças político e ideológico que determina o que é significado.

A cidade, nesse contexto, é entendida como uma forma histórica específica que adquire o estatuto de texto, de inscrição de sentidos. A formulação do espaço ocorre entre sua narração histórica e sua configuração material. Assim, o texto no urbano pode ser pensado como sendo a intervenção de determinada discursividade na história de um espaço, ao passo que ao fundar unidade produz saberes (FEDATTO, 2013).

A designação “vila dos brasileiros”, a partir dos nomes de ruas analisados, além de legitimar o local como nacional, instaurando sentidos que contam parte da história do Brasil, evidenciam, também, a zona central como “colônia dos alemães”, pois traz o “diferente”, aquele que não é nacional a partir das diversas manifestações simbólicas. Nessa conjuntura, mesmo sendo lugares que, aparentemente, são divididos, são espaços constituídos um no/pelo outro, pois são partes do urbano que ali se (re)significa. Vale lembrar que a “vila dos brasileiros” só faz sentido a partir da designação “colônia dos alemães” e vice-versa, porque está inserida em um lugar tomado como diferente, relacionado com o estrangeiro, o qual só possui tal designação porque está em lugar nacional. Assim, observa-se a ocorrência de um conflito ideológico com efeitos instauradores de contradições.

Fedatto (2013a, p. 78-79, grifos da autora) menciona que “a forte ligação simbólica entre linguagem e espaço permite refletir simultaneamente sobre a construção da nacionalidade através da urbanidade e da língua nacional em duas esferas muitas vezes disjuntas: a *institucional* e a *quotidiana*.”. Em Entre Rios, a língua teima em ressoar de um lado o português, como língua oficialmente brasileira e, de outro, o alemão, ressoando o contraditório presente na ordem do cotidiano, tendo em vista que se significa para os sujeitos locais.

Com relação à importância e à influência do urbano na constituição de sujeitos e espaços, deve ser recorrente a observação e análise por meio do simbólico, manifestado diariamente, uma vez que

Poucas vezes questionamos o papel do cotidiano na institucionalização de saberes e modos de vida. Raramente pensamos nos efeitos que a

organização do espaço (em cidades, ruas, prédios e nomes) tem na produção dos sentidos de um povo, de um país, de uma língua. As cidades são edificadas, contadas e construídas materialmente tanto na arquitetura quanto no discurso sobre a sua história. As construções urbanas são, portanto, o rastro de um *efeito de localização*: elas bem podem situar o trajeto mais imediato do sujeito pelos caminhos citadinos como estabelecer os sentidos acumulados nas disputas por sua permanência na memória. (FEDATTO, 2013a, p. 80)

O espaço urbano discursivizado de Entre Rios sinaliza para um funcionamento ideologicamente marcado em relação aos discursos presentes e são “proferidos” por um sujeito ou instituição que possuem um lugar no discurso. A partir disso e dos nomes de ruas, surgem sentidos que contribuem para a manutenção de uma memória viva capaz de produzir efeitos de identificação, identificando os sujeitos como tal.

As designações das vias em questão na “vila dos brasileiros” se constituem enquanto unidade em torno do Brasil e do povo brasileiro, pois ocorrem efeitos de brasilidade quando são retomados o patriotismo e a história do Brasil. Isso pode desencadear efeitos que demonstram o pertencimento a uma nação, ao passo que, de acordo com (DIAS, 2003), termos que ressoam brasilidade, como sujeitos, lugares filiados à independência do Brasil, entre outros, funcionam como cristalizações fixadoras de uma memória da nação.

Vale destacar que os nomes de ruas que remetem ao estrangeiro podem provocar efeitos de sentidos de apagamento do Brasil, pois os sujeitos visitantes desse espaço, ao adentrarem o território de Entre Rios, trazem um imaginário pré-construído acerca desse lugar, o que determina certa curiosidade em saber como o espaço foi formado/colonizado, tendo em vista que se mostra diferente. Nesse cenário, o nacional, por ser comum em diversos espaços brasileiros, pode passar despercebido, reafirmando a sobreposição do estrangeiro no espaço semiurbano em questão.

De resto, ao analisar as filiações a redes de memória por/nas materialidades compostas por nomes de ruas, destacamos que as discursividades apontam para um espaço bipolar, no qual funcionam discursos que reafirmam sujeitos filiados a uma Formação Discursiva dividida. Nessa divisão, há espaço para redes de memória que retomam e (re)significam, pelo processo parafrástico, tanto o lugar do

nacional, quanto do estrangeiro. Nesse âmbito, ao mesmo tempo em que defendemos a ideia de divisão material/discursiva do espaço e do sujeito que vive ali, evidenciamos, também, efeitos direcionadores da união de dois povos, pois são divididos e unidos pelos mesmos efeitos.

Nessa conjuntura, reafirmamos que a designação “vila dos brasileiros” existe em função da designação “colônia dos alemães”, ou seja, uma só funciona pela discursividade da outra, tendo em vista que uma insere-se no campo territorial da outra, apontando para efeitos de divisão e, ao mesmo tempo, de união entre povos. Tais designações, entretanto, legitimam a tensão entre duas memórias e produzem efeitos de pertencimento de determinado lugar a um povo que ali habita.

EFEITOS DE FECHAMENTO

Considerando as palavras de Orlandi (2012a) quando reforça a ideia de abertura do dizer, é ilusório pensarmos que demos a “palavra final”. Trata-se de efeitos, tendo em vista a incompletude textual e o fato de que o sentido está sempre em curso. As análises e a constituição de arquivo em torno do mapa e dos nomes de ruas do Distrito de Entre Rios tiveram mais de um funcionamento, destacando-se a importância da análise de discurso nos estudos do espaço urbano.

Foi possível colocar em prática a teoria e trabalhar nos entremeios. Além disso, o estudo possibilitou aliar estudos linguísticos, a língua e os estudos relacionados à urbanidade, legitimando, como menciona Orlandi (2003a), o fato de a análise de discurso não trabalhar com a língua, enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo e com as diversas maneiras de (re)significar. Nesse âmbito, o espaço urbano (re)significa o sujeito e é (re)significado por ele, evidenciando a relevância de seu estudo para a contribuição sobre o entendimento do sujeito e sua constituição no espaço.

Um olhar discursivo ao mapa mostra sua importância para a (des)organização cotidiana, bem como a representação do espaço semiurbano em questão. O mapa é, também, materialidade da ideológica por ser formado por legendas, linhas, espaços em branco e, sobretudo, por enunciados filiados a formações discursivas, as quais, na ordem do cotidiano, interpelam indivíduos em sujeitos.

A partir das questões de pesquisa, podemos afirmar que as memórias e sentidos ressoam por nomes de ruas, filiam-se tanto ao “nacional” quanto ao estrangeiro. Isso ocorre de forma distinta na colônia, tendo em vista que há uma formação discursiva das colônias filiada a duas nacionalidades, ocupando posições diferentes. Sendo assim, os sujeitos podem identificar-se tanto com o Brasil como pátria quanto com a Alemanha, tendo em vista que há a predominância de efeitos de contradição. O mapa possibilitou verificar efeitos que se mostram harmônicos e, ao mesmo tempo, contraditórios, por meio dos enunciados que o constituem.

A escritura dos nomes de ruas – no mapa e nas placas monumentais – em duas línguas significa mais do que o gesto empírico, pois a análise de discurso considera a memória, no caso os discursos que retornam pelos nomes e a história tomada como historicidade e não como dados. As duas línguas – a portuguesa e a alemã – em um mesmo lugar podem sinalizar tanto para efeitos de divisão e união, quanto para a contradição, dada por sujeitos que vivem em um espaço físico, mas se identificam com outro espaço: o da pátria deixada para trás, imaginariamente o lugar ideal. Mesmo assim, não se pode dizer com certeza que isso acontece.

O fato de os nomes das ruas estarem escritos em duas línguas produz efeitos de sentidos que encaminham para saudosismo em relação à Pátria distante e gratidão, pertencimento em relação ao lugar em que vivem: o Brasil. Nesse âmbito, os sujeitos habitam esse lugar, mas continuam filiados a um outro lugar, a uma Pátria que ficou no passado, mas é sempre lembrada/comemorada. Talvez essa seja a maior contradição em funcionamento por/nessas materialidades.

As discussões permitem significar a rua como um espaço discursivo que institucionaliza determinados nomes e as duas pátrias. Ela é mais do que parte do espaço urbano, ela o estrutura por meio de práticas sociais e discursivas, pelas quais os sujeitos se constituem e constituem o urbano. Os nomes das ruas funcionam como práticas à medida que mantêm memórias e faz retornar discursos de outros tempos e lugares que, conforme mencionado, constituem efeitos de pertencimentos dos sujeitos ao Brasil – lugar empírico onde se encontram – e à Alemanha – a pátria deixada para trás e que talvez por isso mesmo, seja a Pátria ideal.

Para efeitos de fechamento, pontuamos que, partir das discussões e análises, foi possível notar na Colônia de Entre Rios uma prática discursiva que direciona para a história da colonização desse espaço. Essa prática ocorre inserida dentro de uma outra história: a de colonização do Brasil, fato que faz com que a contradição esteja presente. Em outras palavras, é visível o trabalho da memória naquilo que faz sentido e mantém-se vivo na sociedade, dando visibilidade a deslocamentos de sentidos de uma colônia que se (re)significa alemã em território brasileiro.

Nesse cenário, a (re)divisão e a contradição ocorrem de um lado pelo nacional, localizado geograficamente no espaço brasileiro e retomado por meio de nomes cujos efeitos são de nacionalidade, de outro, pelo lado estrangeiro retomado de diversas formas na comunidade, principalmente, por meio de discursos que retomam a história e a Alemanha. Alguns nomes próprios de ruas só fazem sentido nesse lugar, posto que não são nomes comuns no Brasil nem comemoram/rememoram o nacional, mas retomam o país europeu. O “estrangeiro” é rememorado/comemorado no “nacional”.

Nesse âmbito, as discursividades em funcionamento permitem a legitimação de um espaço bipolar, justamente na dupla filiação a costumes e culturas, em funcionamento, ao passo que evidenciam-se sentidos atrelados tanto ao Brasil quanto a países germânicos, o que sustenta, mesmo o estrangeiro sobrepondo-se como dominante, efeitos de contradição. Nessa esteira, há espaço para redes de memória que retomam e (re)significam, pelo processo parafrástico, diferentes nacionalidades.

Em última análise, o funcionamento discursivo de nomes de ruas no espaço urbano de Entre Rios nos permite deslocá-la da significação de lugar para colocá-la para funcionar no domínio do político e do ideológico, como parte do processo que dá visibilidade a uma identificação com o Brasil, a Alemanha e outros países europeus, trabalhando com o interdiscurso, por meio da retomada do já dito e, ao mesmo tempo, trazendo para a atualidade e mantendo vivas as “memórias de um passado remoto”.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre *et al.* *O papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 3ª Ed. Campinas: Pontes, 2010.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj (org). *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BERNARDIM, Adriana Cristina. *Colônias suábias em Guarapuava e o efeito discursivo da memória no espaço de imigração: entre a “Velha” e a “Nova” Pátria*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2013.

CABRAL, Luciana Francisca. A Rua no Imaginário Social. *Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais*, Vol. IX, núm. 194 (60), 1 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-60.htm> Acesso em: 15 de jul de 2014.

CAZARIN, Ercília Ana. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Rio Grande do Sul: RS, Editora Unijui, 2004.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfose do discurso político: as derivas da fala pública*. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Tradução de Enid Abreu Dobranszky. Campinas, São Paulo: Papius, 1995.

DIAS, Luiz Francisco. Ser brasileiro hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org.) *Discurso Fundador*. 3 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003

DI RENZO, Ana Maria. Liceu Cuiabano: Língua Nacional, Religião e Estado. In: ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo (orgs.). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2002.

_____. *O Estado, a Língua Nacional e a construção das Políticas Linguísticas*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2012.

DO RIO, João. *A Alma encantadora das ruas: crônicas / João do Rio*. 2ª Edição. São Paulo: Martin Claret, 2013.

FEDATTO, Carolina Padilha. *Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013a.

_____. Saber linguístico e história urbana: a produção do nós nacional. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 31, p. 75-89, 2013c.

_____. As ruas pensam, têm ideias, filosofia e religião. *Anais do SETA (UNICAMP)*, v. 3, p. 155-160, 2009b.

_____. Língua na rua: margens do sujeito. *Rua (UNICAMP)*, v. 15, p. 63-71, 2009d.

_____. Os sentidos da língua na cidade: ideias e nomes. *Revista da ANPOLL (Impresso)*, v. 26, p. 17-48, 2009e.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O lugar do social e da cultura numa dimensão discursiva. In: *Memória e História na/da análise do discurso*. Freda Indursky, Solange Mittmann e Maria Cristina Leandro Ferreira (orgs.). – Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

FILHO, Fábio Ramos Barbosa. *A escrita urbana nos (des)limites do (im)possível*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem Campinas, SP, 2012.

FOURNIER, Jean-Marie. Os nomes de ruas: uma forma de discurso estritamente urbana. In: ORLANDI, Eni (org.). *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Apresentação Brasil: país multilíngue. *Cienc. Cult.* [online]. 2005, vol.57, n.2, p. 22-23.

_____. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.) Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: ClaraLuz, 2005. p. 183-194.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMAN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Memória e História na/da Análise do Discurso*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

MARIANI, Bethania. *Colonização Linguística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*, nº 10. São Paulo: PUC, 1981.

NUNES, José Horta. O espaço urbano: a “rua” e o sentido público. In: ORLANDI, Eni (org.). *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. No Limiar da Cidade. *Rua*, Campinas: Unicamp, n. esp., p. 8-19, 1999.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2000.

_____. *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. In: ORLANDI, Eni P. (org.). Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso Fundador*. 3 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003a.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 8. Ed. Campinas: Pontes, 2003b.

_____. Para uma enciclopédia da cidade. In: ORLANDI, Eni P. (org.). Campinas, SP: pontes, 2003c.

_____. *Cidade dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3 ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2008.

_____. Língua e Nação: uma questão e seu quadro de referência teórico. *Línguas e instrumentos linguísticos* nº 23/24, Campinas: Capes-Procad - Universidade Estadual de Campinas: Editora RG, 2009.

_____. Os sentidos de uma Estátua: Fernão Dias, individuação e identidade Pousoalgrense. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas*. Campinas. Editora RG, 2011.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6 ed. Campinas: Pontes, 2012a.

_____. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. Campinas, SP: Pontes editores, 2012.

PAYER, Maria Onice. Des-atando laços das identificações entre sujeito(s) e língua(s). In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Linguagem, sociedade, políticas*. Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3 ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET F.; HAK, T.(Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução DE Eni Pulcinelli Orlandi [et al] 4 ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2009.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* *O papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 3ª Ed. Campinas: Pontes, 2010

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da análise de discurso. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (orgs.). *Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

SÉRIOT, Patrick. Anamnésia da língua russa e a busca de identidade na Rússia. In: INDURSKY Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

SIMÕES, Stella Maris Rodrigues. A placa na entrada da cidade: a (re)nomeação dos seus sujeitos. *RUA* [online]. 2013, no. 19. Volume 2 - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.

STEIN, M. *O oitavo dia: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-Pr*. Guarapuava: UNICENTRO, 2011.

_____. *A colônia Entre Rios no município de Guarapuava*. In: VITECK, Harto (org.). *Imigração Alemã no Paraná: 180 anos: 1829-2009*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2011b.

VENTURINI, Maria Cleci. *Imaginário Urbano: espaço de rememoração/comemoração*. Passo Fundo, RS: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2009.

_____. Rememoração/Comemoração no Discurso Urbano. *RUA* [online], v. 1, n. 15, 2009b.

_____. Mídia, ruído e silêncio tumular na constituição contraditória da memória em curso/discurso. In: TASSO, Ismara; SILVA, Érica (orgs.). *Línguas(gens) em discurso – A formação dos objetos*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2014.

ZANDWAIS, Ana. *Perspectivas da Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada do percurso*. Santa Maria, RS: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009. Série Cogitare.

ZANDWAIS, Ana. Como caracterizar uma nação: entre os domínios históricos e discursivos. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (orgs.). *Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.